

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Pedro Henrique da Silva Heim

A POLÍTICA EXTERNA DE LULA ATRAVÉS DO CAFÉ COM O PRESIDENTE (2003-
2010)

Porto Alegre

Primavera de 2023

Pedro Henrique da Silva Heim

A POLÍTICA EXTERNA DE LULA ATRAVÉS DO CAFÉ COM O PRESIDENTE (2003-
2010)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre
Primavera de 2023

CIP - Catalogação na Publicação

Heim, Pedro Henrique da Silva
A política externa de Lula através do Café com o
Presidente (2003-2010) / Pedro Henrique da Silva Heim.
-- 2023.
130 f.
Orientadora: Carla Brandalise.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. História do Tempo Presente. 2. Política Externa
Brasileira. 3. Lula. 4. Café com o Presidente. I.
Brandalise, Carla, orient. II. Título.

Pedro Henrique da Silva Heim

A POLÍTICA EXTERNA DE LULA ATRAVÉS DO CAFÉ COM O PRESIDENTE (2003-
2010)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2023.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Hélio Ricardo do Couto Alves

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Charles Sidarta Machado Domingos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL)

Ananda Simões Fernandes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Carla e aos amigos da banca pelos anos (passados e futuros) de parceria e colaboração. Reconheço também o papel central ocupado pela minha família nessa caminhada. Necessário ainda mencionar a presença constante dos amigos e amigas, sem a qual não seria possível prosseguir. Citação especial à Rafa, por me apoiar e ensinar tanto. Por fim, saúdo a mãe UFRGS e a instituição Universidade Pública por tornar esse trabalho possível.

Prezado Lula,

o conjunto de crises globais que vivemos pode levar ao colapso das condições essenciais para a vida no planeta. Muitos esforços serão necessários para enfrentar as mudanças climáticas, a crise do modelo econômico hegemônico, a obsoleta ordem internacional e as grandes forças polarizadoras. Unir forças é o mínimo que podemos fazer para evitar ser vítimas passivas e nos dar a chance de um futuro melhor. [...] Devemos nos unir na proteção da água doce e na defesa da natureza. Todos nos identificamos, de todos os cantos do continente, com a vida que a Amazônia representa, com a grandeza e dignidade que os Andes evocam, com a abundância e liberdade das pradarias e com a riqueza das profundezas de nossas terras. A integração não será apenas produto da visão de intelectuais e políticos, mas também do sentimento e do imaginário coletivo que soubermos construir. Sem a força do povo continuaremos na mesma. Devemos construir a mística, porque esta é a luta por outra cultura, algo que nunca conseguimos. [...] Conhecemos sua liderança e esforço, que abrange muito mais que a região e que incorpora uma mensagem de paz. Aos 88 anos, a capacidade de sonhar com uma América diferente dá mais sentido à vida. Com os melhores votos, envio um fraterno abraço a você. Seu amigo e companheiro,

Pepe Mujica.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar de que modo o Presidente Lula e sua equipe de comunicação procuraram retratar a política externa adotada durante os dois mandatos de seu primeiro governo através do programa de rádio Café com o Presidente. Para isso, foram pesquisadas as transcrições referentes às transmissões em questão, buscando-se compreender como as relações internacionais brasileiras foram abordadas na época em termos de linguagem e estratégias retóricas adotadas, o quanto esse tema apareceu dentre as outras pautas e quais foram os principais tópicos específicos ressaltados pela abordagem midiática. Criado ainda no primeiro ano do governo, o Café com o Presidente acompanhou Luiz Inácio e sua agenda política durante quase todo o período em que presidiu o Brasil, representando importante e pouco analisada fonte. O trabalho demonstra que foi concedido grande espaço ao tema durante as edições veiculadas, com ênfase na defesa da postura adotada no exterior e na exaltação do crescente reconhecimento diplomático do país através de falas simplificadas e informais que pretendiam evidenciar os benefícios que as ações adotadas pela gestão petista na área trariam à população.

Palavras-chave: História do Tempo Presente; Política Externa Brasileira; Lula; Café com o Presidente.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how President Lula and his communication team sought to portray the foreign policy adopted during the two terms of his first government through the radio program *Café com o Presidente*. For this, transcripts referring to the transmissions in question were researched, seeking to understand how Brazilian international relations were approached at the time in terms of language and rhetorical strategies adopted, how much this theme appeared among the other agendas and what were the main specific topics highlighted by the media approach. Created in the first year of the government, *Café com o Presidente* accompanied Luiz Inácio and his political agenda during almost the entire period in which he presided over Brazil, representing an important and little analyzed source. The work demonstrates that great space was given to the theme during the published editions, with emphasis on the defense of the position adopted abroad and on the exaltation of the growing diplomatic recognition of the country through simplified and informal speeches that intended to highlight the benefits that the actions adopted by the PT administration in the area would bring to the population.

Keywords: History of the Present; Brazilian Foreign Policy; Lula; *Café com o Presidente*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2003-2004)	71
Quadro 2 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2005)	73
Quadro 3 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2006)	74
Quadro 4 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2007)	75
Quadro 5 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2008)	76
Quadro 6 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2009)	78
Quadro 7 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2010)	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de programas em que são mencionados tópicos relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2003-2010).....	69
Gráfico 2 - Número de programas em que são mencionados tópicos relacionados ao tema “Relações Internacionais” agrupados por mandato e total (2003-2010)	70
Gráfico 3 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2003)	71
Gráfico 4 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2004)	72
Gráfico 5 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2005)	73
Gráfico 6 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2006)	74
Gráfico 7 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2007)	75
Gráfico 8 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2008)	77
Gráfico 9 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2009)	78
Gráfico 10 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2010)	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PANORAMA.....	19
2.1 O Presidente	19
2.2 A Política Externa	28
3 O PROGRAMA DE RÁDIO	54
3.1 A estratégia de comunicação.....	54
3.2 A diplomacia como pauta	69
4 A POLÍTICA EXTERNA NO CAFÉ COM O PRESIDENTE	81
4.1 A presença nos seis continentes.....	81
4.2 A postura ativa e passiva.....	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
6 REFERÊNCIAS	115
6.1 Fontes.....	115
6.1.1 Transcrições do Café com o Presidente.....	115
6.1.2 Outros documentos	118
6.2 Bibliografia.....	123

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2023, a política externa do terceiro governo Lula estampou as manchetes de todos os jornais do país após viagem do Presidente da República à China e aos Emirados Árabes Unidos. Ganham destaque as manifestações do estadista durante a visita à nação árabe, na qual ele declarou, no tocante ao conflito no Leste Europeu, que “a paz está muito difícil. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, não toma iniciativa de paz, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, não toma iniciativa de paz. A Europa e os Estados Unidos terminam dando a contribuição para a continuidade desta guerra”¹. Criticado por Kiev² e por diversos líderes ocidentais³, o mandatário defendeu a posição brasileira de neutralidade e ainda recebeu, em seu retorno, o Ministro das Relações Exteriores russo Sergei Lavrov⁴.

No mês seguinte, nova polêmica ganhou força com a visita do líder venezuelano Nicolás Maduro, recebido com honras de chefe de Estado em cerimonial que antecedeu encontro com todos os presidentes sul-americanos em Brasília, durante a qual Lula ressaltou “que cabe à Venezuela mostrar a sua narrativa, para que possa fazer as pessoas mudarem de opinião. É preciso que você construa a sua narrativa e acho que por tudo que conversamos, a sua narrativa vai ser melhor do que a que têm usado contra você”⁵. Mais uma vez, suas palavras receberam a reprovação de Washington e aliados⁶, bem como de vizinhos⁷ e editoriais de periódicos domésticos⁸.

¹ EM Abu Dhabi, Lula diz que decisão sobre guerra na Ucrânia 'foi tomada por dois países' e defende 'G20 pela paz'. *GI*. 16 abr. 23. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/16/em-abu-dhabi-lula-diz-que-decisao-sobre-guerra-na-ucrania-foi-tomada-por-dois-paises-e-defende-g20-pela-paz.ghtml> >. Acesso em: 30 jun. 23.

² UCRÂNIA volta a convidar Lula a viajar a Kiev e 'entender causas reais da guerra'. *Folha de São Paulo*. 18 abr. 23. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/ucrania-volta-a-convidar-lula-a-viajar-a-kiev-e-entender-causas-reais-da-guerra.shtml> >. Acesso em: 30 jun. 23.

³ EUA e União Europeia criticam declarações de Lula sobre guerra na Ucrânia. *CNN*. 17 abr. 23. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-uniao-europeia-criticam-declaracoes-de-lula-sobre-guerra-na-ucrania/> >. Acesso em 27 jun. 23.

⁴ LAVROV levou convite de Putin para Lula participar de fórum econômico em São Petersburgo, diz Itamaraty. *GI*. 17 abr. 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/17/lavrov-levou-convite-de-putin-para-lula-participar-de-forum-economico-em-sao-petersburgo-diz-itamaraty.ghtml> >. Acesso em: 01 jul. 23.

⁵ LULA recebe Maduro no Planalto, critica sanções dos EUA e defende reabilitação da Venezuela. *Estadão*. 29 mai. 23. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/internacional/ao-lado-de-maduro-lula-fala-em-momento-historico-e-integracao-plena-da-venezuela/> >. Acesso em: 01 jul. 23.

⁶ EUA endossam críticas a Lula por fala sobre Nicolás Maduro. *Poder360*. 02 jun. 23. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/eua-endossam-criticas-a-lula-por-fala-sobre-nicolas-maduro/> >. Acesso em: 02 jul. 23.

⁷ DEPOIS do Uruguai, Chile também critica fala de Lula sobre Venezuela. *Poder360*. 30 mai. 23. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/depois-do-uruguai-chile-tambem-critica-fala-de-lula-sobre-venezuela/> >. Acesso em: 02 jul. 23.

⁸ RECEPÇÃO de Lula a Maduro foi vexatória. *O Globo*. 31 mai. 23. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/05/recepcao-de-lula-a-maduro-foi-vexatoria.ghtml> >. Acesso em: 03 jul. 23.

Apesar da grande repercussão das falas de Luiz Inácio pela mídia nacional, seu posicionamento remonta à postura mantida nos mandatos anteriores e não pode ser considerado surpreendente. Desde sua primeira posse no Palácio do Planalto, em 2003, o político pernambucano se esforçou no sentido de promover uma modificação na condução da diplomacia brasileira, procurando torná-la mais “ativa e altiva”. Durante os oito anos em que governaram o país na primeira década do século XXI, Lula e sua equipe buscaram reposicionar a nação sul-americana frente ao restante do planeta através de uma adequação de sua política externa, cuja base histórica foi mantida, no sentido de fomentar um maior protagonismo do Brasil nas questões de alcance global.

As transformações não se restringiram ao campo das relações internacionais, pelo contrário. A gestão do ex-metalúrgico e ex-sindicalista se caracterizou por iniciativas marcantes de caráter doméstico, como a ênfase dada às políticas sociais, o estímulo estatal à atividade econômica, o investimento maciço em grandes obras, o incentivo à expansão do consumo interno e o combate ao desmatamento da Floresta Amazônica. Conjugadas com a manutenção do tripé macroeconômico e a busca pela governabilidade junto ao Congresso Nacional, tais ações resultaram em anos de crescimento econômico, controle da inflação e redução da desigualdade.

Porém, foi através da política externa adotada que Lula consolidou seu nome como grande liderança mundial e alçou o Brasil a posições de relevo internacionais. A prioridade dada à Cooperação Sul-Sul ao mesmo tempo em que promovia o estreitamento da relação com os países desenvolvidos, a participação em grupos de geometria variável, a defesa constante da multilateralidade e da reforma do sistema de governança global, o impulso à integração regional e a busca por papéis de destaque na condução de crises econômicas, políticas, militares e ambientais ao redor do planeta elevaram a estatura diplomática da nação sul-americana de forma acentuada.

A condução da política externa brasileira por parte do petista é o tema a ser abordado no presente texto, que busca analisar a estratégia adotada na divulgação do projeto diplomático do governo Lula ao público brasileiro através do Café com o Presidente durante os seus dois primeiros mandatos (2003-2010). Para isso, foram analisadas 282 transcrições, documentos digitais que estão disponíveis gratuitamente em formato *pdf* no site da Biblioteca da Presidência da República, abrangendo todas as edições do programa radiofônico estatal levadas ao ar. Constituídas a partir de breves entrevistas feitas com o estadista, as transmissões do Café com

o Presidente geraram, cada uma delas, um arquivo com aproximadamente quatro páginas de extensão.

Aliás, além da atualidade do tema, tendo em vista que a diplomacia foi alçada a tópico de debate nacional, a pesquisa procura ser relevante justamente a partir da escolha desse conjunto de fontes pouco estudado e dessa abordagem midiática. Assim, após a realização de revisão bibliográfica sobre a gestão do Partido dos Trabalhadores ao longo dos anos em questão, com destaque para as iniciativas no campo das relações internacionais, e sua estratégia de comunicação com o público doméstico, partiu-se para a investigação das fontes. A partir da leitura das transcrições, foi possível avançar nos objetivos estabelecidos pelo presente estudo, conforme explicado abaixo.

O panorama geral fornecido pela análise integral das fontes permitiu entender a importância dada pela equipe de comunicação ao projeto diplomático em curso, dentre as outras pautas recorrentes, observando-se a frequência com que a política externa era abordada no programa e como essa presença teve variações ao longo dos anos. Já o foco nas passagens que tratavam especificamente do assunto auxiliou na compreensão do modo pelo qual o governo pretendeu divulgar sua estratégia de relações internacionais ao público interno, analisando-se quais tópicos relacionados ao tema eram citados mais ou menos reiteradamente em cada momento.

Além disso, uma nova leitura mais apurada dos trechos anteriormente destacados possibilitou investigar como o programa de rádio tratou da política externa da gestão, atentando-se para as decisões tomadas em termos de tipos de abordagens, escolhas de linguagens e justificativas apresentadas para as atitudes tomadas. Em suma, procurou-se, apesar das limitações inerentes à confecção de uma dissertação de mestrado, responder à pergunta elencada na sequência: qual o tratamento concedido por Lula a seu projeto de relações internacionais no âmbito do Café com o Presidente ao longo de seus oito primeiros anos como ocupante do Palácio do Planalto?

Para isso, foram realizadas análises qualitativas sobre o conjunto de fontes, sem deixar de lado a quantificação, tendo em vista que “quantitative analysis can lead to new and more formal and verifiable methods of interpretation, complementing the traditional ‘microscope’ with a ‘macroscope’”⁹ (LEMERCIER; ZALC, 2019, p. 165). Em relação ao ofício do

⁹ Tradução livre: “a análise quantitativa pode levar a métodos de interpretação novos, mais formais e verificáveis, complementando o ‘microscópio’ tradicional com um ‘macroscópio’”.

historiador propriamente dito, deve-se ressaltar que o presente trabalho teve sua viabilidade alicerçada no fácil acesso ao conjunto de fontes em estudo e ao acervo bibliográfico de apoio. A economia de recursos financeiros em um contexto de alto custo de vida, a redução do tempo despendido por um pesquisador que trabalha quarenta horas por semana e a previsibilidade de acesso em tempos pós-pandêmicos se provaram essenciais, demonstrando as potencialidades da utilização de arquivos digitais:

bastaría pensar en cómo han cambiado la manera y los tiempos para compilar una amplia bibliografía de referencia. Con facilidad directamente proporcional a la calidad y continuidad de un servicio de energía eléctrica y de un proveedor de conexión de red, es posible consultar catálogos de bibliotecas en el mundo, un privilegio que — es útil recordarlo — estaba antes reservado a quien podía emprender un viaje (real) de estudio en alguno de los templos de conservación bibliotecaria. (GALLINI; NOIRET, 2011, p. 18)

A presente iniciativa, levando-se em conta a proximidade temporal do período abordado, pode ser inserida no âmbito da História do Tempo Presente (HTP), perspectiva historiográfica centrada “en la importancia del presente en la construcción del pasado, [...] la comprensión del pasado como una construcción intersubjetiva desarrollada por medio de un diálogo activo entre el historiador y su realidad” (CRESCENTINO; VITÓN, 2020, p. 277). Concepção caracterizada por uma fronteira temporal móvel e dinâmica, ela envolve “un análisis histórico de la realidad social vigente, que comporta una relación de coetaneidad entre la historia vivida y la escritura de esa misma historia, entre los actores y testigos de la historia y los propios historiadores” (CUESTA, 1993, p. 11). Assim, deve-se ressaltar que

o historiador do presente não estaria pautado pela necessidade de “descobrir verdades ocultas”, mas sim de tornar legível seu próprio tempo, dando aos problemas e acontecimentos presentes uma historicidade, fazendo com que os eventos sejam problematizados. A função do diagnóstico do tempo presente é tirar dos eventos, ocorridos no momento das análises, a ideia de algo posto, dado, natural, para, através de uma teoria crítica de estranhamento, a própria condição do investigador mediante seu objeto, o cotidiano, pensar sobre as implicações, os desdobramentos, do mesmo perante a sociedade. Portanto, nossa intenção não se debruça sobre a realidade propriamente dita, mas sobre aquilo que a torna possível, e como torná-la legível. (SCHURSTER, 2015, p. 424)

A ascensão da HTP inicia nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, em um contexto em que o “aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na história, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido

como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos” (FERREIRA, Marieta, 2018, p. 84) para a disciplina. Sua estruturação, porém, ganha força apenas em 1978, com a criação do Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP) na França. Dirigido por François Bédarida, esse laboratório do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) sucedeu o Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial e “foi responsável pelas primeiras obras de referência da nova disciplina, em geral obras coletivas, com destaque para o ‘Bulletin de l’IHTP’ e para a coleção ‘Histoire du Temps Présent’” (MONTEIRO, 2018, p. 515).

A fundação do IHTP e a consequente “institucionalização da HTP na Europa, devem, portanto, ser relacionadas aos contextos nacionais posteriores a 1945, os quais têm um ponto comum: o choque do evento-ruptura, da ‘catástrofe’ da Segunda Guerra Mundial e o peso de ‘um passado que não quer passar’” (DELACROIX, 2018, p. 45). Da mesma forma, no Brasil e no restante da América do Sul “esse crescimento do interesse pela história recente acompanhou o retorno à democracia. À medida que se consolidavam as instituições democráticas, um maior número de pessoas se interessava por conhecer a história do regime militar e também a trajetória dos grupos reprimidos” (FERREIRA, Marieta, 2018, p. 88). Nesse contexto, ganharam destaque no país iniciativas como o “Laboratório do Tempo Presente (UFRJ), criado em 1994, que manteve a revista Boletim Eletrônico do Tempo Presente, o Laboratório de Estudos do Tempo Presente (UEM), a Revista Agora e os Cadernos do Tempo Presente (UFS)” (MONTEIRO, 2018, p. 521).

A consolidação da História do Tempo Presente, no entanto, envolveu décadas de debates com seus oponentes. Uma das principais críticas à nova perspectiva envolvia a suposta impossibilidade de que seus entusiastas pudessem praticar a imparcialidade necessária à construção do conhecimento histórico. Afinal, a concepção seria marcada pela “valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele é também testemunho e ator de seu tempo” (FERREIRA, Marieta, 2018, p. 87), sem o devido distanciamento temporal que o permitiria evitar tanto o “envolvimento afetivo-ideológico” com o tema de pesquisa quanto a supervalorização de eventos recentes. Em suma, a ausência da visão retrospectiva sobre o “desfecho” do processo e a “subjetividade” colocariam em risco a “verdade”. Em resposta, os defensores da HTP rechaçaram a própria possibilidade de que essa escrita intrinsecamente fidedigna existisse, mostrando que

el presente está condicionado por nuestra circunstancia e impone con su urgencia la resolución de los problemas que vivimos y las preguntas que nos hacemos: somos a la vez observadores y actores. [...] Cualquier historiador - independientemente del tiempo que estudie - debe ser consciente de la necesaria deconstrucción de las narrativas que impregnan su realidad. [...] Ante todo, es prioritario reiterar que nuestra actividad es subjetiva y, por ello, no permite alcanzar una verdad objetiva. Por ende, toda construcción historiográfica sigue siendo inevitablemente una construcción personal. El pasado que conocemos depende siempre de nuestros propios puntos de vista, de nuestro propio presente. La Historia del Tiempo Presente permite así repensar la labor del historiador en la manera en que hace frente a su objeto de estudio. (CRESCENTINO; VITÓN, 2020, p. 274-284)

Outro problema apontado dizia respeito à ampliação vertiginosa da quantidade de documentos disponíveis ao pesquisador, profusão que exigiria “seleção e classificação rigorosa indispensáveis diante da montanha de fontes e do furacão dos acontecimentos ainda quentes” (ELÍBIO JÚNIOR, 2021, p. 15). No mesmo sentido, o caráter recente desses arquivos traria dificuldade no processo de filtragem, “uma vez que não sabe, devido à falta de conhecimento do futuro, o que se revelará importante e o que só será acessório” (DOSSE, 2012, p. 14). No entanto, deve-se destacar também o resultado positivo dessa questão, já que a “abundância de instrumentos documentais e a variedade de suportes e arquivos são capazes de fornecer informações ao trabalho do historiador do tempo presente sem ele jamais correr o risco de se encontrar privado dos documentos necessários para seu trabalho” (ELÍBIO JÚNIOR, 2021, p. 15).

Também costumava ser destacado o desafio existente ao se trabalhar com acontecimentos cuja ocorrência foi testemunhada por pessoas ainda vivas, o que permitiria a “pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar” (ELÍBIO JÚNIOR, 2021, p. 14). Essa condição de caráter singular “não implica de modo nenhum que o recurso às testemunhas seja indispensável – ele é simplesmente possível –, mas seria uma especificidade, uma vez que o historiador pode ser confrontado pelos [...] atores da história que ele estuda. Ele escreve ‘sob vigilância’” (DELACROIX, 2018, p. 50).

Ainda deve-se ressaltar outro debate em torno da legitimação da HTP, concepção que “responderia a uma ‘nova demanda social’ de história na virada dos anos 1970 e seria [...] o ‘produto’ de um novo contexto. A afirmação da História do Tempo Presente está assim ligada a um contexto externo (intelectual, social, econômico, político)” (DELACROIX, 2018, p. 66).

Para a concretização desse projeto, no entanto, mostra-se fundamental para seus adeptos “justificar a sua reivindicação da necessidade de responder à demanda social e à tese segundo a qual ‘o procedimento do historiador está na dependência direta da demanda social’ ao mesmo tempo em que não transige com a pretensão de objetividade” tão cara ao ofício (DELACROIX, 2018, p. 66). Por isso,

uno de los cuestionamientos fundamentales dirigidos a lo historiador presentista ha sido el relativo a la exigencia de mantener una independencia científica en el quehacer historiográfico. Su incapacidad en cuanto a ese requisito sería resultado de su constante interacción con el objeto de estudio y de su predisposición a analizar el pasado a partir de sus propios intereses. [...] Sin embargo, lo que tenemos que preguntarnos es si la independencia científica es un desafío epistemológico de la historia del tiempo presente o si se trata de un reto de la propia labor historiográfica. [...] La influencia del presente en el abordaje del objeto de estudio afecta a lo historiador en su observación sin importar a qué distancia temporal se encuentra de él. Pensamos que esta distancia temporal es en realidad una espera lo suficientemente larga como para permitir que los intereses políticos queden cristalizados en la narrativa imperante al interior del régimen de historicidad vigente. Intereses que, en el presente, aún se encuentran en proceso de cristalización, lo que permite acceder con mayor facilidad a las distintas versiones del acontecimiento que se pretende estudiar. Así, el punto de partida de lo historiador deberá comprender siempre una lectura crítica consciente de su subjetividad en la observación del pasado, desentrañando de este modo la reproducción de narrativas históricas cristalizadas. (CRESCENTINO; VITÓN, 2020, p. 285)

Assim, essas contestações que marcaram as últimas décadas podem ser consideradas atualmente “ultrapassadas, pois a produção da História do Tempo Presente já está instalada em nossas paisagens intelectuais e historiográficas, tanto na Europa quanto alhures, e sobretudo na América Latina e aqui no Brasil” (DELACROIX, 2018, p. 41). Dessa forma, constata-se a situação vigente da HTP, que não está “mais buscando espaço em meio à produção historiográfica e não representa mais uma ‘ruptura epistemológica’, já sendo reconhecida e contando com razoável produção” (MONTEIRO, 2018, p. 519). A sua consolidação, aliás, não pode ser considerada surpreendente, afinal “seria uma negligência, por parte da História, não acompanhar o presente, além de um impedimento do seu desenvolvimento como ciência, de suas questões teórico-metodológicas e da compreensão do papel do historiador” (MONTEIRO, 2018, p. 518).

No contexto da HTP, também é importante mencionar que seus praticantes “têm a necessidade, para realizar com maior êxito suas pesquisas, de trabalhar com os cientistas

políticos, jornalistas, sociólogos, geógrafos. [...] Isso resulta em uma abertura da prática histórica que permite novos esclarecimentos graças a esses intercâmbios frutuosos” (DOSSE, 2012, p. 14-15). No caso desta pesquisa, tem destaque uma troca em especial: “la Historia del Tiempo Presente es el puente para fomentar el diálogo interdisciplinar entre las Ciencias de la Comunicación y la Historia, pues [...] no solo entiende el presente como resultado del pasado, sino también el pasado como construcción del presente” (CRESCENTINO; VITÓN, 2020, p. 282). Afinal, ela,

muitas vezes, anuncia o acontecimento “do agora” como já pertencente à História e são inúmeros os exemplos: “A saída dos operários da fábrica” projetada pelo cinematógrafo de Auguste e Louis Lumière, em 1895, os discursos inflamados de Hitler, o afrontamento do jovem chinês a tanques de guerra na Praça da Paz Celestial, em 1989, a chegada do homem à Lua, em 1969, o choque dos aviões com as torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, as movimentações, a partir de 2010, que culminaram na Primavera Árabe ou mesmo a votação do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, todos são acontecimentos que foram registrados já com a predestinação de serem fatos históricos e, nesse momento, vemos com maior distinção os enlaces entre a História e a Comunicação, entre o saber histórico e as mídias, a capacidade de registro do presente e seu reconhecimento e enquadramento em um contexto mais amplo da História. (MONTEIRO, 2018, p. 526)

Nesse sentido, mostra-se imprescindível refletir sobre a importância dos meios de comunicação para a sociedade: “a arena mediática se constituiu, ao longo dos tempos, como espaço privilegiado de discussão da atualidade, ao qual recorreremos continuamente, para obter informações acerca do que se passa a nossa volta” (ARAÚJO, 2017, p. 137). Dentre eles, ganha destaque no presente trabalho o rádio, “ainda hoje um objeto pouco presente nos estudos acadêmicos, principalmente na área de ciências humanas e no campo da história, apesar de ter sua importância largamente reconhecida” (CALABRE, 2005, p. 2-3). Afinal, apesar do advento de diversas mídias mais modernas ao longo do último século, não se pode negar a relevância e a “permanência do rádio enquanto meio de comunicação, capaz de servir a governos e governados, de fazer a mediação, de ser meio de ressonância das relações sociais e políticas, estabelecendo disputas de poder, de sedução e de novas formas de participação do cidadão” (DEUS, 2005, p. 8). Em suma, ele deve ser

analisado não como um simples instrumento de comunicação, mas como um instrumento social, com linguagem e outras regras técnicas historicamente definidas, as quais legitimam informações, constroem a credibilidade. É preciso compreender o rádio como um espaço de poder socialmente construído, como uma instituição construtora de realidade, através da legitimação da informação e da constituição da

comunicação social. Assim, não podemos desvincular ou inocentar o rádio das questões políticas, culturais e econômicas, bem como da própria constituição da cidadania legal ou em construção. (GUINDANI, 2014, p. 108-109)

Por isso, este estudo tem em seu fundamento a necessidade de pensar sobre a intenção de Lula e de sua equipe ao tratar das temáticas em pauta, cada uma dessas abordagens sendo fruto de uma escolha consciente. Afinal, mesmo que o objeto da pesquisa seja um programa estatal, persiste seu caráter midiático: “a enunciação jornalística é sempre o resultado de um recorte deliberado, de uma construção discursiva do real, na medida em que a sua figuração obedece a códigos de seleção previamente estipulados pelo enunciador com vista à criação de determinados efeitos de sentido” (ARAÚJO, 2017, p. 143). No tocante ao político e sua relação com a comunicação, especificamente, deve-se ressaltar que “a agenda da mídia não apenas influencia como constrói a agenda do público e a agenda política. Desse modo, a mídia nos diria o que falar no nosso dia a dia a propósito da vida social e política” (ARAÚJO et al., 2020, p. 89).

Outro intercâmbio que caracteriza este trabalho envolve a área de Relações Internacionais (RI), tendo em vista que “no puede decirse nada sobre lo internacional que no se refiera a la historia, pues el presente ya es Historia” (PEÑAS, 2018a, p. 62). Nesse sentido, resalta-se que, “para entender las relaciones internacionales [...] debemos siempre recurrir a la categoría de tiempo/tiempos, del devenir, del discurrir, pues nada es estable, fijo, constante, ni permanente. Todo es cambiante, móvil, contingente y coyuntural en términos históricos” (PEÑAS, 2018a, p. 62). Por isso, deve-se ter em mente que a História das RI “no es ‘neutral’, menos aún en sus análisis sobre las realidades históricas más próximas, ya que en este caso lo que se trata de explicar está enclavado en procesos de muy larga duración y que llegan hasta el momento en el que está viviendo el historiador, que influyen sobre él” (PEÑAS, 2018b, p. 201) e sua forma de pensar. Em suma, percebe-se que a HTP pode ser considerada

como un espacio de frontera. Una frontera móvil, pues sus límites pueden ser tanto expandidos como contraídos al trabajar con procesos inconclusos. Una frontera que es un lugar de encuentro: por un lado, temporal entre pasado, presente y futuro; y por el otro, disciplinar. Por último, como todo espacio de frontera, es un espacio de coexistencia. No sólo coexisten la historiadora y su objeto de estudio, sino también la memoria, el acontecimiento, la demanda social y el testigo. [...] Aún resulta necesario continuar explorando este espacio fronterizo: una triple frontera para repensar nuestra relación con el tiempo en nuestra labor de historiadores y nuestra relación de coexistencia con los procesos y sujetos que buscamos historizar. (CRESCENTINO; VITÓN, 2020, p. 300)

A presente dissertação foi estruturada a partir das múltiplas relações entre esses diferentes campos do conhecimento, em um esforço para realizar a pesquisa proposta e alcançar seus objetivos, buscando respostas para as questões estabelecidas preliminarmente. Tal investigação terá início no próximo capítulo, que traçará pequena revisão bibliográfica acerca da trajetória política de Lula, de seus dois primeiros mandatos como Presidente da República e da condução diplomática mantida ao longo de seu governo, ao mesmo tempo em que introduz as transcrições como fontes primárias deste trabalho e familiariza o leitor quanto ao seu formato.

A terceira seção do texto, por sua vez, focará tanto na contextualização da concepção midiática da gestão petista no tocante ao Café com o Presidente quanto na análise a respeito da frequência com que as relações internacionais brasileiras foram abordadas pelo programa radiofônico. Já o capítulo quatro abordará as escolhas de Luiz Inácio e sua equipe de comunicação no momento de planejamento do roteiro das edições do Café com o Presidente no que diz respeito à política externa, procurando analisar quais foram os principais tópicos escolhidos para exposição ao público e de que forma estes foram tratados e discutidos no programa. Por fim, as considerações finais retomarão os objetivos iniciais e os resultados alcançados, encerrando o trabalho.

2 PANORAMA

2.1 O Presidente

Sexto filho de Dona Lindu e Seu Aristides, casal de lavradores do agreste pernambucano, Luiz Inácio da Silva nasceu na cidade de Garanhuns em outubro de 1945¹⁰. Viveu na localidade marcada pela pobreza por sete anos, até que sua mãe decidiu viajar a Santos para encontrar o marido, que trabalhava como estivador no litoral paulista desde o final da década anterior. Após alguns anos de convivência difícil com Aristides, que possuía uma segunda família na cidade, Lindu e os filhos se mudaram para a capital do estado. Afastado do pai, o menino se manteve próximo da genitora, citada recorrentemente no Café com o Presidente: “eu sou filho de uma mulher que morreu aos 64 anos analfabeta e ela dizia para mim sempre o seguinte: o que um homem não pode perder é o direito de andar de cabeça erguida”¹¹. Em São Paulo, Luiz Inácio cursou até a 5ª série e teve seu primeiro emprego fixo, aos 12 anos de idade.

Com 14, ingressou na Parafusos Marte em um convênio da metalúrgica com o SENAI, trabalhando meio período enquanto se profissionalizava em curso de tornearia mecânica. Nos anos seguintes, o pernambucano continuou trabalhando em fábricas do setor, período em que passou a ser conhecido como “Lula” e que também foi marcado pela perda de um dedo da mão esquerda após acidente com uma prensa. Em 1966, ingressou nas Indústrias Villares, de São Bernardo do Campo, última empresa do ramo em que trabalharia. A cidade do ABC Paulista, aliás, foi onde o jovem operário entrou na vida sindical através da filiação ao Sindicato dos Metalúrgicos local, ato incentivado pelo irmão Frei Chico. Pouco tempo depois, Lula foi eleito como suplente em chapa que concorria à direção da organização, tendo vivido rápida ascensão na hierarquia até chegar à presidência em 1975. Após dois anos de mandato, o líder metalúrgico passou a ocupar as páginas dos jornais a partir do lançamento de uma campanha nacional de reajuste salarial.

Em 1978, sua notoriedade cresceu com a deflagração de uma grande greve em todo o estado de São Paulo; no ano seguinte, novo movimento fechou as fábricas por algumas semanas. Por fim, em 1980 a paralisação se estendeu por 41 dias e “resultou na intervenção do Sindicato, por ter sido considerada ilegal. Dois dias após a intervenção, Lula foi preso por 31 dias, com base na Lei de Segurança Nacional” (ALMEIDA, 2008, p. 46). Aliás, foi justamente “a ameaça

¹⁰ LULA. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva> >. Acesso em: 26 abr. 23.

¹¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 44, 13 jun., 2005.

de que o governo, mais que intervir no sindicato, prenderia toda a diretoria, que levou Lula e seus companheiros a montarem um megacomando de greve composto de centenas de metalúrgicos. [...] Foi assim que, a despeito de todas as prisões, a greve prosseguiu” (MORAIS, 2021, p. 285). No mesmo ano, ele se envolveria com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ato possibilitado com a aprovação do fim do bipartidarismo pelo Congresso Nacional no contexto da “lenta, gradual e segura” abertura política que o país vivia na época. A criação do PT,

em 10 de fevereiro de 1980, resultou de um longo processo que se originou na segunda metade da década de 70, durante a ditadura militar. Em 19 de janeiro de 1979, foi lançada a ideia de criação do partido durante reunião intersindical em Porto Alegre. Dias depois, em 24 de janeiro, foi aprovada a Tese de Santo André e Lins, quando da realização do 9º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, no município de Lins-SP. Assinaram a ata de fundação do partido, 128 pessoas (o mínimo era 101), entre eles Sérgio Buarque de Hollanda, Mario Pedrosa e Apolônio de Carvalho. Quatro meses se passaram e, nas comemorações do Primeiro de Maio, foi lançada publicamente a carta de princípios do PT em ato organizado por 50 entidades de base e sindicatos, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo-SP. [...] Os vínculos com os movimentos sociais, especialmente com o sindicalismo da década de 70, e a valorização de mecanismos de participação e associação fizeram com que o PT, desde sua fundação, se desvinculasse das esquerdas tradicionais. (ALMEIDA, 2008, p. 44-45)

Apesar do sucesso na constituição da agremiação, sua trajetória nos primeiros anos foi árdua: “o PT, na sua origem, era fraco. O partido não tinha dinheiro nenhum — a legislação brasileira não autorizava que os sindicatos o bancassem e praticamente não havia ricos entre seus filiados —, não governava uma única cidade e tinha pouquíssimos parlamentares” (BARROS, 2022, p. 52). No tocante à disputa política propriamente dita, seus rivais “na esquerda se fortaleciam. A máquina do MDB evitou que Lula atraísse para o PT a maior parte da esquerda emedebista. E os próximos anos seriam de vitórias espetaculares para o MDB, que se consolidaria como o grande condutor da transição democrática e a força” (BARROS, 2022, p. 52) principal na Assembleia Constituinte de 1988. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) de “Leonel Brizola também começou a corrida pela liderança da esquerda em condições muito melhores do que o PT. [...] Durante toda a década de 1980, o PDT foi maior que o PT, e até a eleição de 1989 era a legenda de esquerda mais importante do Brasil” (BARROS, 2022, p. 52).

Assim, nas eleições de 1982 Lula concorreu como candidato ao governo do estado de São Paulo, terminando a disputa vencida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB) de Franco Montoro na quarta colocação. No meio da década, cumpriu papel importantes nos palanques da campanha das Diretas Já, que acabaria derrotada na Câmara dos Deputados. Já em 1986, foi o deputado constituinte mais votado do Brasil e liderou a bancada de 16 parlamentares do PT, que decidiria pelo seu nome para a participação nas eleições presidenciais de 1989. Nesse pleito, Lula chegou à frente de nomes consagrados como Leonel Brizola, Mário Covas, Paulo Maluf e Ulysses Guimarães, se qualificando para disputar o segundo turno contra Fernando Collor, que se consagraria vencedor pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Novas derrotas nos anos de 1994 e 1998, ambas para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Fernando Henrique Cardoso, marcaram a vida política de Lula e do Partido dos Trabalhadores. Apesar de algumas prefeituras importantes serem governadas pelo partido na época, a sequência de fracassos nas eleições presidenciais impulsionou um movimento de ajuste interno na agremiação: “o PT iniciou seu transformismo após a derrota para Collor, um partido até então contra-hegemônico que passou a incorporar o ideário político da ordem, defendendo-o e operacionalizando-o, contudo mantendo um discurso retórico que lembra sua atuação passada” (CARNEIRO, 2018, p. 98). Essa adaptação prosseguiu durante os anos 1990, década marcada por

uma série de mudanças, como a proliferação dos ideais neoliberais, a queda do Muro de Berlim e a derrocada do “socialismo real”, que foram golpes duros às entidades e organizações ligadas ao espectro da esquerda política, tendo atingido diretamente os discursos progressistas e até reformistas. Além desse processo, a base social do PT teve impacto direto com as transformações no mundo do trabalho – reestruturação produtiva e precarização –, fazendo com que ocorresse a fragmentação e enfraquecimento da classe trabalhadora. (CARNEIRO, 2018, p. 99)

Em suma, o Partido dos Trabalhadores teve “muito menos tempo para fazer sua passagem do radicalismo para a social-democracia do que os partidos social-democratas europeus tiveram; e, ao contrário deles, que expandiram sua base eleitoral ao se acercar da classe média, o PT o fez se aproximando dos pobres” (BARROS, 2022, p. 135). Esse processo teve como ponto culminante a disputa de 2002, quando Lula mais uma vez confrontaria um político do PSDB na busca pela Presidência da República. Para derrotar o candidato governista José Serra, senador e ex-ministro da Saúde, o “PT buscou dar à campanha uma aparência mais amena, para arrefecer as posições de setores conservadores – frações ligadas à indústria nacional e ao capital financeiro internacional” (CARNEIRO, 2018, p. 97). A imagem desafiadora de Luiz Inácio, cultivada desde os tempos de líder sindical e construída ao longo

de décadas de denúncias contra os problemas sociais, econômicos e políticos do país, foi suavizada com a criação do “Lulinha paz e amor”¹².

A situação política do Executivo Federal na época também ajudou a campanha petista ao fragilizar Serra, herdeiro de um legado incômodo: “o desencadeamento de fortes crises econômicas no governo FHC foi fruto de fatores como ampliação do desemprego, das desigualdades sociais e do aumento da vulnerabilidade externa estrutural” (CARNEIRO, 2018, p. 95-96). A crise energética de 2001 e o desgaste natural de uma gestão que já durava sete anos e meio complicaram ainda mais o quadro, assim como a abrupta escalada do dólar às vésperas da eleição. Aliás, o manifesto desconforto do mercado financeiro com a possibilidade de vitória do PT motivou outro gesto político de Lula, que assinou em junho daquele ano a Carta ao Povo Brasileiro¹³.

A imagem moderada construída pelo ex-metalúrgico, que compôs sua chapa em conjunto com o empresário do Partido Liberal (PL) José Alencar, e a debilidade do PSDB, que buscava seu terceiro mandato consecutivo, não foram suficientes para encerrar o confronto no primeiro turno. Porém, Lula saiu da disputa com mais de 46% dos votos válidos, acompanhado de 90 deputados do PT - a maior bancada da Câmara Federal. No fim daquele mês de outubro, apoiado pelos candidatos derrotados Anthony Garotinho e Ciro Gomes, o petista venceu em 26 unidades da federação, totalizando mais de 52 milhões de votos (61,27%) e finalmente conseguindo triunfar em uma eleição presidencial.

No dia primeiro de janeiro de 2003, Luiz Inácio da Lula da Silva tomou posse como o 35º presidente brasileiro, protagonizando ao lado de FHC a primeira troca de faixas entre dois presidentes eleitos por voto direto desde a redemocratização do país. Essa relação de cordialidade com o antecessor marcou também o início de sua gestão, caracterizado pela manutenção de concepções adotadas pelo tucano: “a ascensão de Lula representou o desejo da maioria dos eleitores por mudanças na área social. Porém, as políticas implementadas logo no início de seu primeiro mandato correspondem a um aprofundamento das iniciativas e a continuidade da política econômica de Cardoso” (ALLES, 2011, p. 13). Nesse sentido, o Café com o Presidente era utilizado para pedir calma àqueles que demandavam transformações: “eu

¹² Apelido que ganhou força durante a campanha eleitoral de 2002, quando Lula moderou sua retórica e evitou confrontos diretos com os demais candidatos. Cf. "LULINHA paz e amor" fugiu dos conflitos. *Folha de São Paulo*. 27 out. 02. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41288.shtml> >. Acesso em: 30 abr. 23.

¹³ LEIA íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de São Paulo*. 24 jun. 02. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> >. Acesso em: 01 mai. 23.

diria que vamos fazer, não com a pressa que alguns desejam, porque nós precisamos, de um lado, controlar a redução da taxa de juros e de outro lado, a gente precisa controlar a inflação”¹⁴.

Dessa forma, o governo petista decidiu manter vigente o modelo do tripé macroeconômico, composto pelos conceitos relativos à taxa de câmbio flutuante, ao regime de metas de inflação e a busca da responsabilidade fiscal, para o alívio do mercado financeiro e a decepção de setores da esquerda. Ao mesmo tempo, no entanto, Lula se voltou para a área social e lançou, ainda no primeiro mês como presidente, o Fome Zero. A ele, se seguiram outros projetos como o Luz para Todos e o Programa Cisternas, culminando na criação do Bolsa Família no final de 2003. Este programa de transferência de renda condicionada ao cumprimento por parte dos pais de obrigações referentes a questões como vacinação e matrícula dos filhos na escola, aliás, se tornou a principal bandeira da gestão do pernambucano.

No campo da educação, medidas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica se destacaram ao longo dos oito anos de governo. Já na saúde, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), o Brasil Sorridente e a Farmácia Popular foram algumas das principais inovações de Lula. Outras iniciativas marcantes do período incluem a aprovação do Estatuto do Idoso, o aumento do financiamento à agricultura familiar e a criação de secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.

A gestão do ex-metalúrgico também foi caracterizada pela aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, cuja média anual de expansão quase dobrou em relação à do governo anterior, ultrapassando os 4%¹⁵. As taxas recordes de emprego¹⁶, o crescimento vertiginoso da classe média¹⁷ e a política de valorização do salário mínimo acima da inflação¹⁸ caracterizaram um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação da

¹⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 02, 01 dez., 2003.

¹⁵ PIB sob Bolsonaro cresceu em média 1,5% ao ano, menos que Lula e Temer e só maior que o de Dilma. *O Globo*. 02 mar. 23. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/pib-sob-bolsonaro-cresceu-em-media-15percent-ao-ano-menos-que-lula-e-temer-e-so-maior-que-o-de-dilma.ghtml> >. Acesso em: 09 mai. 23.

¹⁶ ERA Lula chega ao fim com emprego recorde e risco inflacionário. *BBC*. 27 dez. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_economia >. Acesso em 09 mai. 23.

¹⁷ 35 milhões de pessoas ascenderam à classe média. *Exame*. 21 set. 12. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/35-milhoes-de-pessoas-ascenderam-a-classe-media/> >. Acesso em: 31 mai. 23.

¹⁸ VEJA o valor do salário mínimo quando Lula era presidente. *Valor*. 18 out. 22. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/18/veja-o-valor-do-salario-minimo-quando-lula-era-presidente.ghtml> >. Acesso em: 30 mai. 23.

capacidade de consumo interno e na redistribuição de renda. Em conjunto com as políticas voltadas aos mais pobres, a condução da economia durante os mandatos do líder petista permitiu a queda da desigualdade social e regional, a redução acentuada da pobreza extrema e o combate ao problema da fome.

Esse processo avançou de forma lenta durante os primeiros quatro anos de Luiz Inácio no Palácio do Planalto. No entanto, superada “a fase inicial de ajuste ortodoxo da economia, o novo desenvolvimentismo da era Lula foi se instalando paulatinamente. [...] Foi abandonada a visão privatista dos governos anteriores e recuperado o papel do Estado como agente e planejador econômico” (MOTTA, 2018, p. 401). Assim, após ser reconduzido à Presidência da República, o mandatário propôs ajustes no modelo de condução da Fazenda vigente até então, o que foi facilitado também pela chegada de Guido Mantega ao ministério antes comandado por Antonio Palocci: “além de benefícios fiscais para alguns setores industriais e da progressiva redução da taxa de juros, para fomentar a atividade econômica o governo turbinou o financiamento operado por grandes bancos estatais, notadamente o BNDES” (MOTTA, 2018, p. 401).

O caminho adotado pela gestão petista “foi inspirado menos na tradição socialista e mais no nacional-desenvolvimentismo brasileiro, embora com um viés de esquerda acentuado” (MOTTA, 2018, p. 400). Essa influência de governos do século anterior, com destaque para aqueles comandados por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, aliás, foi limitada: “o novo desenvolvimentismo rejeita o protecionismo perene e o crescimento via demanda oriunda de um déficit público crônico” (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 515). O ideário em questão teria um caráter híbrido, não se reduzindo ao modelo de substituição de importações que marcava seu antecessor nem se satisfazendo

apenas com a “estabilidade monetária”, objetivo maior das políticas neoliberais. Ao invés disso, seu objetivo seria a “estabilidade macroeconômica”. Este é um conceito mais abrangente de redução de incertezas relativas à demanda futura, criando um ambiente estável para a tomada de decisões de investimento privado. Isso inclui tanto a regulação estatal das taxas de juros, do câmbio e dos salários, quanto a redução da vulnerabilidade externa para defender a economia de choques externos e da volatilidade dos fluxos de capitais estrangeiros mediante uma taxa cambial administrada e a imposição de controles de capitais, caso necessário. Esses objetivos só podem ser alcançados por políticas com objetivos múltiplos e pela complementaridade entre as políticas monetária, fiscal, cambial e salarial para influenciar os “grandes preços” da economia: as taxas de juros, de câmbio, de salário e de inflação. As novas políticas macroeconômicas restabeleceriam a condição

soberana da ação do Estado de controlar sua moeda e sua política fiscal, permitindo a adoção de uma política industrial de defesa da competitividade e da equidade. (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011, p. 513-514)

Com essa nova postura sendo gradualmente adotada, “o segundo mandato foi a fase áurea de Lula, quando ele atuou com mais segurança e desenvoltura e obteve notável reconhecimento. A liderança e o carisma do ex-operário metalúrgico se firmaram em várias dimensões, alcançando fama mundial” (MOTTA, 2018, p. 410). Além da estabilização econômica, “os resultados das políticas sociais distributivistas apareceram com mais destaque nessa fase, em que ocorreram também os mais importantes investimentos educacionais” (MOTTA, 2018, p. 410). Porém, embora o período tenha sido marcado inicialmente pelo aumento dos “investimentos públicos, a diferença para o primeiro governo em termos de política macroeconômica foi muito pequena. O Brasil continuou a fazer superávits, o câmbio continuou livre, a inflação continuou baixa e, com o crescimento econômico maior, a relação dívida/PIB” (BARROS, 2022, p. 212) seguiu em queda até meados de 2008.

No final desse ano, o desempenho econômico do Brasil foi ameaçado pela crise financeira iniciada nos Estados Unidos e rapidamente espalhada pelo restante do planeta. Apesar do sobressalto inicial, refletido no resultado do PIB para 2009, o país se saiu melhor que a maioria das nações do mundo e logo retomou a trajetória de desenvolvimento, a partir da adoção de políticas anticíclicas e do aumento da intervenção estatal na economia. Nesse contexto, ações como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), grande plano de obras “que também atendia às necessidades da propaganda governamental, [...] servindo ainda para popularizar a imagem de sua gestora, Dilma Rousseff, que seria a candidata de Lula à sucessão” (MOTTA, 2018, p. 410); e o Minha Casa, Minha Vida, iniciativa voltada à habitação, cumpriram papel fundamental ao fomentar o reaquecimento da capacidade produtiva nacional ao mesmo tempo em que atacavam problemas crônicos de infraestrutura em todas as regiões brasileiras, marcando definitivamente a transição para o modelo neodesenvolvimentista.

Dessa forma, Lula conseguiu terminar seu governo com uma economia robusta que crescia mais de 7% ao ano¹⁹, além de manter a taxa de inflação e o dólar sob controle. As principais agências globais de avaliação de risco concederam grau de investimento ao Brasil²⁰, que viu também seu risco-país despencar, enquanto a queda da dívida pública foi acompanhada

¹⁹ PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos. *BBC*. 03 mar. 11. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp >. Acesso em: 30 mai. 23.

²⁰ BRASIL recebe título de grau de investimento pela agência S&P. *Uol*. 30 abr. 08. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2008/04/30/brasil-recebe-titulo-de-grau-de-investimento-pela-agencia-sp.htm> >. Acesso em: 30 mai. 23.

pelo grande aumento nas reservas internacionais²¹. O entusiasmo com a trajetória do país no exterior²² se juntou à euforia da bolsa de valores local²³; a coroação definitiva viria em 2010, com o recebimento do prêmio de Estadista Global do Fórum Econômico Mundial e o encerramento do mandato com a taxa de aprovação popular recorde de 87%²⁴.

A gestão de Lula, no entanto, não foi marcada apenas por sucessos. O presidencialismo de coalizão vivido no Brasil por todos os seus últimos mandatários, por exemplo, não deixou de marcar a administração do pernambucano. As pressões políticas diversas e as negociações baseadas na troca de favores para garantir a governabilidade atingiram um de seus mais críticos momentos quando da eclosão do Escândalo do Mensalão²⁵, em junho de 2005. O impeachment do petista chegou a ser aventado em meio à repercussão negativa, mas o processo não tomou forma: “primeiro, porque não houve denúncias diretas contra o presidente, apenas contra o segundo escalão do governo. Por outro lado, as forças de oposição parecem ter escolhido circunscrever o impacto da crise, talvez acreditando que o estrago já era suficiente para derrotar Lula” (MOTTA, 2018, p. 409) na disputa política do ano seguinte.

No entanto, as expectativas de que ele “sangraria até a derrota na eleição foram frustradas. As políticas sociais começaram a produzir efeitos na mesma época do Escândalo do Mensalão, [...] seu sucesso o tornava imbatível. Nos primeiros meses de 2006, Lula já havia readquirido a liderança nas pesquisas” (BARROS, 2022, p. 199). Assim, o governo do PT conseguiu escapar da crise e vencer a votação a partir do descolamento da imagem de Lula das denúncias, do sucesso econômico da gestão e de seu crescente apoio por parte das parcelas mais pobres da população (SINGER, 2009), não sem ter que passar novamente pelo segundo turno (60,83% contra Geraldo Alckmin). Porém, sua relação com a classe média, tradicional base de apoio, foi fortemente fragilizada; assim como o foram alguns dos nomes centrais do partido, José Dirceu²⁶ sendo o principal exemplo. Outro “importante deslocamento ocorreu na política

²¹ O país que ele construiu. *Istoé*. 05 jan. 11. Disponível em: < <https://www.istoedinheiro.com.br/o-pais-que-ele-construiu/> >. Acesso em: 30 mai. 23.

²² BRAZIL takes off. *The Economist*. 12 nov. 09. Disponível em: < <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off> >. Acesso em: 30 mai. 23.

²³ BOLSA tem alta real de 295% nos anos Lula. *Folha de São Paulo*. 31 dez. 10. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me3112201002.htm> >. Acesso em: 14 jun. 23.

²⁴ POPULARIDADE de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *GI*. 16 dez. 10. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> >. Acesso em: 26 abr. 23.

²⁵ Escândalo de corrupção envolvendo a compra de votos de parlamentares pelo Poder Executivo, veio à tona em meados de 2005. Cf. CONTEI a Lula do "mensalão", diz deputado. *Folha de São Paulo*. 06 jun. 05. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm> >. Acesso em: 01 mai. 23.

²⁶ APÓS escândalo do "mensalão", José Dirceu deixa ministério da Casa Civil. *Folha de São Paulo*. 16 jun. 05. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69722.shtml> >. Acesso em: 09 mai. 23.

de alianças de Lula, que depois do Mensalão se aproximou mais do PMDB, o partido central do sistema político brasileiro, [...] para alcançar maior estabilidade” (MOTTA, 2018, p. 410).

Antes disso, ainda no primeiro ano de governo, as disputas em torno da proposta de Reforma da Previdência levaram à expulsão de parlamentares do PT que votaram contra o projeto²⁷. Mais tarde, os dissidentes fundariam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), se posicionando à esquerda de Lula. Nesse sentido, o movimento petista rumo ao centro político e suas diversas alianças com setores conservadores motivaram críticas por parte da militância histórica, frustração agravada com a manutenção inicial da forma de condução ortodoxa da economia herdada de Fernando Henrique, com a futura crise do Mensalão e com o insucesso em aprovar medidas no Congresso que pudessem tornar o sistema tributário nacional menos regressivo.

A lentidão no prosseguimento da reforma agrária, que “deixou de ser prioridade em quadro de entusiasmo pelo sucesso dos outros programas sociais, ao mesmo tempo que o governo evitava criar pontos de atrito com o poderoso e estratégico setor do agronegócio” (MOTTA, 2018, p. 404); e o apagão aéreo de 2006, colapso marcado por acidentes com aeronaves e por paralisações dos controladores de voo, são outros problemas comumente apontados no tocante aos oito anos de gestão. A evolução da balança comercial brasileira também pode ser questionada em um contexto de boom no preço das commodities. Apesar dessa condição global ter favorecido o constante aumento no volume total de vendas para o exterior²⁸ ao longo dos mandatos de Luiz Inácio, a forma como a situação foi conduzida levou ao agravamento da primarização da pauta de exportação nacional²⁹, em detrimento de produtos com maior valor agregado.

No entanto, os problemas apresentados durante a gestão do Partido dos Trabalhadores não impediram que a ex-guerrilheira e ex-Ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff se tornasse a primeira mulher a vencer uma eleição presidencial no Brasil. Durante a disputa, ela enfrentou o recrudescimento do reacionarismo que já havia aparecido em 2006, sendo alvo de ataques da oposição em função de elementos como o passado na luta armada e a defesa do

²⁷ PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido. *Folha de São Paulo*. 15 dez. 03. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200302.htm> >. Acesso em: 10 mai. 23.

²⁸ LULA comemora recorde de exportações e critica "pessimismo". *Terra*. 30 dez. 10. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/economia/lula-comemora-recorde-de-exportacoes-e-critica-pessimismo,28f3a8f241d2b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 30 mai. 23.

²⁹ DEMANDA da China empurra expansão do Brasil. *Folha de São Paulo*. 19 dez. 10. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201010.htm> >. Acesso em: 31 mai. 23.

aborto³⁰, em campanha de viés moral que “tonificou os grupos conservadores, cuja influência aumentaria bastante nos anos seguintes” (MOTTA, 2018, p. 413). Em 2010, porém, aproveitando o vasto capital político angariado por Lula, Rousseff repetiu seu antecessor e derrotou José Serra (PSDB) no segundo turno.

2.2 A Política Externa

Criado há 200 anos como Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) “é um dos atores fundamentais para moldar e encaminhar a PEB em qualquer época, [...] sua diplomacia cumpre este papel de forma profissional e é reconhecida como muito capacitada no mundo todo” (JAKOBSEN, 2016, p. 52). Desde sua criação, o Itamaraty tem sua atuação pautada pela defesa da soberania nacional: “there is a consensus among Brazilian foreign policy scholars about the centrality of the concept of autonomy for the country’s external relations, since the independence from Portugal in the 19th century”³¹ (VIEGAS, 2013, p. 12).

Já no século XX, essa busca por autonomia tomou nova forma a partir da adoção do ideário desenvolvimentista, com o governo de Getúlio Vargas utilizando o MRE como “uma via para o desenvolvimento nacional. Esta estratégia, em conjunto com as condições internacionais, [...] fazia do Brasil na década de 1940 um país relevante, em certa medida, para as estratégias das grandes potências mundiais, naquele momento – EUA e Alemanha” (CURSINI, 2018, p. 63). A barganha feita junto a Washington, que possibilitou a entrada do país sul-americano na Segunda Guerra Mundial a partir do financiamento estadunidense para a modernização das Forças Armadas brasileiras e para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, é a negociação mais emblemática nesse sentido. Alguns anos mais tarde,

a alteração da conjuntura internacional e as novas perspectivas econômicas e estruturais do território nacional levaram o governo brasileiro a assumir um papel de proeminência regional. A alteração da estrutura industrial do país com Juscelino Kubitschek (1956-1961) imprimia sobre a configuração territorial do estado um modelo de desenvolvimento, que demonstrava a capacidade do Brasil de atingir um grau de competição no cenário internacional. Deste modo, o desenvolvimento da estrutura econômica brasileira naquele momento, levava à ascensão dos interesses dos

³⁰ SAIBA o que Dilma, Serra e Marina já disseram sobre o aborto. *GI*. 07 out. 10. Disponível em: < <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/saiba-o-que-dilma-serra-e-marina-ja-disseram-sobre-o-aborto.html> >. Acesso em: 10 set. 23.

³¹ Tradução livre: “há um consenso entre os estudiosos da política externa brasileira sobre a centralidade do conceito de autonomia para as relações externas do país, desde a independência de Portugal no século XIX”.

setores industriais e agrícolas da sociedade no âmbito internacional. Assim, tornar-se uma potência média era no Brasil também um corolário das pretensões de setores da burguesia em buscar expandir e/ou manter suas representações de poder perante um cenário internacional capaz de proporcionar vantagens econômicas aos grandes setores produtivos brasileiros. Esta percepção de potência ganhou corpo na medida em que os governos militares, após o golpe de Estado de 1964, passaram a defender mais enfaticamente os interesses da classe industrial brasileira, esta que via na expansão do poder no cenário mundial também uma forma de expandir sua rede de produtos no âmbito internacional. (CURSINI, 2018, p. 63)

Essa via desenvolvimentista, que seria abandonada a partir dos anos 1980 e da ascensão ideológica do neoliberalismo, foi retomada em parte no início do século XXI com a posse de Lula. Com ele, “o Estado voltou a assumir papel fundamental no processo de desenvolvimento, como indutor da economia. [...] As aspirações do país mudaram e o universalismo, já consolidado, passou a ter protagonismo nas principais questões internacionais” (MELLO, 2009, p. 10). Porém, diferentemente de seus antecessores, o petista inova com relação ao “lugar que ocupa a política social, posta não como compensatória, mas como centro da estratégia de retomada do crescimento” (COSTA, 2015, p. 67), conforme exposto no *Café com o Presidente*: “no Brasil sempre se cuidou pouco dos pobres. E nós achamos que é um dinheiro bem aplicado. Por quê? Porque, ao chegar à casa, ao chegar à mão da mãe, ela vai ao supermercado, vai fazer a despesa, vai fazer a economia do município pequeno funcionar”³². Dessa forma, seu governo é marcado pela

ênfase com que [...] passou a defender a reforma social, tanto interna quanto externa. Alçada à condição de variável-chave, tal reforma tem uma dimensão interna (solução da crise social brasileira) e uma dimensão externa (modificação da estrutura da divisão internacional do trabalho). A premissa filosófica de que parte a administração é de que há uma relação simbiótica entre aquelas dimensões, e a solução dos problemas internos está condicionada ao reforço da posição do Brasil no sistema internacional. (MELLO, 2009, p. 10)

Nesse sentido, a postura diplomática do governo do Partido dos Trabalhadores tem semelhanças com aquela apresentada durante as gestões de Jânio Quadros e João Goulart, no início dos anos 1960. A Política Externa Independente (PEI), como ficou conhecida, se aproxima da condução de Lula tendo em vista “a especificidade das duas: a reforma social foi definida como seu fundamento, e ambas enfatizaram-na não apenas no plano interno (sociedade brasileira) como também no plano externo (sistema internacional). Críticas à estrutura do

³² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 28, 01 nov., 2004.

sistema [...] são emblemáticas nesse sentido” (MELLO, 2009, p. 75). O golpe de 1964 pôs fim à PEI, substituída por uma atuação marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos do ditador Castello Branco.

O regime de exceção que durou mais de duas décadas, no entanto, não teve uma política externa homogênea ao longo de toda sua duração. Durante o governo de Ernesto Geisel, o Pragmatismo Responsável inovou ao propor “uma atuação internacional que se diferenciava dos antecessores [...] no sentido de buscar alianças em qualquer parte do mundo, independente dos modelos políticos ou econômicos dos novos parceiros, contanto que trouxessem benefícios ao Brasil” (KOWALSKI, 2018, p. 08). Novamente, é possível traçar um paralelo com a diplomacia de Lula ao destacar que ambos os momentos foram marcados por “dois elementos principais: a concepção do interesse nacional e a opção por uma estratégia realista de inserção internacional” (TATSCH, 2011, p. 205).

Tanto a PEI quanto o Pragmatismo Responsável “constituíram uma inovação no discurso e implementação da política externa brasileira, se comparados com as políticas externas que os antecederam. Conservaram, porém, as linhas básicas iniciadas por Getúlio Vargas e Kubitschek” (LIGIÉRO, 2011, p. 317), cuja atividade diplomática priorizava o desenvolvimento nacional. O elemento diferencial observado em tais momentos dizia respeito à “necessidade de efetuar mudanças para continuar a perseguir o ideal de desenvolvimento e de se adaptar aos câmbios ocorridos nos panoramas interno e internacional, [...] buscar uma maior autonomia com relação aos Estados Unidos, evitando porém opções radicais” (LIGIÉRO, 2011, p. 318), posicionamento que pode ser comparado com a postura de Lula. A política externa adotada a partir de 2003 também guarda semelhanças com aquela que a precedeu, mantida durante os anos de FHC no poder, possuindo pontos de contato como

o caráter prioritário dado ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em especial à Argentina, parceira estratégica na região; a conformação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), que surgiu no ano de 2008 em Brasília, mas que fora inicialmente idealizada sob a denominação de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2000, fruto da Reunião de Presidentes em Brasília; além do mais, a liderança brasileira do G-20 comercial (atrelado à Rodada Doha) só teria sido possível pelos esforços do governo anterior que dotou o Ministério das Relações Exteriores (MRE) de uma estrutura para contenciosos comerciais. (ALLES, 2011, p. 29)

Porém, Luiz Inácio se diferenciou do tucano na medida em que “procurou recuperar espaços perdidos na África e no mundo árabe e estabelecer alianças com países emergentes, como a Índia, a China e a África do Sul. Relançou, portanto, a cooperação Sul-Sul, um objetivo

brasileiro desde os anos 1970 que foi abandonado durante a era Cardoso” (WARTCHOW, 2012, p. 12-13). Da mesma forma, “enquanto a visão-mundo de Cardoso era o da governança global, a de Lula era multipolar. Sua diplomacia agiu no sentido de promover a evolução do sistema unilateral centrado nos Estados Unidos para o sistema composto de outros polos de equilíbrio” (WARTCHOW, 2012, p. 13). Assim sendo, “Lula assume postura revisionista com a qual procura alinhar a política externa aos anseios de mudança e às propostas e compromissos que assumira domesticamente, sem, no entanto, afastar-se de forma radical de nenhum dos principais legados do governo anterior” (WARTCHOW, 2012, p. 23).

Essa mudança de paradigma observada com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder baseou-se na atualização das relações do Brasil “com os países desenvolvidos, buscando ser o mediador entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento com uma nova ênfase junto aos países africanos, árabes e aos chamados ‘monster countries’, Índia, China e Rússia” (ALLES, 2011, p. 32). A partir desse momento, a nação sul-americana adotaria, “por meio de uma política ‘ativa e ativa’ - utilizando as palavras do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim -, [...] posicionamento que buscava diminuir os desequilíbrios de poder no meio internacional, sem comprometer parcerias comerciais” (BATEZELLI, 2022, p. 16). Postura mais assertiva e confiante, aliás, que transparecia constantemente no Café com o Presidente:

quem estiver torcendo para o fracasso do Brasil vai quebrar a cara. Pode ficar certo que vai quebrar a cara. Não existe espaço para política menor neste país. O Brasil está tendo uma oportunidade histórica e eu quero dar a minha contribuição para que o Brasil se transforme definitivamente numa economia altamente desenvolvida.³³

Nesse sentido, as “Relações Sul – Sul ocuparam uma posição estratégica na PEB do Governo Lula e trouxeram retornos positivos, inclusive no curto prazo, por meio da ampliação das exportações brasileiras e da abertura de mercados para investimentos de multinacionais” (JAKOBSEN, 2016, p. 193). Esse esforço para construção e fortalecimento de parcerias, aliás, não se restringiu ao âmbito econômico: “através dessa diversificação, o Brasil foi em busca não só de novos parceiros comerciais, mas também de apoio [...] a suas demandas internacionais, apoio para a construção de uma ordem internacional na qual os países em desenvolvimento pudessem ter uma maior participação” (RIEDIGER, 2014, p. 33-34). Afinal, para a estruturação da desejada “inserção ativa do Brasil no cenário internacional se faz essencial a construção de parcerias diversificadas, devido ao maior peso internacional que essas acabam conferindo a seus participantes” (RIEDIGER, 2014, p. 34).

³³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 43, 30 mai., 2005.

Para atingir os objetivos propostos, a gestão de Luiz Inácio procurou “influir no ordenamento [...] mundial de forma efetiva e pragmática por meio de coalizões de geometria variável” (VALDEZ, 2016, p. 19), como o G-20 Comercial, o IBAS, o G-4 e o BRICS, dentre outras. Iniciativas “como essas visavam parcerias com outras economias em desenvolvimento que também buscavam maior proeminência no cenário mundial em assuntos específicos, ou seja, sem almejar um alinhamento completo de intenções” (BATEZELLI, 2022, p. 45). Dessa forma, “à medida que o governo brasileiro buscou novas parcerias, manteve a visão autonomista, pois esses grupos são informais, [...] servindo para intercambiar pontos de vista e defender interesses em comum” (ALLES, 2011, p. 40).

Logo no início do primeiro mandato Lula se engajou na formação do G-20 Comercial, tendo sido o Brasil “um dos responsáveis pela criação [...], que representou uma revolução na forma de negociação da OMC, que, até então, não tinha a presença dos países em desenvolvimento na maior parte das decisões” (RIEDIGER, 2014, p. 36). A constituição do grupo ocorreu “em reação à proposta conjunta dos EUA-UE sobre agricultura, apresentada às vésperas da Reunião Ministerial de Cancun, de 2003, que ameaçou reduzir as ambições da Rodada Doha, em contradição com a ‘Agenda de Desenvolvimento’ adotada no início das negociações” (WARTCHOW, 2012, p. 39). Assim, seu foco “era levar ao centro das negociações a questão do comércio agrícola, colocando como condição central a redução dos subsídios e o acesso a mercados para a negociação dos demais temas da Rodada” (RIEDIGER, 2014, p. 36).

Já o G-20 Financeiro, originalmente fundado em 1999, ganhou nova envergadura com as reuniões de cúpula que passaram a ser realizadas a partir da Crise de 2008. Em consonância com a posição brasileira, “nesses encontros reconheceu-se que as economias emergentes desempenhariam um papel relevante na estabilização e que a reforma das instituições financeiras deveria espelhar essa nova realidade” (WARTCHOW, 2012, p. 40). Nesse contexto, “os resultados mais relevantes [...] foram a consolidação do G-20 Financeiro em substituição ao G-8 e a reestruturação do poder decisório no FMI” (WARTCHOW, 2012, p. 40), do qual o país se tornou credor poucos anos após quitar sua dívida³⁴. Esse processo, aliás, também foi pauta do Café com o Presidente: “o G-20 ganha um papel de destaque, e foi unânime na boca

³⁴ GOVERNO decide quitar toda a dívida com o FMI. *Folha de São Paulo*. 14 dez. 05. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200502.htm>>. Acesso em: 05 jul. 23.

de todos os líderes que a correlação da política mundial hoje precisa ter a participação não apenas dos países mais ricos, mas dos países emergentes, em vias de desenvolvimento”³⁵.

Outro mecanismo de coordenação internacional que ganhou destaque durante o governo Lula foi o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, fundado em 2003 “como um desdobramento das alianças formadas durante o contencioso das patentes na OMC, ocorrido ainda nos governos FHC” (BATEZELLI, 2022, p. 45). Aliança de cunho político e econômico, o IBAS abrangia também “uma posição simbólica no alinhamento brasileiro Sul-Sul. O estabelecimento de diálogo entre três países com considerável importância nos seus respectivos campos regionais e caracterizados por problemas sociais graves gerava um ambiente propício à cooperação” (CURSINI, 2018, p. 123). Essas nações, em conjunto com a China, criaram o grupo BASIC em 2009 para atuar conjuntamente no âmbito da Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas daquele ano.

Com a adição da Rússia, esses mesmos países formariam ainda o BRICS: “o que era apenas um acrônimo criado por Jim O’Neill, economista do banco norte-americano Goldman Sachs, tornou-se um bloco político com a aproximação das lideranças desses países” (ALLES, 2011, p. 40). Suas tratativas “surtem no sentido de estabelecer um ‘balanceamento brando’ das relações de poder, num mundo onde a hegemonia do poder militar dos Estados Unidos não podia ser desafiada” (CURSINI, 2018, p. 127). Sendo assim, sua principal importância “para o Brasil foi justamente dar voz às demandas de um país que buscava consolidar seu espaço e exercer protagonismo em uma ordem internacional cuja organização geopolítica mostrava-se contraproducente à sua condição de emergente” (SILVA; HOLLEBEN, 2023, p. 205).

Todas essas ações coordenam-se no âmbito da principal característica da política externa de Lula, a atuação através do multilateralismo “a fim de inserir o país em um sistema de alinhamento externo Sul-Sul, de modo que a aproximação brasileira com outros países líderes regionais e com suas economias em ascensão consolidava uma esfera global propícia a opções de alinhamento em detrimento dos países hegemônicos” (CURSINI, 2018, p. 128). A importância de iniciativas como essas “advinha, portanto, da percepção de que, juntamente com os países emergentes e em desenvolvimento, o Brasil poderia colaborar para uma ordem mundial menos estática e hierarquizada” (SILVA; HOLLEBEN, 2023, p. 205), em movimento que permitiria à nação sul-americana “penetrar a ação das estruturas hegemônicas do

³⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 186, 17 nov., 2008.

capitalismo de modo a ser parte do jogo de reciprocidades internacionais, do comando e dos benefícios” (CERVO, 2008, p. 103). Nesse sentido,

as relações com o Sul constituíram o cerne da política externa brasileira. Foi justamente a intensificação dessas relações - somada à ideia de amplificar a voz dos países em desenvolvimento - que caracterizou a inserção internacional do Brasil. [...] O intuito de cooperar com o Sul foi, de acordo com a rationale da política externa de Lula, parte de uma estratégia que visava a aumentar a capacidade de influência do país na esfera internacional e de obter ganhos a partir da complementaridade com outros países em desenvolvimento. O Sul, por ter sido objeto de uma atuação intermitente da diplomacia brasileira sob Lula, tornou-se espaço onde existiram mais possibilidades de novas iniciativas. Mais do que isso, foi um espaço no qual o Brasil pôde atuar como líder e coordenar esforços de países com capacidade semelhante. (TATSCH, 2011, p. 202)

A ênfase dada à Cooperação Sul-Sul, no entanto, não significou um afastamento demasiado de parceiros tradicionais do mundo desenvolvido, como os Estados Unidos. Obviamente, em alguma medida o envolvimento do país sul-americano “with international organizations often led to heightened conflict, as Brazil leveraged those organizations to challenge American hegemony and the ‘density and deformity’ of the distribution of power in the global order”³⁶ (LEATHERMAN, 2012, p. 70). No entanto, a habilidade de ambas as partes para manter “relations that, on the whole, were cordial served as a testament to the enduring power of shared values and common threats, and pointed to the ability of exceptionally charismatic leaders, like Lula, Bush, and Obama, to smooth over acute diplomatic disagreements”³⁷ (LEATHERMAN, 2012, p. 70-71).

A preocupação do governo petista em preservar o vínculo histórico com Washington, aliás, foi expressa ainda antes das eleições de 2002, quando José Dirceu foi aos EUA “com o intuito de tranquilizar políticos e investidores americanos quanto às possíveis consequências da vitória de um candidato presidencial de esquerda no Brasil” (JAKOBSEN, 2016, p. 149). Em dezembro do mesmo ano, Luiz Inácio repetiu a visita antes mesmo de tomar posse, em mais um gesto em direção à superpotência. Afinal, deve-se levar em conta que o país “will need America’s support for, or at least its acquiescence to, Brazil’s bid for a permanent seat on the

³⁶ Tradução livre: “com organizações internacionais muitas vezes levou a conflitos intensificados, à medida que o Brasil alavancou essas organizações para desafiar a hegemonia americana e a ‘densidade e deformidade’ da distribuição de poder na ordem global”.

³⁷ Tradução livre: “relações que, no geral, foram cordiais serviram como um testemunho do poder duradouro dos valores compartilhados e das ameaças comuns, e apontaram para a capacidade de líderes excepcionalmente carismáticos, como Lula, Bush e Obama, de amenizar divergências diplomáticas agudas”.

United Nations Security Council. Likewise, America's cooperation will be crucial if Brazil is to lead an overhaul of the global trading system"³⁸ (LEATHERMAN, 2012, p. 71). No mesmo sentido, as relações com a União Europeia e demais nações do G7 nunca foram deixadas de lado por Lula, que frequentemente procurou sua cooperação.

Dessa forma, percebe-se que na realidade o governo do Partido dos Trabalhadores reconstruiu “a agenda brasileira na combinação dos eixos horizontal e vertical. [...] A política externa do século XXI transforma e atualiza o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul” (PECEQUILO, 2008, p. 136). Nesse sentido, pode-se afirmar que Lula “busca parceiros estratégicos no Sul para ter maior poder de barganha nas negociações internacionais. As relações com os países ricos são consideradas fundamentais, buscando-se um equilíbrio maior, inclusive no tocante aos Estados Unidos” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 322-325), estratégia que poderia ser descrita como “autonomia pela diversificação” através da adesão “às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais, pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 283).

Essa capacidade de barganha, cujo fortalecimento foi perseguido pela gestão de Luiz Inácio, tinha como um de seus principais alvos a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Sua ampliação, demanda histórica da diplomacia brasileira, deveria ocorrer segundo o governo petista em função das “mudanças no pós-Guerra Fria e do aumento expressivo do número de membros da ONU desde a última expansão do mesmo nos anos sessenta. A tese do aumento da representatividade é enfatizada daí decorrendo maior legitimidade e efetividade das decisões do Conselho” (WARTCHOW, 2012, p. 45). Para alcançar esse objetivo, o Brasil fez parte da formação do G-4 ao lado de Alemanha, Índia e Japão, todos interessados em participar do organismo; no entanto, nenhum avanço concreto foi atingido desde 2005. Nesse meio tempo, a nação sul-americana decidiu se engajar em grandes questões globais buscando maior protagonismo, como no caso da MINUSTAH:

a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti teve papel relevante na consolidação do papel brasileiro na América Central e no Caribe. O exercício do comando brasileiro desta missão desde 2004 indica o esforço brasileiro em sustentar um papel de potência regional. [...] A participação brasileira no Haiti, além de ter

³⁸ Tradução livre: “necessitará do apoio dos Estados Unidos, ou pelo menos da sua aquiescência, à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Da mesma forma, a cooperação dos EUA será crucial se o Brasil quiser liderar uma revisão do sistema comercial global”.

ocorrido no âmbito de cooperação tecnológica, técnica e empresarial, também materializou sobre o país caribenho o discurso pré-eleição do governo Lula da Silva. Deste modo a missão humanitária no Haiti solidificou o discurso político externo brasileiro de combate às desigualdades de poder internacional, o papel dos países no combate às desigualdades sociais, o combate à fome, entre outras pautas que colocavam em contato o discurso da política interna e a política externa brasileira. (CURSINI, 2018, p. 117-118)

Assim, “ao assumir a responsabilidade pelo comando militar da MINUSTAH, o discurso brasileiro era baseado nas diretrizes da política externa, calcadas no fortalecimento de uma identidade latino-americana e caribenha, além da construção de uma agenda comum de desenvolvimento” (CARVALHO, 2018, p. 98). Além de prestar auxílio à nação centro-americana e angariar prestígio internacional, a participação ativa na Missão também acabava por reforçar “o apoio ao multilateralismo, conforme sintetizado na ocasião pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, em declaração à revista *The Economist*: ‘You can’t support multilateralism and when it comes to act say it’s too dangerous’” (CARVALHO, 2018, p. 98). No mesmo sentido, pode ser citado o esforço diplomático do país no caso do acordo nuclear com Irã e Turquia³⁹ em 2010, que contribuiria “com o objetivo [...] de tomar um papel de mediador internacional importante, além de diversificar as parcerias com países não hegemônicos” (CURSINI, 2018, p. 133).

Outro tipo de projeção internacional da imagem brasileira foi buscado através do esporte, com o lançamento de uma sequência de candidaturas bem-sucedidas por parte do governo Lula: Jogos Pan-Americanos e Para-Panamericanos de 2007 (proposta apresentada ainda em 2001), Jogos Mundiais Militares de 2011, Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Dessa forma, na gestão do PT “as questões referentes ao esporte passaram a ser pauta nas discussões e decisões governamentais, impulsionadas pelos megaeventos esportivos. O envolvimento das empresas estatais também se intensificou, passando a desenvolver ações condizentes com as prioridades” (PEREIRA, 2017, p. 17) do Executivo Federal.

Todo esse esforço pela promoção do nome do Brasil e pelo aumento de sua reputação ao redor do planeta culminou na postura expansiva do MRE durante os anos de Lula na Presidência da República: “the number of diplomatic postings abroad grew significantly, from 150 to 230, as well as the number of professional diplomats, which rose from 1000 in 2005 to

³⁹ IRÃ assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia. *BBC*. 17 mai. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu >. Acesso em: 29 jun. 23.

1400 in 2010”⁴⁰ (VIEGAS, 2013, p. 13). Além da atuação de representantes do Itamaraty nos cinco continentes, o próprio mandatário se fez presente em todo o mundo, postura defendida mais de uma vez no Café com o Presidente: “acontece que, nesse mundo globalizado, um país com o potencial produtivo do Brasil, tanto na indústria quanto na agricultura, um país que tenha qualidade no setor de serviços que tem o Brasil, não pode ficar esperando que as pessoas venham nos descobrir”⁴¹. Assim, ele participou de número expressivo de viagens, agindo em prol do aumento das exportações nacionais, angariando apoio político às demandas brasileiras e defendendo um regime internacional mais igualitário:

em seus oito anos de governo, o presidente realizou 263 visitas internacionais, sendo 88 de caráter multilateral. [...] A América do Sul representou a grande prioridade do período, sendo a maior recebedora de visitas, 60 ao todo, seguida da Europa, com 39. Devido ao reduzido número de países que a compõe, vale destacar também, as visitas realizadas à América do Norte, sete de 2003 a 2010, e duas ainda na condição de presidente eleito, em 2002. O grande destaque do período, no entanto, são as visitas realizadas aos parceiros “não tradicionais” do Brasil. O Oriente Médio, por exemplo, [...] foi receptor de 10 visitas do presidente Lula, enquanto a África, outra grande prioridade do governo, recebeu 28 visitas. Em suas viagens, além da tradicional assinatura de atos e acordos bilaterais, o presidente Lula sempre era acompanhado de diversos ministros brasileiros – como da Indústria, Desenvolvimento e Comércio, do Turismo, das Relações Exteriores, entre outros – além de grupo de empresários. (RIEDIGER, 2014, p. 35)

A supracitada priorização dada à América do Sul estava inscrita no projeto do governo do PT a partir da percepção de que “a conquista da liderança regional garantiria ao país a proeminência no cenário global, se tornando o percurso mais favorável ao governo brasileiro para angariar uma posição de destaque no sistema internacional” (PRADO, 2012, p. 20). Nesse sentido, o “caminho traçado serviria para a estabilidade econômica e política regional que, por sua vez, eram necessárias para um maior poder de barganha sul-americano e brasileiro perante a hegemonia dos países ricos do Norte” (CURSINI, 2018, p. 15). Em suma, no período em questão a política externa do Brasil, “de modo a defender o interesse nacional, encontrava no continente sul-americano as condições para expandir o seu comércio e para desenvolver uma liderança regional, que tinha como suporte a participação brasileira no desenvolvimento de infraestruturas” (CURSINI, 2018, p. 16) no subcontinente.

⁴⁰ Tradução livre: “o número de postos diplomáticos no estrangeiro cresceu significativamente, de 150 para 230, bem como o número de diplomatas profissionais, que passou de 1000 em 2005 para 1400 em 2010”.

⁴¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

Políticas como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) serviriam, portanto, não apenas para “integrar os países do continente, mas também fortaleceriam a liderança brasileira na América do Sul, na medida em que o Brasil imprimia seus interesses na região” (CURSINI, 2018, p. 16). Deve-se ressaltar que, em alguns momentos, o projeto de liderança regional de Lula foi baseado em “medidas que desagradaram a opinião pública interna, mas que regionalmente contribuíram, ao menos em teoria, para uma maior aceitação da preponderância brasileira por parte dos países vizinhos” (PRADO, 2012, p. 145). Dessa forma, por vezes seu governo decidiu arcar com algum nível de desgaste doméstico tendo em vista o objetivo estratégico de longo prazo.

A renegociação do acordo da usina hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai em 2009⁴², por exemplo, a partir da qual o Brasil triplicou seu pagamento ao vizinho pela energia gerada, foi alvo de muitas críticas no ambiente político e midiático nacional. Apesar disso, a decisão de acatar o aumento de valores, além de outras demandas de Assunção, foi mantida por Lula a partir da defesa da necessidade de promoção do desenvolvimento conjunto da região. No mesmo sentido, a crise enfrentada em 2006 com a nacionalização dos hidrocarbonetos pelo presidente boliviano Evo Morales⁴³ expôs a tensão entre o “discurso de solidariedade em relação aos vizinhos menos desenvolvidos e a política de expansão das empresas brasileiras e de ‘proteção dos investimentos’ no exterior” (FUSER, 2011, p. 05) mantidos por Brasília:

a decisão prejudicou os interesses da Petrobras, na época a maior empresa instalada na Bolívia, com presença em todos os ramos da atividade petroleira. O conflito foi amplificado pela existência de uma relação de interdependência entre os dois países com base no gasoduto de 3.150 quilômetros, que transporta quase a metade do gás natural consumido pela indústria no Brasil. Com a “nacionalização sem expropriação”, segundo a fórmula adotada por Morales, as empresas estrangeiras foram autorizadas a permanecer na Bolívia, mas tiveram de renegociar seus contratos, aceitando a ampliação da receita fiscal (government take) obtida pelo governo a partir da produção petroleira. [...] Lula, pressionado pela oposição conservadora, intercedeu em defesa dos lucros da Petrobras, mas ao mesmo tempo reconheceu a nacionalização como expressão do direito soberano da Bolívia em legislar sobre seus próprios recursos naturais, abstendo-se de represálias. (FUSER, 2011, p. 05)

⁴² LUGO e Lula chegam a acordo sobre Itaipu. *BBC*. 25 jul. 09. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090725_acordoitaiupufabebc >. Acesso em: 13 jun. 23.

⁴³ EVO Morales decreta nacionalização das reservas de gás e petróleo da Bolívia. *EBC*. 01 mai. 06. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2006-05-01/evo-morales-decreta-nacionalizacao-das-reservas-de-gas-e-petroleo-da-bolivia> >. Acesso em: 13 jun. 23.

A preocupação do Executivo Federal em encontrar soluções dialogadas estava em linha com a “visão de que espaços pouco desenvolvidos no interior do continente sul-americano não permitiam uma inserção simétrica na esfera internacional” (CURSINI, 2018, p. 114), prejudicando a projeção diplomática brasileira. Esse projeto de ascensão, aliás, justamente partia do fortalecimento dos mecanismos regionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): “observa-se ao longo dos anos 2000 um esforço para ampliar e diversificar a presença brasileira a nível internacional. Este processo, no entanto, não resultou em um enfraquecimento do MERCOSUL, [...] que se manteve como uma prioridade da política externa brasileira” (WENZEL, 2017, p. 113).

Outra iniciativa apoiada por Luiz Inácio foi a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, organização supranacional de caráter inovador que tornou possível “acomodar diferentes iniciativas de integração sub-regionais, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina das Nações (CAN). Ficava caracterizada, assim, a vertente política – e não econômica – como a viga mestre do processo de integração unasulino” (CARVALHO, 2018, p. 99). Abrangendo todo o continente americano, pode-se citar ainda a fundação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, e a paralisação das negociações envolvendo a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em posição mantida “pelo governo Lula com um objetivo: impedir o aprofundamento de assimetrias, preservando para o Brasil a vocação de país industrial” (WARTCHOW, 2012, p. 15).

Do outro lado do Oceano Atlântico, a África se tornou um dos principais alvos da ofensiva diplomática da gestão de Lula, cujos mandatos foram marcados por um vigoroso “aumento da intensidade na relação do Brasil com o continente africano, pelo aumento do comércio e investimento, criação de novas embaixadas, contatos bilaterais e fóruns birregionais e, principalmente, ampliação da cooperação técnica civil e militar” (RIBEIRO, Camille, 2020, p. 18). Nesse sentido, percebe-se a preocupação do governo petista no tocante “à necessidade de se reconhecer a importância das relações Brasil-África, à possibilidade de o Brasil contribuir para o desenvolvimento africano e à possibilidade da África de contribuir para o desenvolvimento do Brasil” (KOWALSKI, 2018, p. 108).

Na retórica de Luiz Inácio, “um tema recorrente [...] em contextos africanos é o da dívida histórica do Brasil com a África, em virtude dos séculos de escravidão” (BRASIL, 2016, p. 145), um reconhecimento tardio por parte do Estado brasileiro e uma importante sinalização à fração significativa da base social de apoio do PT. Da mesma forma, outro viés presente nas manifestações governamentais em relação ao continente diz respeito à solidariedade com as

nações menos desenvolvidas, ideal que foi “amplamente utilizado pela diplomacia brasileira para projetar-se internacionalmente de forma diferenciada dos países centrais, com declarados objetivos universalistas – a manutenção da paz mundial e o respeito a direitos humanos, por exemplos – supostamente legítimos” (WARTCHOW, 2012, p. 123).

Afinal, além de ressaltar os laços fraternos que uniam o Brasil ao continente e que poderiam ser de grande valia para a superação das mazelas econômicas e sociais da região, a “presença brasileira na África auxilia ainda o projeto do país de ampliar sua participação no cenário internacional, com a expansão do comércio exterior, a possível reforma do Conselho de Segurança da ONU e a exportação de modelos considerados bem-sucedidos no Brasil” (WARTCHOW, 2012, p. 129). Nesse contexto, “a articulação entre as esferas doméstica e externa tornou-se particularmente visível para o setor empresarial, [...] a política em direção a África passou a ser alvo de atenção constante de representantes do setor privado interessados em iniciar ou expandir atividades no continente” (RIBEIRO, Cláudio, 2007, p. 223-224). Assim,

a aproximação do governo Lula da Silva frente ao continente africano tinha o escopo de ampliar a capacidade de barganha do país no cenário internacional. Por intermédio do fator cultural, linguístico e histórico, o governo brasileiro procurou uma aproximação com este continente poucas vezes verificada na história da política externa. Entretanto, embora Lula da Silva apresentasse um discurso humanitário e de aproximação cultural com os países africanos, o fator econômico e a projeção do poder brasileiro foram elementos primordiais no direcionamento da política externa do governo petista para a África. (CURSINI, 2018, p. 133)

Um dos instrumentos propostos pela gestão do Partido dos Trabalhadores para reforçar a relação com o continente foi a organização da Cúpula América do Sul-África (ASA), fórum multilateral para promoção da “cooperação em campos como paz e segurança, democracia e direitos humanos, comércio e investimento, desenvolvimento e indústria, entre outros” (BRASIL, 2016, p. 78). Organizadas a partir de 2006, as reuniões reuniram os líderes da maioria das nações africanas e sul-americanas em busca do fortalecimento das relações comerciais e estratégicas, em um formato “centrado no espírito de solidariedade e de cooperação Sul-Sul, estimulando desta forma a capacidade de desenvolvimento sustentável dos países-membros” (WARTCHOW, 2012, p. 111). No Café com o Presidente, elas foram saudadas por diversas

vezes: “acho que essa união entre América do Sul e África é uma coisa extremamente rica para a mudança da geografia comercial e para a mudança da geografia política”⁴⁴.

Um ano antes da realização do encontro inaugural com os mandatários africanos, ocorreu em Brasília a primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Outra iniciativa brasileira que buscava a aproximação de parceiros não tradicionais, sua criação também se insere no esforço de Lula pelo reforço da cooperação com nações em desenvolvimento. Sua proposição inicial foi feita em dezembro de 2003, durante “viagem de oito dias do presidente brasileiro pela região, [...] a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao Oriente Médio desde a visita de caráter essencialmente privado realizada em 1876 pelo Imperador Dom Pedro II ao Líbano, Síria, Palestina e Egito” (RIEDIGER, 2014, p. 41). O resultado desses esforços não demorou a aparecer, tendo em vista que,

entre os anos de 2003 e 2004, o incremento de comércio entre o Brasil e o Mundo Árabe já é visível, visto que esse passou de US\$ 5,5 bilhões para US\$ 8,2 bilhões, o que representa um aumento de 49,54%. Já entre 2003 e 2010, a corrente de comércio do Brasil com o Mundo Árabe teve um incremento de 256% - enquanto o crescimento da corrente total do Brasil foi de 215%. O pico de comércio entre as duas regiões nesse período foi atingido em 2008, antes de a crise econômica internacional impactar sobre as trocas comerciais do mundo inteiro. Assim, entre 2003 e 2008, a corrente de comércio total do Brasil cresceu em torno de 205% e a relativa aos países árabes cresceu 270%. Percebe-se com isso um maior crescimento relativo das trocas do Brasil com os países árabes do que das trocas totais do país. (RIEDIGER, 2014, p. 60)

A diplomacia voltada aos países árabes, durante os mandatos de Lula, “concentrava-se numa busca para a ampliação do comércio, [...] assim como uma posição política mais ativa” (CURSINI, 2018, p. 132). Dessa forma, percebeu-se o aumento do engajamento do Brasil em temas como a ocupação da Palestina por Israel, visto como “uma oportunidade de inserção em assuntos de paz e segurança na agenda global. Além disso, [...] a demanda dos países da região, sobretudo dos palestinos, pelo envolvimento brasileiro como mediador” (PONTES, 2019, 29) também estimulou a postura de Brasília. Nesse sentido, cumpriu papel importante na aproximação “o reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967 no final do governo de Lula, em dezembro de 2010. [...] Em um prazo de três meses após a decisão do Brasil, nove dos doze países da América do Sul também reconheceram o Estado palestino nas fronteiras de 1967” (RIEDIGER, 2014, p. 58).

⁴⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 230, 28 set., 2009.

A maior presença do Estado brasileiro na África, na Ásia e na América Latina, conforme discutido nas últimas páginas, teve sua contrapartida por parte do setor privado nacional. A partir do apoio do governo, colocou-se em prática o projeto de “formar empresas fortes e capazes de competir em uma escala global, com apoio e auxílio financeiro de instituições como BNDES e o Banco do Brasil. Assim, agregou-se à política externa a estratégia de internacionalização das empresas brasileiras” (ALBANUS, 2018, p. 48). A gestão petista não rejeita “o empreendimento estatal, conquanto este eleve seu desempenho ao nível de competitividade sistêmica global. Mas seu foco consiste em dar apoio logístico aos empreendimentos, de preferência privados, com o fim de robustecê-lo em termos comparativos internacionais” (CERVO, 2003, p. 22). Para Lula,

a busca pelo desenvolvimento nacional pressupunha o desenvolvimento tecnológico e científico do país, decrescendo, desta maneira, a dependência das indústrias nacionais por mão de obra e, principalmente, tecnologia estrangeira. É neste sentido que a política externa possuía um papel fundamental, na medida em que era responsável pela afirmação do papel brasileiro no ambiente internacional a fim, inclusive, de solidificar a imagem brasileira diante dos agentes e atores internacionais postulando uma imagem de estabilidade política e econômica do país. (CURSINI, 2018, p. 58)

Dessa forma, é necessário considerar os interesses do próprio governo brasileiro, “que pôde instrumentalizar a internacionalização de capitais nacionais tanto para fortalecer seu poder internamente junto ao empresariado local quanto para se posicionar de maneira mais incisiva no cenário internacional, caracterizando-se como ação de política externa” (ROCHA, 2012, p. 42). A intervenção estatal na economia, inclusive, aumentou a partir de 2008, momento em que se articularam “esforços por meio dos bancos públicos com o objetivo de afastar a possibilidade de uma crise sistêmica e minimizar a contaminação internacional. Essas instituições garantiram a estabilidade do sistema financeiro e amenizaram os impactos” (RAMOS, 2017, p. 78) no Brasil. A crise de 2008, aliás, não foi a única dificuldade enfrentada por Lula em termos de conjuntura global ao longo de seus mandatos. Ainda em 2003,

o contexto internacional que o novo governo encontrou foi um sistema unipolar fortalecido pelas reações dos Estados Unidos após o ataque às Torres Gêmeas com a constituição de uma aliança militar com países europeus que bombardeou e invadiu o Afeganistão e que estava prestes a repetir a aventura no Iraque, mesmo sem aval da ONU, organismo, por sinal, politicamente e estruturalmente debilitado; a OMC, com a agenda carregada pelos chamados Temas de Cingapura desde o lançamento da Rodada de Doha no final de 2001; as negociações da Alca chegando ao seu final; o

governo chavista da Venezuela enfrentando uma greve geral de trabalhadores e “lock outs” empresariais; a vizinha Argentina tentando se recuperar de profunda crise econômica causada pela difícil transição cambial e consequentemente crise no Mercosul; e, domesticamente, crise econômica, desemprego e crise energética. (JAKOBSEN, 2016, p. 143)

Porém, a condução econômica e política praticada pela gestão em seus primeiros anos permitiu a rápida consolidação de fatores como “estabilidade macroeconômica, crescimento do mercado interno, nível mais avançado de organização da sociedade e competitividade dos agentes econômicos” (ALBANUS, 2018, p. 51). Ao mesmo tempo, as transformações na ordem global produziram uma favorável “conjuntura internacional que permitiu ao Brasil adquirir superávits com o aquecimento do mercado de commodities e, politicamente, de ascender conjuntamente aos países emergentes” (ALBANUS, 2018, p. 51). Dessa forma, “embasado em uma economia que foi se fortalecendo ao longo dos oito anos de seu governo, por uma dívida externa quitada e reservas internacionais crescentes, o país foi, de fato, em busca de maior protagonismo internacional” (RIEDIGER, 2014, p. 34-35).

Essa postura ativa no campo da política externa surgiu com a comunhão das ideias de diversos setores internos e externos ao Itamaraty, podendo-se citar especialmente três nomes além do próprio “presidente Lula: o chanceler Celso Amorim, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (Secretário Geral das Relações Exteriores e chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos) e o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência Marco Aurélio Garcia” (WARTCHOW, 2012, p. 59). Amorim “foi o principal executor da política externa de Lula, conduzindo o corpo diplomático ao mesmo tempo que [...] articulava as diferentes visões e as ideias trazidas por seus companheiros de maneira a construir uma política eficiente e possível de ser implementada” (BATEZELLI, 2022, p. 51). Quando foi convidado para ser ministro,

era um dos diplomatas brasileiros mais bem-sucedidos de sua geração. Inclusive, já havia servido no mesmo cargo na gestão de Itamar Franco. No governo FHC, teve papel importante para encaminhar, no âmbito internacional, a decisão do ministro da Saúde José Serra de quebrar patentes de medicamentos. Foi o que permitiu que nas farmácias brasileiras fossem vendidos remédios mais baratos, os “genéricos”. Representou o Brasil na ONU e, em 2002, era embaixador em Londres. No ano seguinte, teria sido chanceler, qualquer que fosse o resultado da eleição: também era o preferido de Serra para o cargo. (BARROS, 2022, p. 200)

Já Guimarães teve sua nomeação cercada de “certa controvérsia por conta de sua posição na hierarquia do Itamaraty, bem como por causa de seu afastamento da direção do Instituto de

Pesquisas em Relações Internacionais devido ao seu posicionamento público contra a participação brasileira na ALCA” (BATEZELLI, 2022, p. 51). Considerado igualmente “um dos ideólogos da diplomacia Lula, [...] o embaixador se destacou pelo seu estilo crítico, nacionalista e antiamericano” (ALLES, 2011, p. 38). Grande entusiasta da integração regional, “fundamentou sua visão de política externa a partir do diagnóstico sobre as relações assimétricas centro-periferia conduzidas pelos ‘centros hegemônicos’ representados pelas grandes potências como os EUA e União Europeia, particularmente, após o fim da Guerra Fria” (JAKOBSEN, 2016, p. 148).

Garcia, por fim, “representou uma novidade, devido a sua longa trajetória política como secretário de relações internacionais do PT, cuja atribuição era a de estreitar laços com outros partidos de esquerda da América do Sul” (ALLES, 2011, p. 37). Participante do movimento estudantil e militante contra a ditadura militar, “Marco Aurélio Garcia ficou exilado entre 1973 e 1979 e, ao retornar ao Brasil, seguiu sua carreira acadêmica como professor de História na Unicamp, assim como fez parte da fundação do PT, integrando o quadro dos intelectuais do partido” (BATEZELLI, 2022, p. 55). Escolhido por Luiz Inácio para um cargo tradicionalmente ocupado por diplomatas, o docente universitário simbolizou a “proximidade entre a ideologia partidária e a ação externa do governo” (BATEZELLI, 2022, p. 55).

Quanto ao líder do Executivo Federal, pode-se ressaltar que a atividade diplomática “era regulada de perto por Lula e a diplomacia presidencial teve um papel central na política externa de seu governo, dando seguimento à prática já exercida por Fernando Henrique Cardoso com maior intensidade. Durante os oito anos de seu mandato, o presidente visitou 86 países” (BATEZELLI, 2022, p. 59). Essa atuação direta, além de possibilitar uma maior pluralidade na construção da política externa ao reduzir o monopólio do Itamaraty em sua formulação, “confere maior visibilidade à atuação dos governos, amplia a discussão pública e aumenta o interesse da sociedade pelos eventos internacionais. Lula desenvolveu, portanto, uma intensa agenda internacional como porta-voz dos projetos do governo” (ALBANUS, 2018, p. 46).

Dessa forma, nota-se que a postura diplomática do governo de Luiz Inácio é fruto da conjugação de duas linhas principais de pensamento: “as posições do setor ‘soberanista’ do Itamaraty, sem serem necessariamente de esquerda, vieram ao encontro do programa do PT no tocante ao desenvolvimento nacional, anti-imperialismo, democratização da governança global, relações Sul-Sul, apoio à integração latino-americana” (JAKOBSEN, 2016, p. 17), entre outros pontos. Necessário ressaltar também que, “dentro do contexto de presidencialismo de coalizão, a política externa foi o espaço no qual Lula pode se manter mais coerente com os elementos

históricos da sua trajetória política e do plano de seu partido” (BATEZELLI, 2022, p. 60-61), constringidos nos âmbitos da economia e política domésticas.

Esse novo nível de engajamento, no entanto, demandou um maior investimento orçamentário no MRE, “que recebeu vultosos investimentos da parte do Palácio do Planalto para poder dar cabo do aumento do ativismo diplomático do país. O orçamento do ministério ultrapassou a cifra de R\$ 1 bilhão em 2008, o que significou um aumento de 33,7% em relação a 2003” (ALLES, 2011, p. 44). Além disso, a reestruturação do Itamaraty envolveu a “ampliação do quadro funcional em novecentos diplomatas. No exterior, quarenta e oito novas representações diplomáticas foram abertas, trinta e duas das quais embaixadas” (ALLES, 2011, p. 44). Nesse contexto, o próprio acesso à carreira foi modificado a partir do “redesenho do concurso (removendo critérios percebidos como muito subjetivos), da disponibilização de material no site da FUNAG, do incremento histórico na abertura de vagas entre 2006 e 2010, além do aumento significativo da remuneração para o cargo inicial” (LIMA, 2015, p. 30).

Apesar do reforço da capacidade financeira e administrativa do Ministério das Relações Exteriores, paralelamente a esse processo ocorreu gradual perda do seu monopólio institucional na formulação da política externa brasileira. Durante “Lula’s two terms there was an erosion of Itamaraty’s autonomy in foreign policy issues, resulting from the increased pluralization and presidentialization in this policy arena”⁴⁵ (VIEGAS, 2013, p. 18). Além da participação direta do Presidente na concepção do posicionamento internacional do país, também ganharam voz atores como empresas privadas, ONGs, sindicatos e governos subnacionais, pluralização que “faz parte de um processo de mudanças causadas, em grande parte, pela intensificação da globalização e pela percepção sobre os benefícios da internacionalização por outros setores da sociedade” (BATEZELLI, 2022, p. 50).

Em meio “à diversificação de atores e agendas, ocorreu uma evolução conceitual que despe a política externa de seu caráter ‘de Estado’, reconhecendo-a como mais um campo de disputa” (LABRIOLA, 2020, p. 11), não devendo esquecer-se que “sua formulação e implementação estão sujeitas às escolhas de governo que, por sua vez, resultam de acordos, barganhas, coalizões e interesses de diferentes atores” (ALBANUS, 2018, p. 33). Assim, para refletir sobre o campo diplomático é preciso que qualquer divisão artificial entre política interna e externa seja rejeitada, levando-se sempre em conta as interações constantes entre os dois

⁴⁵ Tradução livre: “nos dois mandatos de Lula houve uma erosão da autonomia do Itamaraty em questões de política externa, resultante do aumento da pluralização e presidencialização nesta arena política”.

âmbitos e a necessidade de permanente transparência e controle social em sua elaboração. Em suma,

desconectar a política externa e seus formuladores do cenário de disputas e conflitos que compõem qualquer política pública é desconectá-la da realidade. Tendo em vista que o atual regime democrático no Brasil foi instaurado há mais de trinta anos e que a política externa é, constitucionalmente, de responsabilidade do presidente - eleito pelo voto da maioria -, parece impossível separar esta ou qualquer outra política do processo político e da disputa de interesses. Considerar os interesses de Estado como mais relevantes e constantes é ignorar que também esses interesses são objeto de definição, discussão e disputa, como as demais políticas públicas. E é legítimo, no sistema democrático, que o “interesse nacional” seja objeto de debate público e (re)interpretado pelo partido ou pela coligação partidária que a sociedade conduziu à direção do Estado. (BATEZELLI, 2022, p. 24)

Nesse sentido, percebe-se com muita força a direção do Partido dos Trabalhadores e de seu líder na condução da política externa brasileira quando “ganha força [...] uma visão que insere a dimensão social ao conceito de desenvolvimento, colocando no centro do debate e propondo novas formas de lidar com temas como a pobreza, a miséria, a desigualdade, a fome, o racismo, entre outros” (MEDEIROS, 2016, p. 11). Dessa forma, pode-se considerar que, para Lula, “defining ‘hunger’ as an international issue was his most important strategy for placing Brazil amongst the winners of the ‘credibility games’ doled out by the developed world”⁴⁶ (BOULTINGHOUSE, 2016, p. 33), instrumentalizando a diplomacia social para projetar o soft power do país.

Assim, “a fórmula adotada pelo governo Lula envolveu vincular um novo acervo de políticas sociais que atacam a pobreza e a desigualdade no plano doméstico com uma ativa diplomacia presidencial que [...] transformou a questão social numa bandeira de política externa” (MEDEIROS, 2016, p. 11). Mais do que se constituírem como iniciativas paralelas, as duas esferas foram pensadas a partir de intensa e mútua articulação a partir da qual o governo “empenhou-se no intuito de exercer papel de maior destaque nessas arenas, [...] em um processo que atrelava o desenvolvimento do país à superação das inúmeras desigualdades presentes na sociedade brasileira, de maneira que política externa e políticas sociais estavam lado a lado” (BATEZELLI, 2022, p. 18). Essa comunhão apareceu também no Café com o Presidente:

⁴⁶ Tradução livre: “definir a ‘fome’ como uma questão internacional foi sua estratégia mais importante para colocar o Brasil entre os vencedores dos ‘jogos de credibilidade’ do mundo desenvolvido”.

“tenho afirmado todos os dias, quando findar o meu mandato eu quero mostrar, não apenas ao povo brasileiro, mas quero mostrar ao mundo o que foi feito no Brasil para combater a fome”⁴⁷.

O posicionamento em questão tem como um de seus fatos mais exemplificativos a expansão orçamentária, ao longo dos anos de Luiz Inácio no poder, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), “coordenadora e responsável pela negociação e supervisão dos diferentes programas e projetos negociados e implementados junto a parceiros bilaterais, regionais e multilaterais, além de representante oficial do governo nas ações de cooperação técnica” (CARVALHO, 2018, p. 93). Com foco em áreas como agricultura, saúde, educação e ciência, essas iniciativas “priorizam as dimensões fronteira, regional e extrarregional com a América Latina, o Caribe e a África, sendo que os setores objeto dessa atividade são escolhidos com base tanto na excelência de conhecimentos e políticas públicas brasileiras quanto nas demandas bilaterais” (CARVALHO, 2018, p. 93).

Ao contrário da cooperação tradicional, no entanto, definiu-se que no século XXI ela “não deveria reproduzir os mecanismos da antiga assistência técnica Norte-Sul. Em vez disso, as maiores vantagens comparativas da cooperação horizontal residiriam nos esforços conjuntos para a resolução de problemas comuns por parte dos países em desenvolvimento” (CARVALHO, 2018, p. 16). Por isso, o discurso oficial do Brasil “claimed that the country did not aim at material gains in providing cooperation, did not impose conditionalities, and followed the principle of noninterference in internal affairs”⁴⁸ (APOLINÁRIO JÚNIOR, 2023, p. 02). Em suma, “a cooperação passou de um foco no impacto econômico-financeiro para uma abordagem que leva em conta as transformações sociais no seio da sociedade do país receptor” (MEDEIROS, 2016, p. 67), passando a serem priorizadas

ações de impacto profundo nos países recipientes, pois diferentemente da assistência internacional, mais baseada em doações, a cooperação brasileira colabora para o fortalecimento de instituições que a longo prazo poderiam assegurar o próprio desenvolvimento do país recipiente. Além disso, o crescimento da cooperação para além dos parceiros tradicionais aumenta a imagem internacional do Brasil, permitindo somar ainda mais na conta do soft power. (BRASIL, 2016, p. 184)

Portanto, o reforço da estatura do país no exterior teve como um de seus fundamentos a cooperação técnica, inclusive no campo dos programas de transferência direta de renda: “o sucesso das políticas sociais e sua conseqüente difusão conferiram ao Brasil status de

⁴⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 52, 19 set., 2005.

⁴⁸ Tradução livre: “alegou que o país não visava ganhos materiais na prestação de cooperação, não impunha condicionalidades e seguia o princípio da não interferência nos assuntos internos”.

plataforma de exportação de políticas, de forma convergente ao fortalecimento do país como player global, com poder para influenciar agendas estratégicas no Sistema Internacional” (BATEZELLI, 2022, p. 17). Esse projeto de ascensão “apostou no acréscimo do capital diplomático e da diplomacia social, na intenção de consolidar o Brasil como importante polo de inovação em termos de soluções, técnicas, conhecimentos e tecnologias destinadas ao combate à fome, à pobreza e à desigualdade” (MEDEIROS, 2016, p. 67). A política externa social,

nesse sentido, estaria alicerçada em uma estratégia de desenvolvimento social que teria como fruto o compartilhamento de ideias, técnicas, tecnologias e conhecimentos (cooperação técnica) e, ao mesmo tempo, na visão de que o desenvolvimento não deve ser individual, mas uma construção coletiva alcançada a partir do diálogo e da formação de alianças e blocos com outros países em desenvolvimento. O caráter estratégico dessa forma de inserção externa (e daí ressalta-se a ausência de interesses meramente solidários) consiste em colocar-se como liderança do mundo em desenvolvimento, adquirindo maior influência sistêmica. (MEDEIROS, 2016, p. 11-12)

O prestígio crescente da nação sul-americana sob a liderança de Luiz Inácio pôde ser percebido, inclusive, após o fim do segundo mandato do petista. José Graziano, “Lula’s architect in designing the president’s policy initiatives to combat hunger, has been elected twice to be the Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) since 2011, most recently in 2015”⁴⁹ (BOULTINGHOUSE, 2016, p. 11). Dois anos após a primeira vitória de Graziano, conquistada por apenas quatro votos, novo sucesso brasileiro foi alcançado com Roberto Azevêdo na Organização Mundial do Comércio. A eleição do “diretor-geral da OMC tampouco ocorreu facilmente, e foi simbólica por ser a primeira vez em que um candidato de um país emergente aparece vitorioso, numa organização multilateral muitas vezes vista como o espaço privilegiado dos países desenvolvidos” (BRASIL, 2016, p. 80).

Outro tópico que ganhou importância no início do século XXI em nível internacional diz respeito às questões ambientais. Nesse campo, o governo brasileiro ganhou proeminência global ao ostentar uma queda vertiginosa na taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, se projetando como liderança de peso na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009. A postura ativa em Copenhague, principal evento multilateral da área

⁴⁹ Tradução livre: “o arquiteto de Lula na concepção das iniciativas políticas do presidente para combater a fome, foi eleito duas vezes para ser o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) desde 2011, mais recentemente em 2015”.

ocorrido durante os mandatos de Lula, foi resultado de um “realinhamento das forças políticas domésticas em função de maior protagonismo do Presidente da República frente aos setores contrários à adoção de compromissos, ao conscientizar-se que o Brasil detinha capacidades materiais para tornar-se líder na questão do meio ambiente” (WARTCHOW, 2012, p. 44).

No combate ao aquecimento global, aliás, deve-se destacar ainda o estímulo da gestão petista aos combustíveis renováveis. Apesar do investimento maciço na exploração de petróleo, com destaque para a descoberta do pré-sal em 2007⁵⁰, também houve forte defesa do biodiesel e do etanol, como veiculado no Café com o Presidente: “quanto menos poluição, melhor para todo mundo. E o mais importante, no caso do Brasil, é que o biocombustível, seja o álcool, seja o biodiesel, além de ser menos poluente, o que vai acontecer? Nós estamos gerando muitos empregos, [...] gerando soberania do País”⁵¹. No caso do álcool, mais tradicional, ocorreu inclusive uma repaginação da marca: “o governo e os produtores entenderam a necessidade de incluir em suas estratégias a sustentabilidade ambiental do produto, e têm procurado demonstrar ao mercado externo que o etanol brasileiro contribui para a mitigação das mudanças climáticas globais” (PENTEADO, 2011, p. 162) ao reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Além disso, a diplomacia “ativa e ativa” de Luiz Inácio também “seems to have adopted a more aggressive stance in security and defense issues: [...] the greater participation in UN peacekeeping missions, the leadership in the creation of the South-American Defense Council (CDS) and the intention of obtaining a permanent seat in the UN Security Council”⁵² (VIEGAS, 2013, p. 47) são algumas das iniciativas que se destacaram nesse campo de atuação. Com o CDS, fundado no seio da UNASUL, o governo brasileiro propôs “uma maior colaboração e multilateralização dos temas de segurança, condizente com a realidade e com os interesses dos países da região, além de criar maior transparência e confiança mútua em relação aos temas militares” (CARVALHO, 2018, p. 100-101).

No entanto, ele se constitui, “diferentemente das alianças militares convencionais, como uma instância de consulta, cooperação e coordenação regional em defesa. Seu funcionamento é regido pelos princípios de respeito à soberania, à autodeterminação e à integridade territorial

⁵⁰ RESERVAS da Petrobras podem aumentar em 50%. *GI*. 08 nov. 07. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL174020-9356,00-RESERVAS+DA+PETROBRAS+PODEM+AUMENTAR+EM.html#:~:text=A%20Petrobras%20anunciou%20na%20manh%C3%A3,bloco%20BM%2DS%2D11.>>. Acesso em: 28 jun. 23.

⁵¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 97, 05 mar., 2007.

⁵² Tradução livre: “parece ter adotado uma postura mais agressiva nas questões de segurança e defesa: [...] a maior participação nas missões de paz da ONU, a liderança na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a intenção de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU”.

dos Estados” (CARVALHO, 2018, p. 102), em consonância com os objetivos constantes na Política Nacional de Defesa de 2005, documento no qual o país “declarou sua intenção de assumir um posicionamento mais assertivo quanto ao seu papel na segurança e na estabilidade da área delimitada, em especial no subcontinente sul-americano, por se tratar da região situada no entorno imediato do Brasil” (CARVALHO, 2018, p. 86-87). Nesse sentido, outro continente elevado à condição de prioridade nessa esfera foi o africano,

seguindo a orientação política da Presidência da República. O país assumiu um novo posicionamento em relação ao Atlântico Sul e à África, admitindo a relevância da região para os interesses estratégicos brasileiros. Tal postura considerou ser o Atlântico Sul uma reserva e uma fonte importante de recursos econômicos, o principal meio de transporte e intercâmbio comercial do Brasil e um meio de projeção de influência e poder na África. Consonante com a política externa, o Atlântico Sul foi alçado à condição de prioridade na política de defesa brasileira. [...] A nova estratégia internacional brasileira, ao voltar-se para a dimensão sul-atlântica, estabelece, oficialmente, a percepção e a compreensão de que o entorno geográfico imediato se estende até a outra borda do Oceano Atlântico, estipulando relevância estratégica e necessidade de dedicar a atenção especial devida para a região, associando este espaço ao próprio desenvolvimento brasileiro. (CARVALHO, 2018, p. 109-110)

Já a atuação do país na América Central e Caribe ganhou espaço com “a aceitação em comandar a força de paz no Haiti (MINUSTAH) em 2004, [...] considerada um divisor de águas com relação ao maior compromisso brasileiro nas questões de segurança coletiva, inclusive com participação militar ampliada nestas atividades” (WARTCHOW, 2012, p. 45). Apesar da “tradicional participação do Brasil em Missões de Paz na ONU, a liderança da MINUSTAH foi tida como uma ação ousada e uma das principais do governo brasileiro que, a partir de 2003, começou a pautar temas de agenda da política externa em foros e espaços de diálogos” (MACÊDO, 2019, p. 14) globais, com grande destaque para a defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Com Lula, a demanda histórica pelo assento permanente foi resgatada e intensificada, posicionamento que explica o engajamento direto no Haiti.

Além do envio de soldados, de apoio técnico e de ajuda humanitária, o governo petista ainda promoveu o “Jogo da Paz”⁵³ entre a seleção de futebol local e a brasileira, então campeã mundial, em mais um gesto político de forte simbolismo. Como efeito colateral da presença

⁵³ Partida realizada em 2004 entre as seleções nacionais de futebol masculino de Brasil e Haiti, ocorreu na capital do país caribenho e ficou conhecida como “Jogo da Paz”. Cf. SELEÇÃO é ovacionada na capital do Haiti. *Folha de São Paulo*. 19 ago. 04. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1908200405.htm> >. Acesso em: 12 jun. 23.

constante no país caribenho, a partir do grande terremoto⁵⁴ que atingiu a capital Porto Príncipe em 2010 constituiu-se intenso fluxo migratório tendo como destino a nação sul-americana e gerando “um impacto direto no Brasil, que necessitou criar mecanismos não previstos no ordenamento jurídico para lidar com este fenômeno, além de outros efeitos na região de fronteira” (MACÊDO, 2019, p. 84) e no sistema assistencial local. Tal preferência por parte dos afetados pela tragédia não surpreende, já que

a PEB exerce influência subjetiva, pois a atração dos migrantes haitianos se deu pela construção de uma imagem positiva do Brasil internacionalmente, que refletiu no imaginário daqueles que pretendiam migrar por questões internas. A presença brasileira no Haiti através da Missão de Paz da ONU, do Jogo pela Paz e das idas do presidente Lula e da presidente Dilma à ilha despertou interesse, colocando o Brasil como uma nova possibilidade, qual seja, um possível destino da diáspora haitiana, [...] fluxo migratório que, diante do seu crescimento em larga escala, tornou-se em 2013, o maior coletivo de imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, superando as migrações clássicas. [...] A imigração haitiana não foi atraída de forma intencional, mas, sim, em decorrência da projeção internacional adquirida através da PEB, acrescido da crise econômica do Norte Global que intensificou a criminalização da migração nesta região. (MACÊDO, 2019, p. 83-84)

A presença do Brasil na América Central, entretanto, foi marcada por uma série de graves problemas. O contingente militar comandado pelo país foi alvo de denúncias envolvendo a introdução da cólera⁵⁵ no Haiti, bem como a perpetração de crimes contra a dignidade sexual⁵⁶: “a partir de 2004 surgiram várias acusações acerca de abusos cometidos contra meninas e mulheres, [...] ao menos 150 alegações de abuso e violência sexual por parte de peacekeepers foram reportadas entre 2004 e 2016” (TOLEDO; BRAGA, 2020, p. 2). Ainda podem ser apontados como produtos da MINUSTAH o abandono de crianças geradas por soldados⁵⁷, a violência empregada nas missões (que serviram como laboratório para as ações

⁵⁴ FORTE terremoto provoca caos e destruição no Haiti. *O Globo*. 12 jan. 10. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/forte-terremoto-provoca-caos-destruicao-no-haiti-3069911> >. Acesso em: 12 jun. 23.

⁵⁵ SOLDADOS da ONU levaram cólera ao Haiti, diz relatório. *BBC*. 07 dez. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101207_haiti_colera_jf >. Acesso em: 05 set. 23.

⁵⁶ SOLDADOS brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. *Estadão*. 17 abr. 17. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/internacional/soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias/> >. Acesso em: 06 set. 23.

⁵⁷ OS filhos abandonados da ONU no Haiti. *El País*. 28 dez. 19. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html> >. Acesso em: 06 set. 23.

promovidas nas periferias brasileiras⁵⁸) e a utilização política da atuação no Caribe por parte de oficiais que viriam a participar do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro⁵⁹. Também pode-se questionar a real efetividade da diplomacia da época, comparando a retórica empregada com os resultados concretos alcançados.

Afinal, o balanço da atuação da gestão de Lula “nas negociações internacionais mostra grande capacidade de articulação e projeção do Brasil, mas mostra também que os avanços variam e que às vezes, a capacidade de influenciar os acontecimentos não é suficiente para resolver impasses como divergências comerciais” (SILVA, 2011, p. 30-31) – são exemplos marcantes as negociações nos âmbitos da OMC e do acordo Mercosul-União Europeia – ou políticas – como nos casos da ampliação do Conselho de Segurança da ONU e da negociação em torno da temática nuclear com o Irã. Outra crítica habitual à condução diplomática da época diz respeito ao crescimento da participação de produtos primários na pauta exportadora, conforme mencionado anteriormente: “embora os altos superávits observados na balança de pagamentos nacional tenham contribuído para um aspecto da redução da vulnerabilidade externa – a acumulação de reservas internacionais – a estrutura da balança de pagamentos [...] não se alterou de forma significativa” (BARENHO, 2017, p. 200).

Ainda no tocante à questão da primarização das exportações, o próprio “processo de internacionalização de empresas privadas induzido pelo Estado tendeu a favorecer o empresariado de setores nos quais o Brasil já é competitivo, como o de construção civil e os intensivos em trabalho e recursos naturais” (ROCHA, 2012, p. 44). Com a chegada de sua sucessora à Presidência da República, as opiniões negativas sobre a política externa brasileira se multiplicaram, tendo em vista que “Dilma acaba delegando grande parte dessas tarefas, tendo um histórico de viagens internacionais bem menor. [...] Apesar da agenda internacional do país ter sido mantida de forma predominante, [...] ela vem sendo perseguida com menor intensidade e com baixo perfil” (RIEDIGER, 2014, p. 13).

Além do estilo de condução política próprio de Rousseff, “a crise política e econômica interna e as transformações internacionais atingiram as bases do modelo de inserção” (SILVA; HOLLEBEN, 2023, p. 207) diplomática anterior, com a Primavera Árabe, o agravamento da

⁵⁸ HAITI serviu como laboratório para a política de UPPs. *Carta Capital*. 07 ago. 14. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/mundo/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604/> >. Acesso em: 07 set. 23.

⁵⁹ MISSÃO no Haiti foi celeiro de militares para o ministério de Bolsonaro. *Uol*. 07 set. 21. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/07/07/missao-no-haiti-foi-celeiro-de-militares-para-o-ministerio-de-bolsonaro-.htm> >. Acesso em: 07 set. 23.

crise financeira nos países desenvolvidos e as revelações de espionagem por parte da NSA conturbando o ambiente em todo o planeta: “o cenário externo, durante o governo de Dilma, foi bem menos propício ao ativismo de países como o Brasil do que durante o governo de Lula” (CORNETET, 2014, p. 39). A postura do início do século XXI foi ainda mais afetada com Michel Temer, que promoveu mudanças “ao reorientar o engajamento na América do Sul, priorizar as relações bilaterais com os países desenvolvidos e fragilizar a participação nas coalizões de geometria variável, como os BRICS” (SILVA; HOLLEBEN, 2023, p. 202).

Por fim, com Jair Bolsonaro foi completada a inflexão na política externa brasileira em um cenário marcado pela “ascensão dos movimentos e governos conservadores na América Latina e no Ocidente, [...] crítica ‘antiglobalista’ e paralisia das instituições multilaterais, mudanças na política externa norte-americana sob o governo Trump e crise econômica prolongada” (SILVA; HOLLEBEN, 2023, p. 203). Os resultados econômicos, a condução da pandemia de covid-19 e a fragmentação do tecido social que marcaram a gestão de extrema-direita, no entanto, culminaram na derrota eleitoral de Bolsonaro diante do ex-metalúrgico. Sua terceira vitória, aliás, não teve apenas repercussão interna; o imediato “reconocimiento por parte de Estados Unidos, Francia, China y otros actores relevantes, además de los mensajes de sus vecinos regionales, da cuenta del impacto de la propia figura de Lula a nivel internacional. [...] De esta manera, Brasil retorna tanto a la región como al mundo” (DOVAL; ORDOÑEZ, 2022, p. 105).

3 O PROGRAMA DE RÁDIO

3.1 A estratégia de comunicação

No campo da política, o esforço para convencer a população a respeito da validade de determinada concepção ocupa espaço central em sua dinâmica, baseando-se no “uso de todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos, possíveis eleitores, apoiem suas ideias, seu programa, sua política e sua pessoa” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 349). Esse empenho, no entanto, não necessariamente está fundado na construção de uma premissa incontestável e que apresente validade científica. Afinal, “o discurso político incita mais do que argumenta. Trata-se mais de procurar transformar e reforçar opiniões impregnadas de emoção, diante de uma construção identitária de atores políticos, do que estabelecer uma verdade racional” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 350).

Nesse empreendimento, o veículo a ser utilizado para a transmissão da mensagem à sociedade constitui-se como elemento fundamental a ser pensado pelo seu emissor. Deve-se levar em conta que, “para os atores do campo político, existir implica ocupar a arena de visibilidade. De fato, o mundo vivido é [...] onde se dá a concretude de uma política de governo. No entanto, é precisamente a mídia o espaço que permite reconhecer os autores dessas mesmas políticas” (ALMEIDA, 2008, p. 29). Dessa forma, não há escapatória: “uma vez que necessitam da repercussão pública de sua imagem, os atores do campo político devem ater-se ao uso cuidadoso e planejado de estratégias discursivas adaptadas à lógica e à estética das mídias” (ALMEIDA, 2008, p. 29). Além da propaganda feita em período eleitoral, que visa a efeitos imediatos, pode-se refletir também sobre aquela produzida pelos partidos que já ocupam posições de poder:

no caso dos governos, o acesso à zona de visibilidade se dá, de modo geral, sob a forma de publicidade paga (institucional, de utilidade pública, bens e serviços) ou na forma de cobertura jornalística cuja lógica obedece regras próprias no que se refere ao tipo de acessibilidade e tratamento que os temas da esfera política terão. A publicidade governamental estará, invariavelmente, sob suspeita, embora implique maior controle das informações por parte da instância de produção, neste caso, os governos. Os conceitos que as campanhas publicitárias procuram traduzir necessitam, portanto, ser reconhecidos como verdadeiros, o que explica o empenho das assessorias de comunicação governamentais na promoção de ações junto às comunidades (comunicação dirigida) e também junto à imprensa (meios eletrônicos e impressos). Os atos de governo podem adquirir credibilidade e alcance quando incorporados ao discurso jornalístico e de modo favorável. Esse é por natureza o lugar de fala

reconhecido em sua legitimidade para fazer acessar as coisas, fatos, pessoas e instituições do campo político. (ALMEIDA, 2008, p. 20-21)

A importância da comunicação de cunho governamental, entretanto, não se restringe à abordagem de tópicos domésticos. É verdade que, no Brasil, historicamente “o foco do público mais amplo está na agenda interna, pois os temas estão mais presentes no cotidiano sendo, portanto, mais relevantes à percepção dos indivíduos do que temas ligados à inserção internacional do país” (SOARES, 2020, p. 17). Essa situação é ainda agravada pelo fato de que “veículos como a televisão e o rádio, que atingem um público maior e mais diverso do que os meios impressos, acabam conferindo menor grau de análise nos temas de política externa” (SOARES, 2020, p. 17).

Porém, tal cenário sofreu transformações a partir do início do século XXI, quando notou-se “uma sensível ampliação da diplomacia pública durante o governo Lula da Silva, não apenas no sentido tradicional do termo, de projeção de uma dada imagem do Brasil no exterior, mas também de divulgação da política externa do país no âmbito doméstico” (FARIA, 2012, p. 337). Esse movimento, aliás, não se limitou à nação sul-americana, o que pode ser explicado em função das mudanças políticas globais das últimas décadas: “em democracias modernas a interação entre o ambiente externo e local é essencial para a elaboração da narrativa de país, o que faz com que a diplomacia volte-se também para seu público interno” (RODRIGUES, 2015, p. 15).

Isso ocorre tendo em vista que, um contexto de vertiginoso aumento da exposição e mediatização dos atores governamentais, acompanhado do consequente incremento na preocupação em “garantir sua legitimidade, a política externa de um Estado deve assimilar elementos subjetivos que possibilitem a identificação do cidadão com o discurso institucional” (RODRIGUES, 2015, p. 15). Assim, percebe-se que, como no caso de Lula, “em um governo que vê a política externa como parte de um projeto de nação, o discurso diplomático transforma-se em espaço de manifestação da cultura nacional como posicionamento do país perante a comunidade internacional e, paralelamente, seus próprios nacionais” (RODRIGUES, 2015, p. 14). Por isso, a gestão do petista põe a diplomacia em posição de destaque em seu projeto político:

nessas circunstâncias, em que o Estado não deixa de existir nem perde suas funções, mas passa a dividir com o espaço globalizado, as questões voltadas para a política externa e sua influência na metanarrativa nacional passam a ter ainda mais importância. “Hoje”, relatou Lula em 2003, “os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas

vidas”. Há uma influência recíproca entre narrativas construídas no âmbito internacional, divulgadas por meio de representações sociais e midiatisações, e as narrativas que formam o caráter nacional, ambas com ascendência sobre a construção da metanarrativa brasileira. O estreitamento dessa relação amplia o espaço de debate entre o Estado – agente ativo das relações internacionais – e seus concidadãos – que sofrem as consequências da maneira como o país se insere internacionalmente, participando apenas indiretamente nesse processo. A política externa torna-se, assim, um importante instrumento para auxiliar “a nação brasileira, o povo brasileiro, a fazer uma imagem de si mesmo e uma imagem do seu lugar no mundo”, conforme Lula. (RODRIGUES, 2015, p. 13-14)

A vitória de Luiz Inácio em 2002 e sua posse no Palácio do Planalto no ano seguinte, aliás, exigiram do ex-sindicalista um esforço no sentido de “adequar à nova condição de Chefe de Estado o discurso crítico de que fora porta-voz ao longo de aproximadamente 25 anos, [...] ressignificar sua trajetória pessoal e política de modo a melhor amoldá-la à sua nova condição de mandatário” (TUPYNAMBÁ, 2010, p. 15-16). Essa moderação se deu tanto em âmbito interno quanto externo, já que, “do ponto de vista diplomático, a nova postura discursiva de Lula deveria buscar conciliar a vocação crítica e inovadora de seu governo com um discurso de Estado, que retomasse e revigorasse os princípios que dão consistência à atuação internacional do país” (TUPYNAMBÁ, 2010, p. 16).

Assim, Lula promove uma conciliação entre o doméstico e o estrangeiro, conjugando ambos em um projeto único de nação: “há, no discurso presidencial, uma forte identificação entre sua pessoa e o País. Sua ascensão ao cargo é figurada como um ‘reencontro’ do país consigo mesmo. A imagem renovada do político tem, portanto, forte relação com um ‘novo Brasil’” (TUPYNAMBÁ, 2010, p. 12). Ao mesmo tempo, ele buscou constantemente incluir a sociedade nesse empreendimento, procurando “estabelecer, por meio do discurso diplomático, uma narrativa sobre a identidade nacional, [...] uma alteração na autopercepção dos brasileiros” (RODRIGUES, 2015, p. 116).

Um dos instrumentos utilizados por Luiz Inácio para atingir esse objetivo foi o rádio, meio de comunicação cuja origem foi marcada justamente pelo emprego por parte dos governos ao redor do planeta. Inicialmente, o aparelho “teve uso militar para auxiliar em operações navais, transmissão de ordens do comando para tropas em campanha e escuta do inimigo. [...] Já a utilização pela política remonta, também, aos primeiros tempos, porque seu surgimento abriu mais possibilidades para a propaganda” (DEUS, 2005, p. 26-27) de caráter estatal. Fruto de pesquisas que se intensificaram no final do século XIX, a radiodifusão não tardou em se

popularizar, tendo em vista sua capacidade “de ultrapassar fronteiras, de falar para todos ao mesmo tempo, de ser coletivo, de não exigir alfabetização, de ser usado para fins educativos e culturais, para manipular e controlar, bem como para disseminar a guerra” (DEUS, 2005, p. 26). Assim, nas décadas seguintes ela passou a desempenhar papéis estratégicos em diversas nações:

durante a Guerra de 1914 – 1918, o rádio consolidou sua importância como meio de comunicação militar, porque além das funções estratégicas de transmissão de ordens e de informações, o rádio passa a ser utilizado para a escuta das comunicações dos inimigos, desembocando assim a tempo suas posições e decifrando as suas estratégias de ataque. Em 1923, o presidente dos Estados Unidos, Calvin Coolidge, fez um discurso que foi transmitido por seis emissoras. Um novo discurso foi feito, em 1925, envolvendo mais de vinte emissoras de rádio. O rádio se transformava num canal político, uma vez que as eleições de 1928, nos Estados Unidos, foram acompanhadas por 600 emissoras. Em 1929, a União Soviética realizava a transmissão regular de programas em alemão e francês e, posteriormente, em inglês. (DEUS, 2005, p. 27)

Porém, foi na Alemanha dos anos 1930, “com Goebbels e Hitler, que o rádio teve utilização efetiva, servindo de meio para a propaganda das ideias nazistas. Hitler só avançou em sua ação a partir do momento em que conseguiu dominar os microfones” (DEUS, 2005, p. 28). Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a radiodifusão ocupou lugar de destaque no aparelho estatal de Berlim: “Goebbels utilizava o rádio para fazer propaganda já em 1934, quando foi o mentor de uma campanha radiofônica para reincorporar à Alemanha o território de Sarre” (DEUS, 2005, p. 28). Na ocasião, ele “organizou uma central de cobertura radiofônica para realizar as transmissões e distribuiu receptores baratos na região de disputa. Como o resultado foi um sucesso, o nazismo entendeu que, efetivamente, o rádio era um aliado” (DEUS, 2005, p. 28).

No lado dos Aliados, por sua vez, o rádio também foi amplamente utilizado pelos governos e seus líderes. Nos Estados Unidos, a partir de “1933, Franklin Roosevelt manteve no ar o programa Fireside chats (“As conversas ao pé do fogo”) no qual vendia a ideia do New Deal” (DEUS, 2005, p. 29). Washington também criou a Voz da América, serviço oficial de difusão voltado ao exterior, durante o conflito com o Eixo. No mesmo contexto, Charles de Gaulle empregou o meio de comunicação de massa em questão para conclamar a resistência francesa à ocupação alemã, assim como a BBC foi peça central no esforço de guerra britânico. Em suma, “o rádio foi fundamental para criar e fortalecer a identidade dos habitantes dos países

aliados em torno das justificativas para o conflito, assim como incentivar o ódio pelos grupos inimigos e ressaltar as causas a serem combatidas” (OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, o aparelho foi instrumento bélico e político central na estratégia das partes combatentes. Durante a Guerra Civil Espanhola, “a transmissão das forças do General Franco procurava impedir a adesão aos republicanos. Por outro lado, os republicanos transmitiam em árabe, a partir de Valencia” (DEUS, 2005, p. 31). Já na época das descolonizações, ganhou destaque a “‘Voz da Argélia Livre’, rádio rebelde que passou a ser ouvida no final de 1956 e se constituiu em um dos principais fatores de emancipação do povo argelino” (DEUS, 2005, p. 32). No mesmo período, a radiodifusão foi operada também pela guerrilha cubana de Fidel Castro e Che Guevara, objetivando propagar suas ideias, bem como por diversos outros grupos revoltosos ao redor do planeta. Ainda na América Latina, deve-se ressaltar a atuação do argentino Juan Domingos Perón, que

considerou o rádio como um importante meio de governar ao afirmar que “os políticos nunca haviam utilizado o rádio para a sua ação. Utilizavam mais os comícios onde as pessoas os viam. A ação da presença e a influência direta do condutor é importante, mas a maior parte das massas já me havia visto e eu, então, lhes falei pelo rádio, que era como se me seguissem vendo. De maneira que eu falava a todos. Quando atuamos num ato único, nos basta falar a todo o país pelo rádio e não fica nenhum argentino sem conhecer o que terminamos de dizer. Isto era impossível antes, hoje o fazemos em um minuto”. (DEUS, 2005, p. 31)

Em terras brasileiras, as transmissões pioneiras remetem à década de 1920 e, desde o início, estão diretamente relacionadas ao governo nacional. A primeira “experiência radiofônica no Brasil foi marcada por um discurso político: em setembro de 1922, durante a exposição que comemorava o centenário da independência do Brasil, no Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 01) saudou a efeméride aos poucos que possuíam receptores, inaugurando ao mesmo tempo o vínculo constante entre o meio de comunicação e a Presidência da República. No entanto, foi apenas nos anos 1930 que o aparelho ganhou força no país, quando ele “se revela como veículo das mudanças nas relações de poder, tendo Getúlio como grande idealizador da função do rádio como agente econômico” (DEUS, 2005, p. 34).

Após tomar o poder, Getúlio Vargas percebe o potencial da área e estimula o seu desenvolvimento com uma série de normas. Entre “as leis que cuidavam de sua regulamentação estava a criada em 1932, que permite a exploração de espaços comerciais. As emissoras deixaram de ser iniciativas de clubes e sociedades mantenedoras para adquirir um formato comercial” (OLIVEIRA, 2006, p. 21). Com isso, “a programação das pioneiras, voltada para

uma cultura erudita, foi cedendo espaço à popularização da atração, buscando aumentar o número de ouvintes e, desta forma, elevar o valor cobrado pelos espaços publicitários, acirrando também a concorrência entre as emissoras” (OLIVEIRA, 2006, p. 21) e promovendo uma rápida ampliação no alcance do rádio no Brasil.

Além de fomentar economicamente o setor e se tornar um habilidoso utilizador do aparelho para discursar à população, Vargas também idealizou a intervenção estatal no rádio ao criar em 1935 o “programa ‘A Hora do Brasil’, mais tarde ‘A Voz do Brasil’, com o objetivo de promover a integração nacional, estabelecer uma identidade política e divulgar as ideias que pregava” (DEUS, 2005, p. 33-34). No mesmo sentido, alguns anos depois a “Rádio Nacional, a maior do país, dotada dos equipamentos mais modernos, foi encampada pelo Estado, iniciando a época áurea do rádio brasileiro. O governo decidiu que a Rádio Nacional tinha que ser um instrumento de afirmação do regime” (DANCUR, 2009, p. 21).

Com a guinada autoritária do mandatário após o Golpe de 1937, o veículo adquiriu nova importância. A própria instauração do Estado Novo foi comunicada à população por transmissão em rede nacional, assim como toda a campanha anticomunista que a precedeu: “o anúncio feito por Vargas, com o fictício Plano Cohen, foi o ápice de um discurso contra os comunistas que vinha sendo intensificado através dos pronunciamentos presidenciais veiculados pelo rádio” (OLIVEIRA, 2006, p. 10). Durante a ditadura, foi criado o “Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que assumiu o controle dos veículos, estabelecendo a censura e exercendo pressões para a difusão de imagens favoráveis ao regime” (DEUS, 2005, p. 35).

Os opositores de Getúlio Vargas também utilizaram largamente a radiodifusão. Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, as forças paulistas sitiadas pelo governo federal utilizaram “as emissoras para divulgar os acontecimentos a outras partes do país. Como as cartas e jornais eram retidos no Rio e as ligações telefônicas foram praticamente interrompidas, a única comunicação era o rádio” (OLIVEIRA, 2006, p. 151). Já em 1938, com o Levante Integralista, nova evidência da posição estratégica ocupada pelo setor: “demonstrando a importância que o rádio adquirira para a sociedade, além do plano de invasão do Palácio do Catete, residência presidencial e sede de órgãos públicos, as emissoras faziam parte do mapa de ocupação” (OLIVEIRA, 2006, p. 161).

Da mesma forma, grupos aliados a Vargas se voltaram ao rádio quando necessitavam mobilizar a população, como no caso do Movimento Queremista de 1945: “tendo como base as emissoras pertencentes ao grupo Rádio Clube, o movimento arrendou ou recebeu apoio de

outras, formando um total de 130 estações coligadas na rede Queremista. [...] Se o Queremismo conseguiu alguma visibilidade deve-se ao uso do rádio na defesa da causa” (OLIVEIRA, 2006, p. 186). Herdeiro político de Getúlio, “também Leonel Brizola viu no veículo um importante aliado: em 1961, implantou a chamada ‘Rede da Legalidade’ para garantir a posse de João Goulart na Presidência e tentar impedir o golpe militar” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 02).

A partir de 1964, com o sucesso na tomada de poder após nova tentativa e a consequente instituição da ditadura, “os militares utilizaram a censura e a suspensão de licenças como recursos para impedir que grupos contrários ao regime de exceção mantivessem controle sobre o rádio e através dele manifestassem ideias contrárias ao autoritarismo vigente” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 02). Durante o período em questão, destaca-se ainda “a criação da Radiobrás - Empresa Brasileira de Radiodifusão - para operar as emissoras do governo” (DEUS, 2005, p. 39), estatal posteriormente incorporada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ao final dos anos 2000.

Já na década de 1980, o veículo novamente ganhou proeminência quando “o presidente José Sarney adotou o programa ‘Conversas ao pé do rádio’, onde prestava contas, respondia perguntas, dava recados e pedia sugestões. O primeiro programa foi ao ar sete meses após a posse do presidente, sendo apresentado todas as sextas-feiras em dois horários” (DEUS, 2005, p. 39). O primeiro mandatário da Nova República brasileira se preocupou, em um momento marcado pela redemocratização do país, em retomar o contato direto entre o Palácio do Planalto e a sociedade: “espelhando-se no modelo criado por Franklin D. Roosevelt cinquenta anos antes nos EUA, [...] Sarney fez desses encontros um meio para explicar e buscar o apoio da população às iniciativas de seu governo” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 07).

Alguns anos depois, Fernando Henrique Cardoso se inspirou na iniciativa e lançou o “‘Palavra do Presidente’. O programa, com três minutos de duração, foi ao ar durante todo o governo, com geração da Radiobrás todas as terças-feiras, três vezes ao dia, para que as rádios interessadas tivessem oportunidade de retransmissão” (DEUS, 2005, p. 40). O tucano, porém, “adotou o formato de inserções muito curtas e ágeis. O programa não buscava apoio popular imediato a questões polêmicas. [...] Esse apoio era construído paulatinamente, resultado do conhecimento do ouvinte das políticas (apenas as bem-sucedidas) implementadas” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 12). Durante as transmissões,

carismático, sedutor e dono de uma voz agradável, FHC apresentava de forma coloquial alguns temas, como a necessidade de a mulher realizar exames ginecológicos periódicos, as políticas governamentais nesta área, a realização de

mutirões nacionais para cirurgia de catarata, etc. Ele [...] buscava a publicidade contínua de boas iniciativas governamentais, por meio da conversa informal e amigável. Fernando Henrique adotou o mesmo estilo praticado pelas grandes emissoras especializadas em radiojornalismo: brevidade na abordagem dos temas, linguagem simples, estilo informal de apresentação e, sobretudo, criou intimidade e sensação de proximidade ao comentar cartas e sugestões de ouvintes de todo o País. Ao invés de longas explanações de 10, 15 ou 20 minutos, ele optou pelas intervenções curtas, com fatos ligados diretamente ao cotidiano do ouvinte. (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 12)

Seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, seguiu modelo parecido na primeira década do século XXI. Após “a eleição para seu primeiro mandato, em 2003, Lula recebeu um importante apoio de sua equipe de comunicação com o objetivo de elaborar o projeto de um programa de rádio. Duda Mendonça e Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás, desenvolveram ideia e projeto” (DANCUR, 2009, p. 66) do novo produto de comunicação governamental do Palácio do Planalto. Responsável pela campanha vitoriosa do petista, “Duda indica o nome de Luiz Henrique Romagnoli, proprietário da Produtora Toda Onda, indicado simultaneamente por Bucci, para a produção do programa. É o início do Café com o Presidente” (DANCUR, 2009, p. 66).

As transmissões começaram no dia “17 de novembro de 2003, com edições quinzenais, de seis minutos. [...] Em janeiro de 2005, a produção do programa passou a ser feita pela Radiobrás” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 345), e, em setembro do mesmo ano, ele se tornou semanal na esteira do desgaste político causado pelo escândalo do Mensalão. Para que “houvesse maior interesse de outros meios de comunicação, deveria ser num tom de conversa, com mediação de um jornalista. O profissional escolhido foi Luiz Fara Monteiro, jornalista da Radiobrás que era de TV, mas carregava em seu currículo uma ampla experiência em rádio” (DANCUR, 2009, p. 68). Posteriormente, Monteiro foi substituído por Luciano Seixas. Depois da escolha pelo

formato jornalístico, a próxima etapa foi a definição do tempo de duração, determinado pela equipe por meio de padrões atuais de linguagem radiojornalística. Seria formulado um programa que deveria ser transmitido em sua íntegra. E, para isso, a necessidade de ser curto, mas não tão curto que não conseguisse levar o assunto como uma conversa. Após análise e observação para a definitiva forma que o programa levaria, os responsáveis pelo projeto chegaram ao ponto determinante: o programa deveria ser de curta duração para não cansar os ouvintes e passar a mensagem na íntegra; chegou-se a seis minutos de duração. (DANCUR, 2009, p. 68)

Após “essa definição pela equipe, a preocupação era saber qual dia da semana teria melhor repercussão. O dia da semana escolhido por Romagnoli foi segunda-feira, embora a Radiobrás preferisse às sextas-feiras” (DANCUR, 2009, p. 69). Prevalendo a sugestão do produtor, decidiu-se também quais seriam os horários de transmissão a serem adotados: 6h, 7h, 8h30 e 13h. Assim, a cada quinzena (futuramente, de forma semanal) a edição era distribuída “em três diferentes formatos pela Radiobrás: 1) através da Rádio Nacional, com transmissão via satélite; 2) através da internet, no site da Radiobrás, em formato MP3; 3) ainda através do site, em que a transcrição é disponibilizada em sua íntegra” (DANCUR, 2009, p. 72).

As deliberações sobre o formato do produto também giraram em torno do caráter compulsório de sua divulgação, que imitaria o estabelecido no caso da Voz do Brasil. No entanto, tal condição foi rechaçada pela equipe responsável, que “optou pela não obrigatoriedade. [...] O programa ainda teve autorização para ser editado” (DANCUR, 2009, p. 72), objetivando se tornar atraente para as emissoras. Tal estratégia teve sucesso, tendo em vista que diversas “rádios com programação menos elaborada e com qualidade inferior aos padrões tecnológicos apresentavam o programa mais de uma vez ao dia, aproveitando a boa qualidade de áudio e conteúdo” (DANCUR, 2009, p. 71).

No tocante à relação com a mídia privada, aliás, deve-se ressaltar o impacto das transmissões nos meios de comunicação. Como “Lula foi um presidente que durante muito tempo se recusou a dar entrevistas, principalmente no decorrer do primeiro mandato, [...] o Café com o Presidente pautou as coberturas diárias da imprensa sobre as ações do Executivo Federal” (SANTOS, 2017, p. 14). Essa vinculação foi, inclusive, abordada na segunda edição, quando Luiz Fara Monteiro comentou a “estreia, que foi um grande sucesso, nosso programa foi apresentado em centenas de emissoras em todo o país, repercutiu nos jornais, no noticiário de TV, mostrando a força do rádio”⁶⁰.

Nesse Café com o Presidente inaugural, o mandatário abriu sua fala introduzindo o novo produto: “Bom dia, Luiz. Bom dia, meu amigo, minha amiga. Bom dia, povo brasileiro. Já fazia algum tempo que eu estava querendo ter um programa de rádio que me permitisse conversar os assuntos importantes do Brasil com o povo brasileiro e esse programa vem em boa hora”⁶¹. Terminando seu primeiro ano de mandato naquele momento, Lula colocou no ar um veículo com o qual “procurou apresentar uma visão otimista dos assuntos mais polêmicos, divulgando

⁶⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 02, 01 dez., 2003.

⁶¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

números que comprovem o bom desempenho nacional” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 17) de forma clara e simplificada.

Essa dinâmica proposta teve como “principal inspiração o próprio Presidente. A facilidade com que usa a fala, a postura dialógica-participativa junto ao povo, a disposição para ouvir consensos e dissensos (ao mesmo tempo) inspiraram o trabalho da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM)” (LUCENA, 2017, p. 231) em conjunto com a produção do programa. Inclusive, a maneira coloquial que pautaria a “dinâmica comunicacional era simpatizada por boa parte das pessoas que compuseram a primeira equipe de trabalho, a exemplo de Luiz Gushiken (ministro da SECOM) e Ricardo Kotscho (secretário de imprensa)” (LUCENA, 2017, p. 231), membros do governo petista.

A mesma opinião era compartilhada pelos profissionais da área da comunicação: “para Romagnoli e Bucci, o programa deveria ser diferente dos anteriores, pois sabiam que ao presidente Lula não caberia um formato lido e monótono, mesmo porque a preocupação maior não era divulgar informações governamentais, e sim pautas de interesse público” (DANCUR, 2009, p. 67). Os tópicos a serem abordados, aliás, “eram discutidos em geral com a SECOM e a equipe de produção do programa. Muitos temas eram relevantes, mas quem decidia, afinal, a pauta, às vezes até no dia de gravar o programa, era o próprio Presidente da República” (DANCUR, 2009, p. 70). Para ele, a elaboração das transmissões merecia especial atenção, já que possuíam grande relevância: “eu acho importante esse programa voltar ao ar toda segunda-feira, para que a gente possa voltar a contar as novidades para o povo brasileiro. Afinal de contas, eu penso que uma grande parcela da população brasileira ainda tem as suas informações via rádio”⁶².

Apesar do Café com o Presidente possuir um “estilo e estrutura composicional de entrevista, o conteúdo temático é de propaganda da atuação política e administrativa de Lula, construída por meio do discurso explorado no programa” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 358). Afinal, a escolha pelo modelo em questão baseou-se no empenho para conferir mais dinamicidade ao produto, conforme explicado anteriormente, que deveria ser atrativo tanto para a população em geral quanto para a imprensa nacional, e não na intenção de estabelecer uma suposta exposição de caráter “jornalístico”: “a preocupação maior quanto ao formato era não oferecer ao público um arremedo de comunicação promocional, de má qualidade, que fingia ser informativa” (DANCUR, 2009, p. 68).

⁶² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 93, 29 jan., 2007.

Dessa forma, “a cenografia era composta por um jornalista/apresentador, que realizava as perguntas, e por Lula, que era o grande protagonista” (SANTOS, 2017, p. 118) tanto do programa de rádio estudado quanto da própria gestão petista como um todo. A partir do estabelecimento dessa composição, “os discursos do presidente eram enunciados através de um ‘despretensioso’ jogo de perguntas e respostas, como as conversas corriqueiras do cotidiano” (SANTOS, 2017, p. 118). Durante as “transmissões, cada personagem desenvolvia o seu papel. O jornalista procedia aos questionamentos de maneira séria, ‘formal’, ao passo que Lula atuava com um discurso formatado em linguagem ‘natural’, simples, bem próxima da comunicação espontânea” (SANTOS, 2017, p. 123) que caracterizava historicamente sua trajetória política, estabelecendo-se propositalmente uma distinção entre as falas dos dois atores.

As manifestações e “indagações do jornalista [...] eram realizadas no sentido de permitir que o entrevistado conseguisse desenvolver livremente os seus argumentos, sem que tivesse que se preocupar com qualquer tipo de questionamento ou problematização” (SANTOS, 2017, p. 124), o que demonstra claramente a natureza propagandística do produto. Aliás, “na maioria das vezes as falas do jornalista eram pautadas por afirmações sobre ações já realizadas pelo governo e as suas intervenções se limitavam a pedir o comentário de Lula” (SANTOS, 2017, p. 124), que aproveitava a deixa para expor sem restrições suas ideias e opiniões, bem como as iniciativas de sua gestão. Afinal, não se pode ignorar que, no fim das contas, o Café com o Presidente “é elaborado por um órgão vinculado ao Governo Federal, o que significa autonomia para escolher os assuntos a serem tratados e, principalmente, para dar-lhes o direcionamento que [...] assegure a boa imagem do presidente e dê boa repercussão das suas ações” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 358).

Em suma, “a presença do jornalista confere ‘credibilidade’ aos temas, além de facilitar a edição final e atribuir um ritmo consideravelmente mais dinâmico” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 16) às transmissões do Café com o Presidente, cujo estilo retórico “é bem marcante. As informações são apresentadas numa linguagem simples e direta. [...] Este é o ambiente propício para o coloquialismo dos discursos do presidente, que usa fartamente metáforas e tom informal” (FERREIRA, Gisele, 2007, p. 16) para se conectar com a população. A preocupação de Lula em atingir as pessoas com suas mensagens, aliás, manifesta-se por vezes de forma até professoral: “muitas vezes, ele retoma a pergunta do jornalista para explicá-la melhor aos ouvintes, ou então, antes de responder ao que foi perguntado, explica outros fatos envolvidos para que o assunto central seja totalmente esclarecido” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 356).

Inclusive, o próprio nome dado ao “programa pode ser analisado como uma figura que ativa no imaginário cultural a imagem de tomar café, ou seja, conversar informalmente, trocar ideias e opiniões, dialogar de maneira informal, [...] e remete à ideia de companheirismo, de cumplicidade, de proximidade” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 355). Esse tom acessível, no entanto, não significa a ausência de mensagens de cunho técnico, tendo em vista que a iniciativa se baseia na “tentativa de persuadir os seus eleitores e a população em geral de que o trabalho do Presidente está no caminho certo. E para garantir o alcance desse convencimento, se vale de informações concretas, de números obtidos em pesquisas [...] e repassa esses dados aos ouvintes” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 346). Porém, essa transmissão ocorre de maneira suavizada, em que “o jornalista segue um roteiro já preparado para que a fala do presidente aconteça. Essa didatização do discurso aproxima o ator Lula do povo e constrói seu enunciatário” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 356).

O estabelecimento desse tipo de relação mais íntima com a população também se baseou na farta utilização, por parte do mandatário, “de ‘histórias contadas’. Usa as narrativas pessoais, com espontaneidade, para envolver e convencer tais interlocutores” (BRUNETTI, 2006, p. 22). No primeiro programa que foi ar, por exemplo, Luiz Inácio abordou a política de estímulo à bancarização que vinha sendo implementada por sua gestão através de um relato de cunho familiar: “a minha sogra é aposentada e todo ano ela pega um pouquinho de joia que ela tem, anéis, aliança e vai à Caixa Econômica penhorar porque ela sempre está precisando de um dinheirinho para fazer uma coisa ou outra, às vezes uma viagem. Daí, eu vejo o sofrimento dela”⁶³.

Segundo ele, tal problema enfrentado pela mãe de sua esposa, que desafiaria também milhões de outros brasileiros, estava sendo combatido por seu governo com sucesso: “agora, ela não vai precisar mais penhorar a sua aliancinha, o seu anel que ela herdou da avó, da bisavó. Ela agora pode ir à Caixa Econômica Federal e fazer um empréstimo”⁶⁴. Assim, além de promover a política em questão, que ganharia publicidade através do rádio, e enaltecer as ações tomadas por sua gestão, Lula ainda procurava mostrar ao público a semelhança entre a sua vida como Presidente e a do restante dos cidadãos. Essa tentativa de aproximação, aliás, ganhava particular atenção no tocante aos mais pobres: “quando trata de assuntos que interessam particularmente às classes baixas, Lula relembra fatos de sua infância e de sua vida, antes de ser presidente, para mostrar que também passou por vários problemas, [...] relembra seu passado

⁶³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

⁶⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

humilde e se iguala à sociedade em geral” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 356). Tal estratégia pode ser percebida no programa que abordou enchentes no Nordeste:

olha, eu tenho muita experiência em tratar de enchentes, porque fui vítima delas durante muito tempo na minha vida. Então, eu sei o que é perder fogão, o que é perder geladeira, o que é ver rato passando dentro da água, correndo para se salvar. Sei o que é tirar pessoas mais idosas quando estão com água quase pelo pescoço. É uma vida muito dura. Eu fico chocado quando vejo a água entrar na casa de uma pessoa. Eu acho que é preciso uma ação combinada de investimento em saneamento básico e habitação, em lugares mais adequados, com canalização dos córregos que podem ser canalizados. [...] Nós temos que fazer o que for possível, o que estiver ao nosso alcance, para que a gente possa minimizar o sofrimento das pessoas. Porque eu já acordei uma hora da manhã com um metro de água dentro da minha casa. E depois que passa a chuva é muito difícil você ter que tirar trinta centímetros de lama dentro da sua casa.⁶⁵

Apesar dos relatos referentes às dificuldades que enfrentara no passado, as falas do Presidente eram “marcadamente otimistas e crentes nas possibilidades de crescimento e progresso do país. [...] Lula sempre tem uma explicação, uma ideia inovadora que busca levar o seu enunciário a crer que todos os problemas têm solução e que ele trabalha incansavelmente em prol do país” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 356). Na realidade, os obstáculos encarados em sua vida pregressa surgiam no programa justamente no sentido contrário, como provas de que a superação das adversidades era possível: “todo mundo sabe como é que estava antes a economia do Brasil, e todo mundo sabe que nestes dez meses nós controlamos a inflação, nós recuperamos a credibilidade internacional e a economia brasileira voltou a crescer”⁶⁶.

Essa reabilitação (tanto das histórias individuais de cada um quanto do país, um paralelo constantemente traçado), no entanto, não seria imediata, conforme explicado na primeira edição do *Café com o Presidente*: “tudo isso é um processo lento, mas nós queremos dar cada passo certo, medido, porque vocês sabem, quando a gente dá um passo maior do que a perna, pode ter uma distensão. Veja o que aconteceu com o Ronaldinho agora, já não pode jogar na Seleção porque se contundiu”⁶⁷. Aliás, a utilização de metáforas baseadas em assuntos de grande repercussão popular, com destaque para o futebol, era outra ferramenta constante de Luiz Inácio para fortalecer o laço com os ouvintes ao mesmo tempo em que justificava possíveis dificuldades enfrentadas por seu governo.

⁶⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 07, 09 fev., 2004.

⁶⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

⁶⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

No programa seguinte, Lula novamente ressaltou os limites na capacidade da gestão petista ao comentar a retomada econômica do país, sem deixar de lado as promessas carregadas de confiança: “eu diria que vamos fazer, não com a pressa que alguns desejam, porque nós precisamos, de um lado, controlar a redução da taxa de juros e de outro lado, a gente precisa controlar a inflação”⁶⁸. Nesse sentido, suas falas podem também ser vistas como instrumentos de defesa do seu governo frente às críticas, “como respostas a perguntas implícitas na mídia e questões colocadas por seus adversários sobre suas estratégias, [...] como se esse otimismo respondesse, não apenas aos ouvintes do programa de rádio, mas também aos seus adversários” (LUDOVICE; PERNAMBUCO, 2014, p. 358).

As transmissões serviam ainda, por vezes, para que Lula fizesse acenos ao Poder Legislativo, exaltando sua atuação: “o Congresso Nacional deu uma demonstração inequívoca de que, em algum momento da nossa vida, nós temos que [...] pensar na próxima geração e não na próxima eleição. Por isso eu disse que estava de alma lavada, a Câmara e o Senado cumpriram o seu papel dignamente”⁶⁹, declarou o mandatário após a aprovação da Reforma da Previdência, por exemplo. Da mesma forma, o programa de rádio também era utilizado para defender aliados, como na ocasião em que foram abordados problemas em um pente-fino promovido pelo INSS através de metáforas futebolísticas: “o companheiro Ricardo está fazendo uma administração excepcional. Agora, de vez em quando, um bom jogador perde um pênalti, um bom beque central marca um gol contra, e nem por isso ele é ruim”⁷⁰, comentou Luiz Inácio a respeito do Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini.

Aliás, no caso em questão percebem-se também falas que buscaram sensibilizar a população através da justificativa relativa às medidas tomadas e do reconhecimento de erros do governo, respectivamente: “Berzoini estava fazendo a coisa correta, do ponto de vista de combater a fraude. [...] Então, na tentativa de corrigir, houve o excesso. Qual foi o excesso? Imaginar que uma pessoa de 90 anos pode se locomover com a mesma facilidade de alguém de 60, de 50 ou de 30”⁷¹; “o Ricardo reconheceu o erro, já pediu desculpas à sociedade brasileira e eu acho que todo grande homem não tem que ter vergonha de pedir desculpa. A desculpa enaltece o ser humano, engrandece o ser humano, quando ele reconhece que errou”⁷². Outra edição que pode exemplificar esse uso do programa como instrumento para abordar problemas

⁶⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 02, 01 dez., 2003.

⁶⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 02, 01 dez., 2003.

⁷⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

⁷¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

⁷² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

enfrentados pela gestão e prometer soluções à sociedade é aquela que foi ao ar logo após o Mensalão vir à tona:

eu gostaria que um dia o Brasil atingisse o nível que atingiu a Operação Mãos Limpas, na Itália. Gostaria, e se depender do meu esforço pessoal, nós vamos aproveitar esse momento para fazer as coisas que têm que ser feitas no Brasil, porque nós precisamos mostrar para a sociedade brasileira que é possível acabar com a corrupção no Brasil. [...] Quero pedir desculpa pela eloquência, que realmente eu fico indignado. Como pai de cinco filhos, fico indignado quando fico sabendo que da corrupção se extrai o dinheiro que poderia estar ajudando a desenvolver este país, a fazer mais Bolsa Família, a colocar mais gente na escola. Eu fico indignado. E quero que o povo saiba que essa indignação já foi transformada em gesto prático desde o primeiro dia de governo e vai continuar sendo.⁷³

Pode-se citar ainda a presença de convidados, mais um artifício da equipe responsável pelo Café com o Presidente para torná-lo atrativo ao público, sendo empregado frequentemente durante os anos em que ele esteve no ar. Na maioria das vezes, os participantes especiais eram ministros do governo, como Humberto Costa (Saúde), Dilma Rousseff (Minas e Energia), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), Fernando Haddad (Educação), Tarso Genro (Justiça), Marina Silva (Meio Ambiente) e Celso Amorim (Relações Exteriores), dentre outros, em uma dinâmica em que o visitante “responde às perguntas do jornalista e o presidente comenta as declarações do convidado” (DANCUR, 2009, p. 80). No entanto, em determinadas ocasiões personalidades de fora da política também foram chamados, como Dunga e Romário (na edição que celebrou a escolha do Brasil como sede da Copa de 2014) ou Ronaldo e Roberto Carlos (no programa gravado após o Jogo da Paz no Haiti).

Além de chamar a atenção da população e da imprensa ao longo das suas 282 transmissões, o Café com o Presidente conquistou também o próprio protagonista. Na última edição, gravada a poucos dias do fim do seu segundo mandato, Lula fez questão de exaltar a iniciativa e defender sua continuidade por parte de Dilma Rousseff, sucessora recém-eleita: “penso que é justo que a nova Presidenta da República continue este programa. Eu acho que ela deve continuar porque é um programa que tem tido um êxito extraordinário”⁷⁴. Tal sugestão, aliás, foi acatada por Rousseff logo no início de seu governo⁷⁵, em ato que demonstra o sucesso do produto de Luiz Inácio e sua importância: “muitas das coisas que nós falamos aqui

⁷³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 44, 13 jun., 2005.

⁷⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 282, 27 dez., 2010.

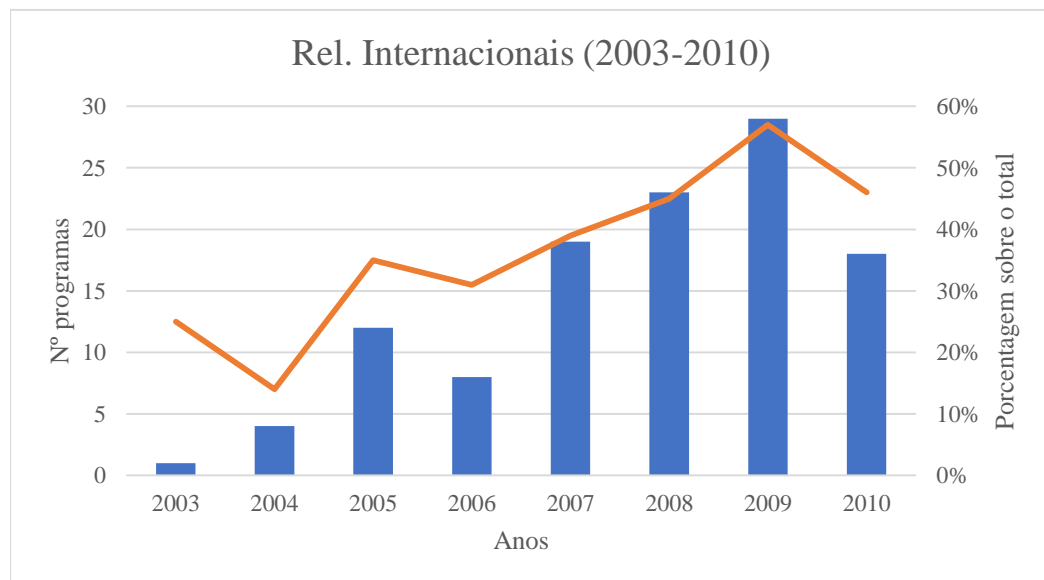
⁷⁵ DILMA estreia programa "Café com a Presidenta" em novo formato. *GI*. 07 fev. 11. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/dilma-estrela-programa-cafe-com-a-presidenta-em-novo-formato.html>>. Acesso em: 11 ago. 23.

repercutem na televisão, à noite. Então as pessoas, mesmo que não ouviram o programa ‘Café com o Presidente’, ficam sabendo pela televisão. Eu acho que a nossa presidente tem que utilizar, o máximo possível, este espaço”⁷⁶.

3.2 A diplomacia como pauta

No tocante à temática das relações internacionais, sua presença no Café com o Presidente pode ser percebida com grande frequência ao longo dos oito anos de gestão petista. Com exceção de 2003, quando poucas edições foram produzidas tendo em vista a sua estreia apenas em meados de novembro, e de 2004, momento em que o governo ainda se voltava em grande medida para assuntos de cunho doméstico em busca da estabilização econômica e política, o restante do período de transmissão foi marcado por constantes abordagens a tópicos relacionados à diplomacia. Conforme o gráfico abaixo, é possível verificar que, entre o terceiro e o oitavo anos de Lula como ocupante do Palácio do Planalto, a política externa se manteve presente em mais de 30% dos programas que foram ao ar.

Gráfico 1 - Número de programas em que são mencionados tópicos relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2003-2010)



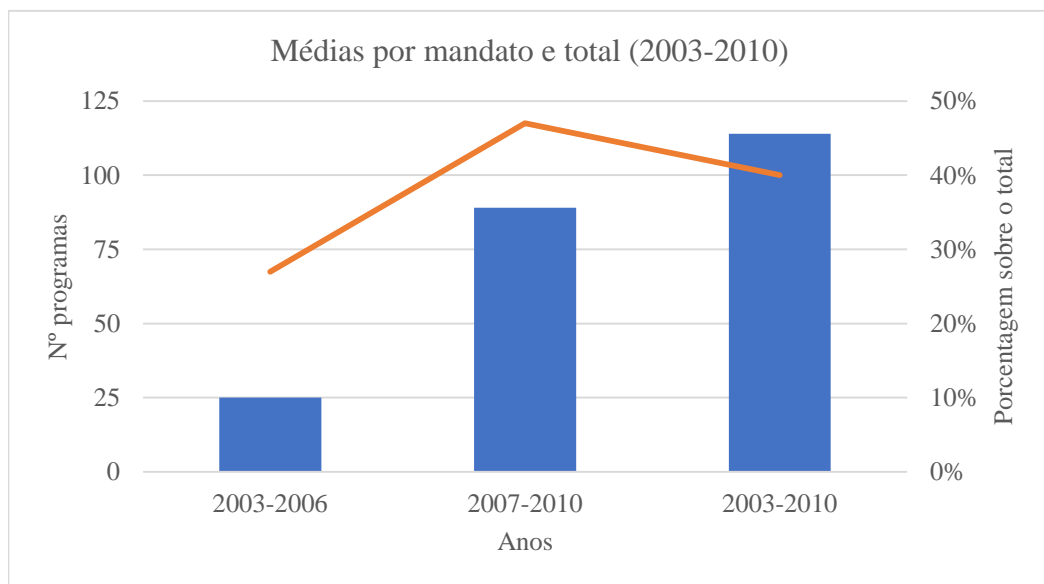
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Também é notável o crescimento das menções a partir do segundo mandato de Luiz Inácio, que tem início em 2007. É verdade que apenas em setembro de 2005 o Café com o Presidente deixa de ser veiculado quinzenalmente e adota formato semanal; da mesma forma,

⁷⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 282, 27 dez., 2010.

a paralisação da produção entre junho de 2006 e janeiro de 2007 em função das eleições reduziu o número de transmissões feitas no período. Dessa forma, quando levado em conta somente o quantitativo em termos absolutos, o aumento entre os intervalos é superestimado. Ainda assim, se a comparação é feita a partir dos percentuais anuais obtidos através da razão entre a contagem de programas nos quais são abordados tópicos relacionados às relações exteriores e o total de edições, constata-se uma elevação sensível, o que pode ser apontado como resultado do cenário político, econômico e diplomático mais oportuno para que o governo atuasse internacionalmente.

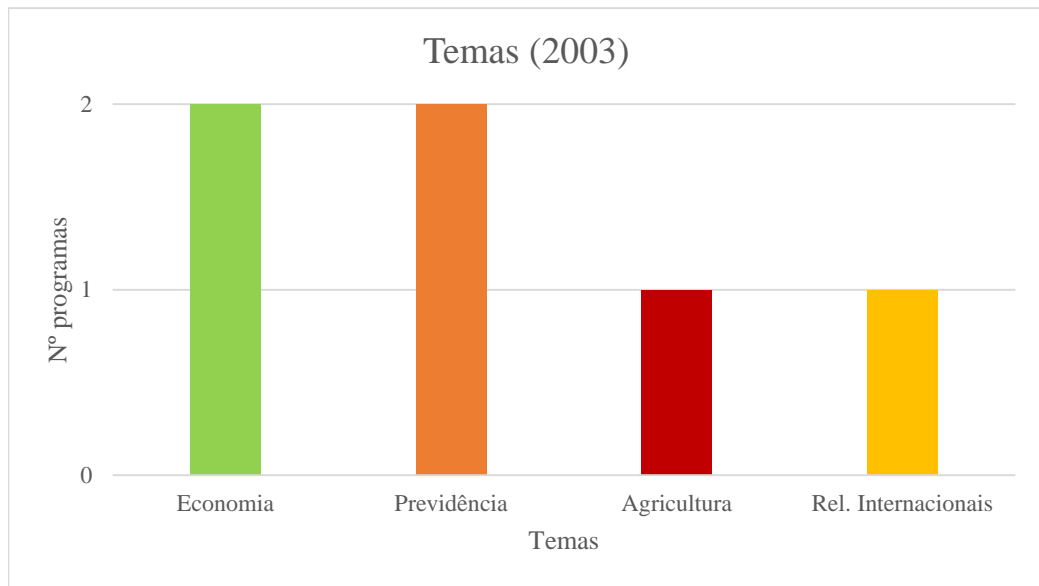
Gráfico 2 - Número de programas em que são mencionados tópicos relacionados ao tema “Relações Internacionais” agrupados por mandato e total (2003-2010)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Com o quadro geral do período traçado, é legítimo focar nas especificidades que marcaram o Café com o Presidente a cada ano de veiculação. Em 2003, por exemplo, os quatro programas produzidos constituem amostra diminuta para qualquer análise de maior fôlego. No entanto, a presença do tema em estudo já nesse primeiro momento é um sinal interessante a respeito da relevância da política externa na concepção midiática da equipe de comunicação responsável pelo produto. Nota-se ainda a citação a tópicos de cunho econômico, grande preocupação de Lula em seu início de governo, e relacionados com a previdência social, cuja reforma estava em fase final de tramitação na época.

Gráfico 3 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2003)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

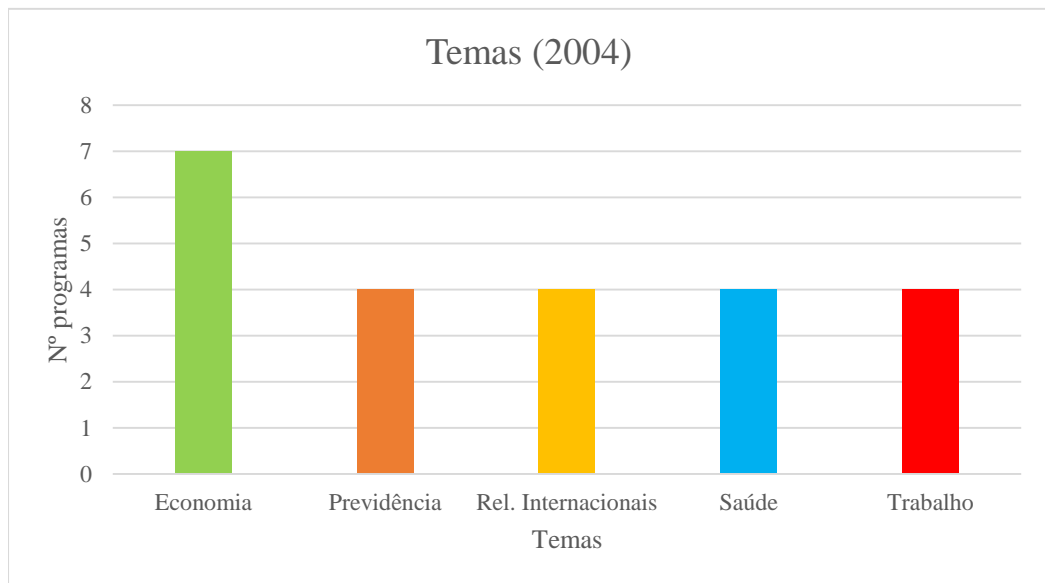
No ano seguinte, o programa foi transmitido de janeiro a dezembro, o que fez com que o total de edições passasse a 28. Nelas, novamente ganharam destaque economia e previdência, acompanhados de uma multiplicação de outros temas. Também se repetiu o destaque dado à política externa, que voltou a ocupar um espaço entre os mais abordados. Considerando tanto 2003 quanto 2004, nota-se no âmbito das relações internacionais a predominância de tópicos diretamente relacionados a viagens de cunho econômico-comercial do Presidente Lula a outros países, com exceção da visita ao Haiti (quando o mandatário entrevista jogadores da Seleção Brasileira às vésperas do Jogo da Paz), conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Tópicos abordados relacionados ao tema "Relações Internacionais" (2003-2004)

DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
15/12/2003	Viagem à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia
26/01/2004	Viagem à Índia
31/05/2004	Viagem à China
28/06/2004	Viagem aos Estados Unidos
23/08/2004	Viagem ao Haiti (Jogo da Paz)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Gráfico 4 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2004)

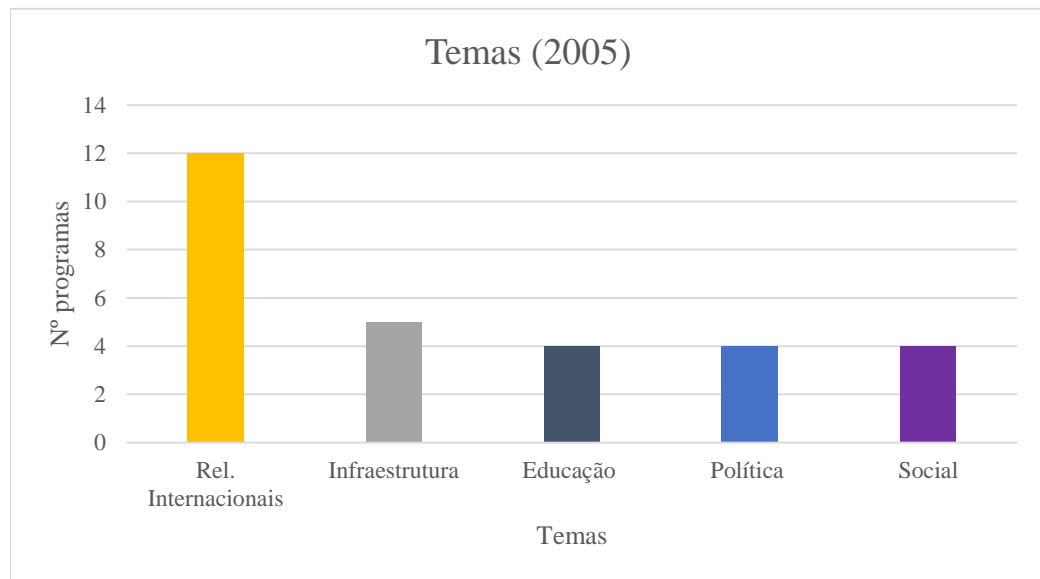


Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Já em 2005, o perfil do Café com o Presidente sofre algumas alterações em sua forma e conteúdo. Na esteira do desgaste provocado pelo Escândalo do Mensalão, o programa começa a ser transmitido semanalmente a partir de setembro, quando as falas de Luiz Inácio passam a focar em obras e investimentos feitos por seu governo em todo o país. Assim, após abordar em algumas edições as denúncias sofridas pela gestão petista, o que explica o aumento de tópicos relacionados à política partidária, Lula e sua equipe se preocuparam em produzir uma agenda positiva que fizesse frente à cobertura crítica realizada pela imprensa nacional. Além de assuntos relacionados à infraestrutura, eles deram destaque também a ações nos campos da educação e da assistência social, por exemplo, totalizando 34 veiculações.

Ao mesmo tempo, a melhoria dos indicadores socioeconômicos domésticos, o espaço internacional aberto à ascensão das potências emergentes e a vocação diplomática de Lula confluíram de forma a dar início ao processo de incremento da projeção global brasileira. Isso pode ser notado com o vertiginoso crescimento do número de menções à política externa, que se tornou o principal tema a ser abordado pelo programa radiofônico com grande vantagem quantitativa frente aos demais. Apesar das viagens voltadas a negociações comerciais continuarem sendo a maioria das ações que motivaram comentários por parte do Presidente, eventos específicos relacionados à concatenação política, alguns inclusive organizados pelo Brasil, já são observados na listagem.

Gráfico 5 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2005)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quadro 2 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2005)

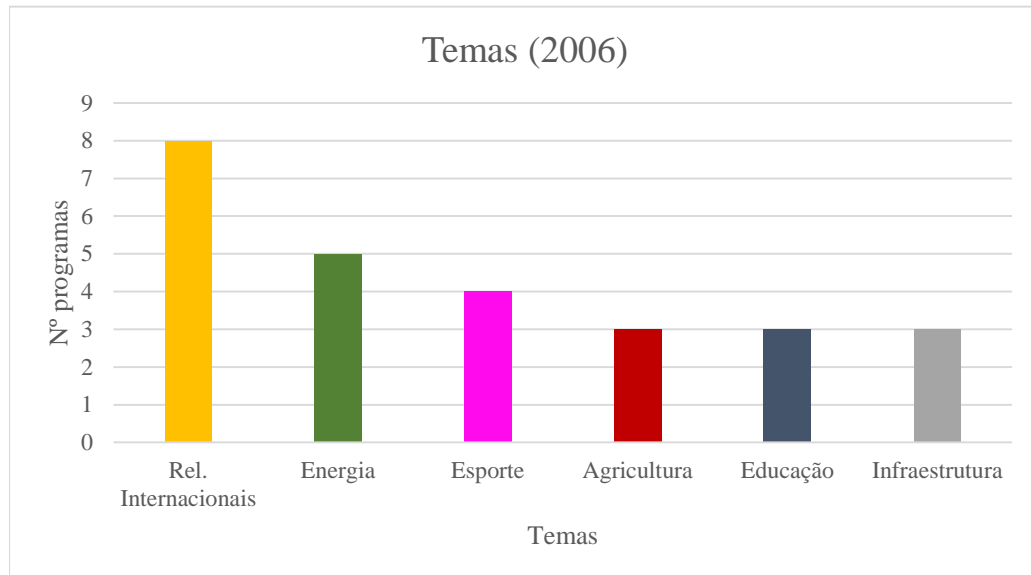
DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
18/04/2005	Viagem a Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal
02/05/2005	Viagem à Coreia do Sul e Japão
16/05/2005	Cúpula América do Sul-Países Árabes (Brasília)
30/05/2005	Viagem à Coreia do Sul e Japão
12/09/2005	Viagem ao Peru
19/09/2005	Objetivos de desenvolvimento do milênio
26/09/2005	Cúpula América do Sul (Brasília)
03/10/2005	Parceria entre Petrobras e PDVSA
17/10/2005	Viagem a Portugal, Espanha, Itália e Rússia
24/10/2005	Recebimento da Medalha Agrícola da FAO
31/10/2005	Viagem à Argentina (Cúpula das Américas)
19/12/2005	Negociação da Rodada Doha (conferência de Hong Kong)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No ano em que tentaria sua reeleição, Lula ressaltou tópicos relacionados ao esporte, cuja repercussão ganhou espaço à medida em que os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos do Rio de Janeiro se aproximavam, e ao campo da energia, potencializado com a decisão do governo de impulsionar a produção e as pesquisas voltadas aos biocombustíveis. Novamente, porém, os assuntos de cunho diplomático dominaram o Café com o Presidente ao longo das 26 edições que foram ao ar entre janeiro e junho de 2006, antes do início do período eleitoral. As falas que trataram de visitas a outros países em busca do estreitamento de seus laços com o Brasil dividiram espaço com aquelas que saudaram a vitória de aliados ideológicos na América do Sul. No tocante ao subcontinente, aliás, a polêmica resultante da nacionalização

dos hidrocarbonetos pela Bolívia motivou um programa inteiro, atenção dispensada também às negociações internacionais no âmbito da Rodada Doha da OMC.

Gráfico 6 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2006)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quadro 3 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2006)

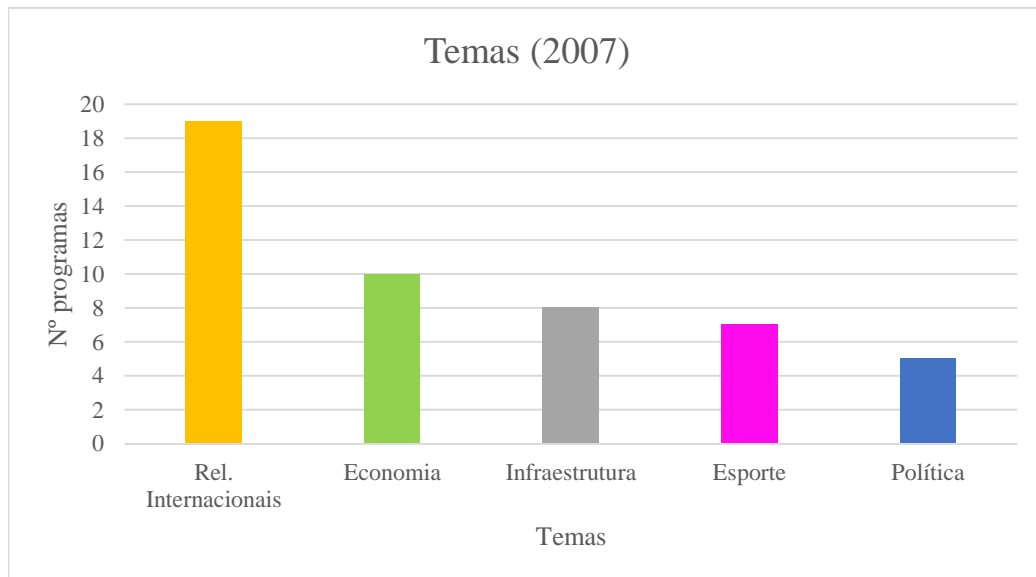
DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
23/01/2006	Viagem à Bolívia (posse de Evo Morales)
06/02/2006	Viagem à Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul
13/02/2006	Viagem à Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul
06/03/2006	Viagem ao Reino Unido
13/03/2006	Viagem ao Chile (posse de Michelle Bachelet)
08/05/2006	Nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia
15/05/2006	Negociação da Rodada Doha (conferência de Gênova I)
29/05/2006	Negociação da Rodada Doha (conferência de Gênova I)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Após a vitória sobre Geraldo Alckmin, o líder petista iniciou seu segundo mandato com postura semelhante àquela que vinha mantendo no final do anterior. Reflexo disso é a composição do Café com o Presidente da época, cuja pauta continuou sendo construída a partir de numerosas abordagens à política externa brasileira. Porém, merecem destaques alguns eventos do período que deixaram sua marca ao longo dos 49 programas que foram ao ar em 2007, até então quantitativo anual recorde. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em janeiro, por exemplo, deu novo fôlego às menções feitas a investimentos em infraestrutura. A escolha do país como sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino de

2014, por sua vez, incrementou ainda mais os comentários voltados ao campo esportivo, já avolumados com a realização do Pan no Rio de Janeiro.

Gráfico 7 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2007)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No tocante às relações internacionais, tópicos como o recebimento de Chefes de Estado em Brasília e as viagens a diversas partes do planeta continuaram recebendo grande atenção de Luiz Inácio. Quanto a essas visitas, no entanto, nota-se a redução do número de falas que focavam exclusivamente nos seus objetivos comerciais e possíveis benefícios financeiros a serem obtidos, com as alusões aos aspectos políticos e estratégicos desses encontros ganhando espaço. Nesse sentido, foram destacadas constantemente reuniões bilaterais que trataram de negociações caras ao mandatário brasileiro, como aquelas que se desenrolaram em torno da Rodada Doha e do estímulo internacional aos biocombustíveis. O aspecto relacionado ao desenvolvimento social doméstico que envolvia estes produtos nas abordagens dos anos anteriores, aliás, passou a ser acompanhado por referências cada vez mais frequentes ao potencial impacto global desse processo e a seu efeito benéfico para a causa ambiental. Por fim, constata-se uma primeira citação à crise econômica, ainda superficial e marcada pelo otimismo.

Quadro 4 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2007)

DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
29/01/2007	Negociação da Rodada Doha (Fórum Econômico Mundial)
12/02/2007	Mudanças climáticas
05/03/2007	Visita de George W. Bush (Rodada Doha e biocombustíveis)
12/03/2007	Visita de George W. Bush (Rodada Doha e biocombustíveis)
26/03/2007	Visita de Romano Prodi (Itália)
02/04/2007	Viagem aos Estados Unidos

16/04/2007	Cúpula Energética da América do Sul
04/06/2007	Viagem à Índia e Alemanha (Mudanças climáticas)
09/07/2007	Viagem a Portugal (Rodada Doha) e Bélgica (biocombustíveis)
20/08/2007	Crise econômica internacional
10/09/2007	Viagem à Espanha, Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega
17/09/2007	Viagem à Espanha, Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega
24/09/2007	Mudanças climáticas
08/10/2007	Abertura de escritório da Embrapa em Gana
22/10/2007	Viagem a Burkina Faso, Congo, África do Sul (Rodada Doha) e Angola
12/11/2007	Cúpula Ibero-Americana (Chile)
03/12/2007	Mudanças climáticas e biocombustíveis
10/12/2007	Viagem à Argentina
17/12/2007	Viagem à Bolívia

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Em 2008, a dobradinha entre relações internacionais e economia continuou protagonizando o programa radiofônico, reproduzindo a dinâmica do governo petista a partir da atenção dispensada a dois de seus principais pilares, que começaram o ano com forte desempenho. O segundo semestre, entretanto, iniciou período de grande desafio à gestão, que passou a ter que lidar diretamente com a crise econômica internacional. Apesar da diversificação de tópicos diplomáticos tratados por Lula no Café com o Presidente, característica que denotava o amadurecimento de sua política externa e o aumento da estatura brasileira nos fóruns multilaterais, a derrocada do sistema financeiro estadunidense e seus efeitos globais progressivamente monopolizaram as falas veiculadas pela equipe de comunicação do Palácio do Planalto nas 51 edições produzidas entre janeiro e dezembro.

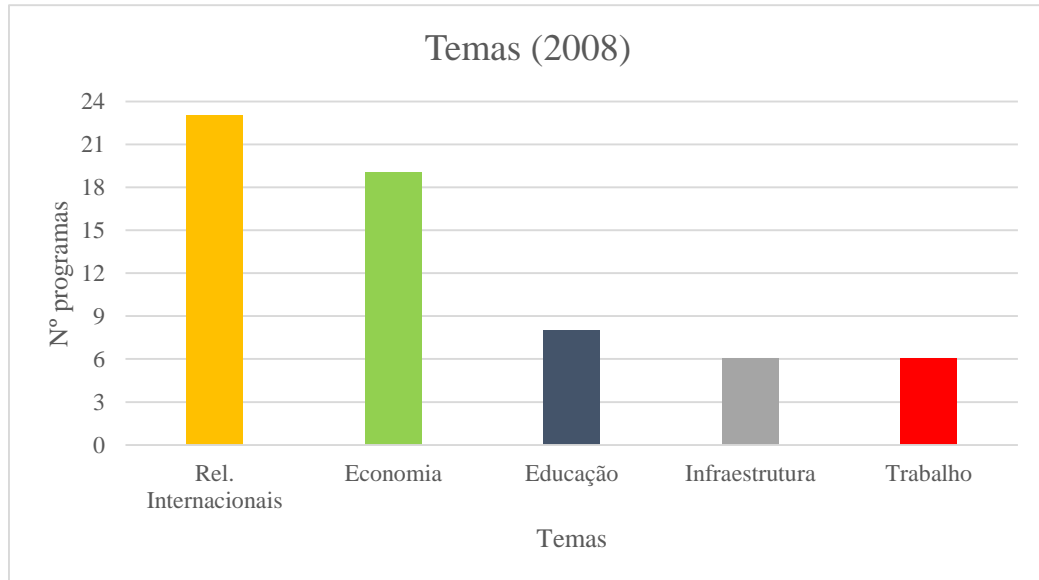
Quadro 5 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2008)

DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
14/01/2008	Viagem à Guatemala e Cuba e negociação para libertação de reféns pelas FARC
18/02/2008	Viagem à Antártica
25/02/2008	Reservas internacionais brasileiras superam montante da dívida externa
24/03/2008	Crise econômica internacional
14/04/2008	Viagem à Holanda e República Tcheca
21/04/2008	Viagem à Gana (Embrapa) e biocombustíveis
05/05/2008	Conquista do grau de investimento de agência internacional de avaliação de risco
26/05/2008	Criação da Unasul
02/06/2008	Viagem à Itália (conferência da FAO) e conquista do grau de investimento de agência internacional de avaliação de risco
09/06/2008	Biocombustíveis
14/07/2008	Viagem ao Japão (migração, mudanças climáticas e Rodada Doha), Indonésia, Timor Leste e Vietnã
21/07/2008	Viagem à Bolívia e Colômbia
04/08/2008	Negociação da Rodada Doha (conferência de Gênova II)
29/09/2008	Crise econômica internacional
13/10/2008	Crise econômica internacional e viagem à Espanha, Índia (Rodada Doha) e Moçambique
20/10/2008	Crise econômica internacional e viagem à Espanha, Índia (Rodada Doha) e Moçambique
03/11/2008	Viagem a El Salvador (Cúpula Ibero-Americana) e Cuba
10/11/2008	Reunião do Mercosul, crise econômica internacional e viagem à Itália
17/11/2008	Viagem aos Estados Unidos (crise econômica internacional e Rodada Doha)
24/11/2008	Biocombustíveis

08/12/2008	Mudanças climáticas
15/12/2008	Crise econômica internacional
22/12/2008	Estratégia nacional de defesa e Cúpula da América Latina e do Caribe

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

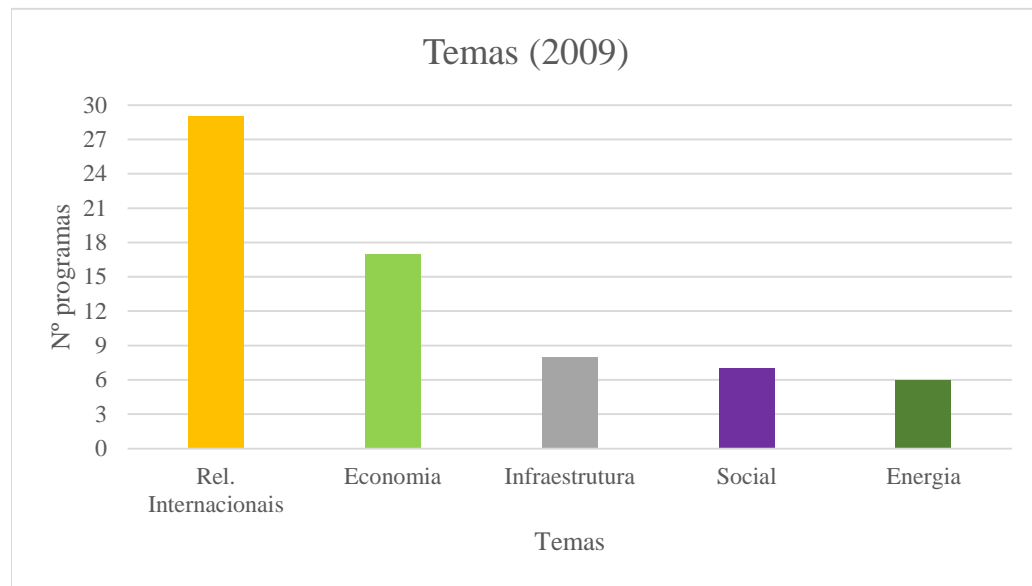
Gráfico 8 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2008)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No ano seguinte, por sua vez, constata-se renovado destaque dado ao tema da infraestrutura no contexto de fortalecimento do PAC e do lançamento do Minha Casa, Minha Vida, iniciativas tomadas no âmbito da política anticíclica levada a cabo pela gestão de Luiz Inácio para minimizar os efeitos das turbulências planetárias sobre o Produto Interno Bruto e o mercado de trabalho brasileiros. Ainda assim, o padrão básico anterior se manteve durante as 51 transmissões, com predominância de tópicos de cunho econômico e diplomático. Nesse sentido, tanto as reuniões bilaterais que trataram da crise internacional quanto os encontros do G-20 Financeiro organizados para discutir a situação global ocuparam parte relevante dos programas que foram ao ar nos primeiros três trimestres. O quadro só muda ao final de 2009, quando o arrefecimento da recessão no Brasil e a proximidade da realização da Conferência de Copenhague passaram a estimular as abordagens de Lula a respeito do combate às mudanças climáticas.

Gráfico 9 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2009)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quadro 6 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2009)

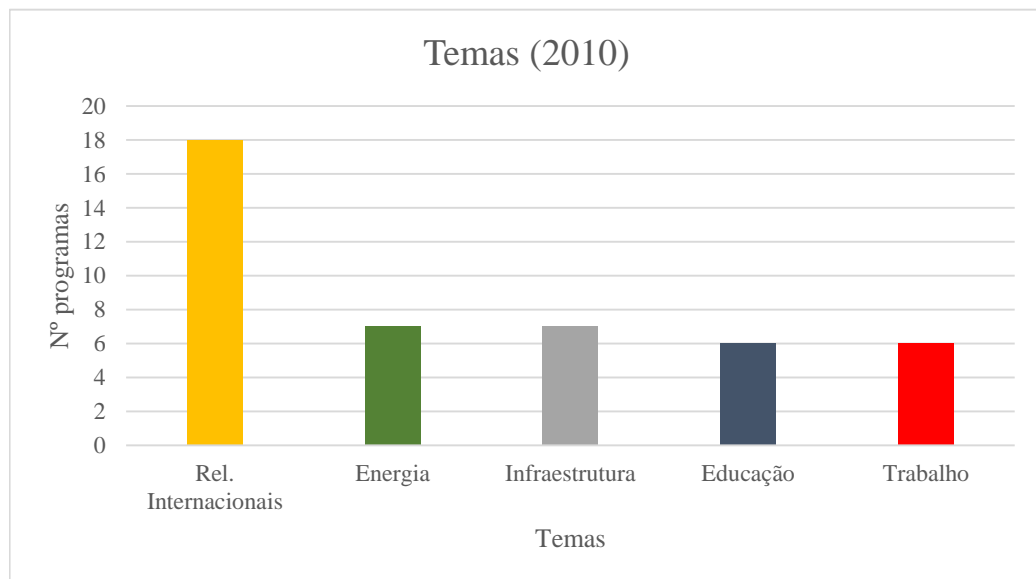
DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
12/01/2009	Acordo de paz na Palestina e crise econômica internacional
19/01/2009	Posse de Barack Obama
26/01/2009	Crise econômica internacional
02/03/2009	Crise econômica internacional
16/03/2009	Viagem ao Estados Unidos
23/03/2009	Nacionalização dos hidrocarbonetos pela Bolívia
06/04/2009	Viagem ao Reino Unido (crise econômica internacional) e Catar (Cúpula América do Sul- Países Árabes)
13/04/2009	Crise econômica internacional
20/04/2009	Viagem a Trinidad e Tobago (Cúpula das Américas)
27/04/2009	Crise econômica internacional
18/05/2009	Viagem à Arábia Saudita, Turquia e China
25/05/2009	Viagem à Arábia Saudita, Turquia e China
08/06/2009	Viagem a El Salvador (posse de Mauricio Funes), Guatemala e Costa Rica
15/06/2009	Viagem à Suíça (crise econômica internacional), Rússia (BRICS) e Cazaquistão
29/06/2009	Golpe de Estado em Honduras
06/07/2009	Viagem à França e Itália (crise econômica internacional e migração)
13/07/2009	Mudanças climáticas e crise econômica internacional
20/07/2009	Crise econômica internacional
24/08/2009	Viagem à Bolívia
31/08/2009	Viagem à Argentina (reunião da Unasul)
14/09/2009	Crise econômica internacional
28/09/2009	Viagem aos Estados Unidos (crise econômica internacional e mudanças climáticas) e Venezuela (Cúpula América do Sul-África)
12/10/2009	Viagem à Suécia (Cúpula Brasil-União Europeia e mudanças climáticas)
09/11/2009	Viagem ao Reino Unido (prêmio Estadista do Ano e mudanças climáticas)
16/11/2009	Viagem à Itália (mudanças climáticas)
23/11/2009	Acordo de paz na Palestina
30/11/2009	Viagem a Portugal (mudanças climáticas, crise econômica internacional e Cúpula Ibero-Americana)

07/12/2009	Viagem à Ucrânia e Alemanha (biocombustíveis e mudanças climáticas)
21/12/2009	Mudanças climáticas (conferência de Copenhague)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A estabilização da situação econômica no país em 2010 possibilitou a multiplicação de assuntos ocupando a pauta do programa de rádio, o que isolou as relações internacionais como principal tema abordado. Mesmo tomando a política externa separadamente, a variação de tópicos comentados nas transmissões é notável, com falas sobre questões como o terremoto no Haiti, as negociações pela paz na Palestina, o acordo nuclear negociado com Irã e Turquia e o fortalecimento de organismos como o Mercosul, o IBAS e o BRICS. Foram 39 edições veiculadas, com paralisação das transmissões apenas entre o final de agosto e o início de novembro, durante o período eleitoral. Em seu último ano na Presidência, Lula parecia à vontade para aproveitar o auge de seu capital político tanto domesticamente, elegendo sua sucessora, quanto no exterior, inserindo o Brasil nos grandes debates diplomáticos do planeta.

Gráfico 10 - Número de programas em que são mencionados cada tema (2010)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Quadro 7 - Tópicos abordados relacionados ao tema “Relações Internacionais” (2010)

DATA DE TRANSMISSÃO	TÓPICO(S) ABORDADO(S)
18/01/2010	Terremoto no Haiti
25/01/2010	Terremoto no Haiti
01/02/2010	Prêmio Estadista Global (Fórum Econômico Mundial)
22/02/2010	Viagem ao México (Cúpula da América Latina e do Caribe), Cuba, Haiti e El Salvador
01/03/2010	Viagem ao México (Cúpula da América Latina e do Caribe), Cuba, Haiti e El Salvador
22/03/2010	Viagem a Israel, Palestina (acordo de paz) e Jordânia
19/04/2010	Reuniões IBAS e BRICS
03/05/2010	Visita de Fernando Lugo (Paraguai)

17/05/2010	Viagem ao Irã (acordo nuclear)
24/05/2010	Viagem ao Irã (acordo nuclear)
31/05/2010	Fórum Mundial da Aliança de Civilizações (Rio de Janeiro)
05/07/2010	Viagem a Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul
12/07/2010	Viagem a Cabo Verde, Guiné Equatorial, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e África do Sul
26/07/2010	Criação da Unilab
09/08/2010	Viagem à Argentina (reunião do Mercosul)
08/11/2010	Viagem à Coreia do Sul (crise econômica internacional) e Moçambique
15/11/2010	Crise econômica internacional e Rodada Doha
20/12/2010	Reunião do Mercosul (Foz do Iguaçu)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Dessa forma, constata-se que o papel central concedido à política externa no âmbito do governo Lula foi replicado por ele e sua equipe de comunicação no momento de produção do Café com o Presidente. Afinal, após um primeiro momento em que o país ainda passava por processo de estabilização econômica, a crescente projeção brasileira no sistema internacional foi acompanhada pelo aumento constante das abordagens sobre tópicos diplomáticos nas transmissões. Assim, o tema em questão foi o mais comentado em seis dos oito anos durante os quais o programa de rádio foi ao ar, demonstrando a significativa preocupação da gestão tanto com a atuação nacional no estrangeiro quanto com a promoção dessa postura junto ao público doméstico.

4 A POLÍTICA EXTERNA NO CAFÉ COM O PRESIDENTE

4.1 A presença nos seis continentes

A grande presença de assuntos relacionados às relações internacionais brasileiras no Café com o Presidente, conforme exposto anteriormente, foi baseada em abordagens feitas por Lula aos mais variados tópicos da política externa de seu governo. Da mesma forma, as frequentes alusões foram construídas de maneiras diferentes a cada caso, tendo sido adotadas estratégias de comunicação específicas dependendo do tema a ser discutido no programa de rádio. Apesar dessas singularidades, alguns elementos em comum estão presentes e podem ser apontados como características importantes das falas do petista. Várias das menções à diplomacia nacional, por exemplo, são feitas no contexto de alguma viagem presidencial ao exterior. Na terceira transmissão que foi ao ar, em dezembro de 2003, o mandatário já trata da matéria ao comentar sua visita aos países árabes, costume mantido ao longo dos anos de mandato.

Nesses momentos, Lula sempre destacou de forma veemente os ganhos comerciais advindos do fortalecimento das relações com outros países. No contexto da mesma viagem supracitada, ele declarou que a visita em questão “foi como uma garimpagem, ou seja, você vai garimpar os espaços para que os produtos brasileiros possam entrar nesses países, para que a gente possa fazer grande relação comercial, desenvolver a nossa indústria e gerar riqueza e empregos, aqui, no Brasil”⁷⁷. Assim, os esforços do governo para abrir novos mercados aos artigos produzidos em solo nacional eram constantemente ressaltados nas edições do Café com o Presidente:

o Brasil estava há 28 anos tentando vender manga para o Japão. E o Japão não comprava manga, porque tinha o bicho da mosca. Quando o primeiro ministro japonês veio aqui, a primeira coisa que eu fiz foi perguntar da manga. E ofereci um prato de manga para ele. E falei: olha, eu vou descer no Japão com uma caixa de manga para vocês não botarem defeito na manga brasileira. O que aconteceu? O que aconteceu é que chegou o primeiro carregamento de manga no Japão. [...] Falei para o Celso Amorim: fale para o embaixador que se não tiver churrasqueira, fazer uma churrasqueira, porque eu quero convidar o Primeiro-Ministro para comer um churrasco, lhe oferecer uma boa picanha, uma boa costela, uma boa maminha, para ele falar: “puxa vida! Essa carne aqui é extraordinária!”. Não tem porque o Japão não comprar a carne do Brasil.⁷⁸

⁷⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 03, 15 dez., 2003.

⁷⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

Uma preocupação de Luiz Inácio ao abordar essas viagens era justificar sua imprescindibilidade para que os objetivos estabelecidos fossem alcançados: “ficar sentado numa cadeira esperando que alguém nos descubra já era. Ou nós somos ousados, corajosos, colocamos os nossos produtos embaixo do braço e saímos pelo mundo vendendo ou nós perderemos essa guerra num mundo globalizado”⁷⁹. Essa atitude, aliás, não se restringiria ao campo econômico, tendo Lula ressaltado também seus efeitos de cunho político: “eu tomei a decisão. Ao invés de ficar aqui, no Brasil, esperando as coisas acontecerem, eu resolvi fazer as coisas acontecerem, colocando os pés no chão dos países árabes, da África, e quero fazer com que o Brasil seja mais ousado, seja mais lutador pelos seus direitos”⁸⁰.

Outro ponto constantemente levantado no programa de rádio dizia respeito aos benefícios diretos dessas visitas à população brasileira: “quando aumenta a relação comercial do Brasil, quando a gente vende mais lá fora, significa o quê? Significa mais produção industrial, significa mais emprego, significa mais comércio, significa mais distribuição de renda”⁸¹. Essa preocupação com a percepção que a sociedade teria de suas iniciativas aparece mais de uma vez: “um cidadão comum pode pensar que as exportações não têm nada a ver com ele, mas, muitas vezes, ele é que não sabe que o produto que está produzindo numa fábrica vai ser utilizado num carro produzido na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra, e isso é muito importante”⁸². Afinal, a principal tarefa do Café com o Presidente era justamente passar a mensagem do governo às pessoas:

aos poucos, as pessoas vão compreendendo, “perai, o presidente Lula está viajando, mas cada vez que ele viaja a gente exporta um pouco mais, cada vez que a gente exporta um pouco mais a gente é obrigado a produzir mais aqui, a gente produzindo mais aqui vai ter mais empregos, a gente vai ter mais salário, a gente vai poder comprar mais no comércio, o comércio vai fazer mais pedidos para as fábricas, as fábricas vão contratar mais gente, a gente vai vender mais”. Esse ciclo virtuoso é que é importante para o Brasil.⁸³

A parceria entre o Estado e o setor privado nacional também surgia recorrentemente nas falas de Luiz Inácio, como na ocasião da visita a Pequim e Xangai, que para ele serviria “não apenas para aumentar a nossa relação comercial com a China, mas para que as empresas brasileiras e as empresas chinesas possam fazer parcerias e termos investimentos aqui e lá. Essa

⁷⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

⁸⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 03, 15 dez., 2003.

⁸¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 50, 05 set., 2005.

⁸² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 53, 26 set., 2005.

⁸³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 53, 26 set., 2005.

viagem é tão importante que já tem, inscritos, 412 empresários”⁸⁴. A defesa dos interesses de setores produtivos brasileiros, em mais uma demonstração de sintonia com o empresariado local, também foi relatada por Lula na época em que a Argélia embargou a importação de proteína: “eu fiz um apelo ao presidente Bouteflika, mostrando para ele que não tinha nenhum sentido suspender a carne brasileira, porque o Brasil é um território muito grande. [...] E se tem um foco de febre aftosa num local ou numa região, o governo brasileiro trata de isolar aquela região”⁸⁵.

Após alguns anos de mandato, os resultados dessa forma de atuação mais assertiva começaram a se tornar visíveis nos relatórios econômicos do governo, evolução prontamente divulgada à população através do rádio: “o fortalecimento das relações do Brasil com outros países está ajudando a economia brasileira, principalmente, porque as exportações vêm crescendo muito. Os últimos números dão uma ideia. Este ano, o Brasil já teve lucro de mais de 9 bilhões de reais com as vendas para o exterior”⁸⁶. Nesse sentido, destacar os avanços promovidos por sua gestão mostrava-se essencial para Lula: “nós tínhamos vindo de sete anos consecutivos de déficit na nossa balança comercial. [...] Somente a partir de 2002 é que nós começamos a crescer um pouco nossas vendas mais do que as nossas compras. Ora, de 2003, depois da nossa posse até hoje, nós praticamente duplicamos”⁸⁷.

A abordagem a respeito do aumento da estatura internacional brasileira, tanto política quanto econômica, teve como ponto de partida no Café com o Presidente a defesa constante da integração regional: “nós trabalhamos para que a economia brasileira cresça, para que a gente gere emprego e gere riqueza no Brasil, mas também trabalhamos para que os outros países da América do Sul tenham oportunidade de crescimento, se tornem economias emergentes e fortes”⁸⁸. Nesse contexto, aliás, Lula fazia questão de destacar o viés solidário pelo qual o Brasil deveria conduzir o processo: “como maior economia, como maior população, como país de maior potencial científico e tecnológico, nós temos obrigação de dar condições para que esse crescimento não se dê apenas dentro do Brasil, mas para que ele se dê, sobretudo, nos países que fazem fronteira conosco”⁸⁹. Em suma, para o mandatário o país deveria

assumir definitivamente a responsabilidade pela integração da América do Sul. [...] Portanto, o Brasil precisa ter consciência de que a integração da América do Sul

⁸⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 16, 17 mai., 2004.

⁸⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 73, 13 fev., 2006.

⁸⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

⁸⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

⁸⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

⁸⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

depende dos seus gestos. É preciso que o Brasil cresça e se desenvolva e que os países vizinhos também cresçam e se desenvolvam, porque aí nós iremos criar um continente altamente desenvolvido, com o povo tendo uma qualidade de vida extraordinária. [...] O Brasil não quer ter hegemonia na sua relação com nenhum país. O que nós queremos é construir parcerias. Nós queremos convencer os nossos empresários de que eles não precisam apenas comprar as empresas dos outros países, que eles podem construir associações com os outros países e a gente fazer a economia crescer como um todo no continente. A um país como o Brasil não interessa ser apenas um país grande e economicamente forte, com um monte de gente pobre do seu lado. É preciso que todos cresçam, que todos tenham condições de se desenvolver.⁹⁰

Dessa forma, Luiz Inácio eleva o país à condição de líder regional, defendendo o papel brasileiro de servir como uma “ponte que faz a ligação entre todas as correntes políticas da América do Sul porque o Brasil precisa trabalhar para que tenha um equilíbrio político, econômico, social e cultural. [...] Farei qualquer sacrifício para que a integração da América do Sul se transforme numa realidade”⁹¹. Um exemplo marcante desse tipo de concessão feita pela gestão petista foi visto na esteira da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos por Evo Morales, em 2006, quando o governo Lula adotou uma postura moderada e a defendeu no programa de rádio: “não vamos fazer provocação, não vamos fazer retaliação a um país que é infinitamente mais pobre que o Brasil, um povo mais faminto que o povo brasileiro, então, nós estamos tratando isso com carinho. [...] Nossa política é de paz, é de acordo e é de sensatez”⁹².

Essa forma de atuação, no entanto, não significou o abandono do zelo pelos interesses nacionais. No contexto do mesmo episódio, o Presidente fez questão de ressaltar a necessidade brasileira de autonomia: “nós temos que ser donos do nosso nariz. [...] Nós vamos trabalhar para que o Brasil seja autossuficiente. Isso não implica que a gente não continue importando gás da Bolívia, desde que o gás da Bolívia seja conveniente, do ponto de vista de preço, para o povo brasileiro”⁹³. Além disso, houve também uma clara preocupação de Lula em tranquilizar a sociedade e garantir que as atitudes tomadas pelo governo não trariam malefícios à população: “Quem tiver táxi a gás, vai continuar usando o seu táxi a gás. Quem tiver gás encanado no seu apartamento, vai continuar utilizando gás encanado. Nós vamos tratar de garantir que o povo brasileiro não seja prejudicado e também não queremos prejudicar o povo boliviano”⁹⁴. Ainda

⁹⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 169, 21 jul., 2008.

⁹¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 169, 21 jul., 2008.

⁹² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 86, 08 mai., 2006.

⁹³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 87, 15 mai., 2006.

⁹⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 86, 08 mai., 2006.

assim, mostrou-se central em suas falas a noção de que a decisão de Morales era justa e deveria ser respeitada:

vamos dizer ao povo brasileiro uma coisa que o povo precisa saber: a Bolívia tomou a decisão que tomou como resultado de um plebiscito, feito ainda quando o presidente Mesa presidia a Bolívia, e 92% do povo boliviano optou pela nacionalização do gás. É importante lembrar que isso já aconteceu no Brasil, já aconteceu no Chile, já aconteceu na Argentina, já aconteceu no Iraque, já aconteceu no Irã, já aconteceu na Líbia, já aconteceu no México e já aconteceu no Peru. Todos os países querem ser donos da riqueza que está no seu subsolo e a Bolívia tem no gás a sua única riqueza. Portanto, o povo, de forma plebiscitária, escolheu nacionalizar o gás.⁹⁵

Dentre os fóruns de integração regional, o Mercosul foi uma das organizações mais exaltadas no *Café com o Presidente*: “hoje, o Mercosul é uma realidade plena. Só para você ter ideia, o fluxo de comércio entre nós em 2008 chegou a quase US\$ 86 bilhões, saindo de um patamar de US\$ 10 bilhões em 2002, numa demonstração de que nós encontramos o caminho de desenvolver os países do Mercosul”⁹⁶. Em suas declarações, Luiz Inácio costumava destacar a importância da unidade entre as nações do Cone Sul para o seu desenvolvimento: “está todo mundo convencido que o Mercosul é o nosso espaço. É a partir do Mercosul que nós temos que fortalecer o nosso acordo com a União Europeia, que nós temos que fortalecer o acordo com os Estados Unidos, que nós temos que concluir a Rodada de Doha”⁹⁷.

No âmbito da América do Sul como um todo, por sua vez, a Unasul ocupou lugar de destaque nas falas de Lula, como na ocasião de sua fundação: “agora, o que aconteceu de fato é que mudou a geopolítica da América do Sul, e mudou muito. Mudou em todos os países, e mudou a compreensão de que juntos poderemos ser muito mais fortes e muito mais soberanos. [...] Na verdade, eu acho que foi a realização de um sonho”⁹⁸. O líder petista, durante as transmissões que trataram da organização da qual foi um dos principais artífices, sempre ressaltou seu papel como instrumento para o desenvolvimento conjunto do subcontinente: “ou nós nos juntamos, deliberamos políticas que sejam complementares e começamos a fazer, entre nós, uma política de ajuda, de solidariedade e crescemos juntos, ou nós vamos terminar mais um século pobres, como terminamos o século XX”⁹⁹.

⁹⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 86, 08 mai., 2006.

⁹⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 281, 20 dez., 2010.

⁹⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 281, 20 dez., 2010.

⁹⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 161, 26 mai., 2008.

⁹⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 226, 31 ago., 2009.

Assim, afora constituir-se como um dos pilares da política externa da época, a integração sul-americana foi pauta constante do Café com o Presidente. Além da exposição dos potenciais benefícios futuros do processo, também foram repetidamente apresentados os resultados já alcançados até o momento, como no caso dos ganhos comerciais: “o Brasil tem crescido muito as exportações. As exportações brasileiras hoje, mais de 50% das exportações, são feitas para os países em desenvolvimento, são feitas para os países da América do Sul, para os países africanos”¹⁰⁰. Outro tópico frequente nas falas de Lula dizia respeito às obras transnacionais de logística, podendo-se exemplificar com o evento de lançamento da construção da Interoceânica em parceria com o Peru, “uma rodovia que liga o Atlântico ao Pacífico, que liga o Brasil ao Pacífico, extremamente importante. É um sonho acalentado durante décadas, anos, por milhões de pessoas da América do Sul”¹⁰¹.

Os investimentos no campo energético em conjunto com os vizinhos igualmente foram exaltados pelo mandatário no rádio, como nos casos de acordos com Hugo Chávez e Fernando Lugo, respectivamente: “a PDVSA e a Petrobras [...] fizeram o protocolo de construção da refinaria no Porto de Suape, em Pernambuco, mas também fizeram acordos em que a Petrobras vai explorar petróleo e gás na Venezuela, para que refine mais de 200 barris de petróleo/dia nessa refinaria”¹⁰²; “uma das coisas principais que nós estamos tratando hoje com o Paraguai é a construção de uma linha de transmissão para que o Paraguai possa utilizar mais energia de Itaipu, um investimento de US\$ 400 milhões, para garantir o fim do apagão em Assunção e em outras cidades”¹⁰³.

O comprometimento mútuo estabelecido entre os governos locais, alinhamento que possibilitou muitas dessas iniciativas de caráter integracionista na região, perdurou por boa parte dos mandatos de Lula, que saudou a ascensão da chamada Onda Rosa¹⁰⁴ quando da posse de Morales: “eu sou amigo do Evo há muito tempo, tenho uma relação histórica com ele e, portanto, eu estou feliz. Feliz porque a América Latina está dando uma demonstração de avanço. As pessoas mais progressistas estão sendo eleitas em todos os países”¹⁰⁵. Poucos meses depois, outra cerimônia do gênero foi abordada em suas falas: “a minha ida ao Chile para participar da

¹⁰⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 51, 12 set., 2005.

¹⁰¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 51, 12 set., 2005.

¹⁰² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 54, 03 out., 2005.

¹⁰³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 259, 03 mai., 2010.

¹⁰⁴ Termo comumente utilizado para descrever a sequência de vitórias de candidaturas de partidos de centro-esquerda na América Latina durante o início do século XXI. Cf. AS diferenças entre avanço da esquerda na América Latina e 'onda rosa' de duas décadas. *GI*. 04 jul. 22. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/07/04/as-diferencas-entre-avanco-da-esquerda-na-america-latina-e-onda-rosa-de-duas-decadas.ghtml>>. Acesso em: 25 set. 23.

¹⁰⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 70, 23 jan., 2006.

posse da presidente Michelle Bachelet é, na verdade, um compromisso de gratidão com o povo chileno pelo que ele fez pelo Brasil, pelo que ele fez conosco quando acolheu brasileiros perseguidos aqui no tempo do regime militar”¹⁰⁶. Dessa forma, esse processo político foi exaltado no programa de rádio como prova de consolidação democrática:

eu diria que a democracia política está com as suas raízes mais sólidas porque as instituições estão funcionando bem em todos os países. A democracia social vai depender ainda do pagamento que todos nós temos que fazer para atender as demandas sociais, que são muito grandes em toda a América Latina, em toda a América do Sul. Eu acho que estamos dando passos importantes. [...] Foi um fato importante porque a nova Presidente do Chile foi uma mulher vítima do autoritarismo no Chile, foi perseguida, foi presa, teve o seu pai assassinado, e ela não tem ressentimento. Ela foi ministra da Defesa, foi ministra da Saúde e demonstrou na sua vida política que tem tolerância para tentar construir o futuro, ao invés de ficar apenas remoendo o passado.¹⁰⁷

Esse ambiente também favoreceu a intenção de projetar o Brasil como liderança regional estabilizadora, projeto que transpareceu no Café com o Presidente nos momentos em que tensões ocorridas no subcontinente eram comentadas através de apelos por paz e diálogo, como no caso da crise diplomática de 2008¹⁰⁸ entre Colômbia, Equador e Venezuela: “feliz da vida porque parece que a tensão baixou na América do Sul, parece que os discursos deram lugar ao bom senso e parece que as coisas estão acontecendo com uma certa tranquilidade”¹⁰⁹. No mesmo sentido, as falas de Lula na ocasião em que se negociava a libertação¹¹⁰ de reféns das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) também procuravam demonstrar ao público interno sua atuação como mediador internacional: “portanto, o apelo que eu faço é que o governo colombiano e o meu amigo, o presidente Uribe, mais os dirigentes das FARC se coloquem de acordo para que se possa libertar mais pessoas que estão sequestradas, alguns há cinco anos, quatro anos, seis anos”¹¹¹.

¹⁰⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 78, 13 mar., 2006.

¹⁰⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 78, 13 mar., 2006.

¹⁰⁸ ENTENDA o conflito entre Venezuela, Equador e Colômbia. *GI*. 03 mar. 08. Disponível em: < <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00-ENTENDA+O+CONFLITO+ENTRE+VENEZUELA+EQUADOR+E+COLOMBIA.html> >. Acesso em: 21 set. 23.

¹⁰⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 150, 10 mar., 2008.

¹¹⁰ LIBERTAÇÃO de reféns é marco em guerra política na Colômbia. *BBC*. 11 jan. 08. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080111_farcuribealquiria >. Acesso em: 01 out. 23.

¹¹¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 143, 14 jan., 2008.

A comunhão entre a postura conciliatória de Lula e sua defesa de ideais democráticos atingiu um pico nas transmissões feitas na época da derrubada¹¹² de Manuel Zelaya, então presidente hondurenho: “Zelaya ganhou as eleições, portanto, ele deve retornar à presidência. É a única condição para que a gente possa estabelecer relações com Honduras. Portanto, se Honduras não rever a posição, ela vai ficar totalmente ilhada no meio de um contingente enorme de países democráticos”¹¹³. Apesar de não propor nenhuma ação de intervenção direta na nação centro-americana, o petista foi irredutível em sua posição de líder regional: “nós não podemos reconhecer qualquer novo governo que não seja o presidente Zelaya, porque ele foi eleito diretamente pelo voto, cumprindo as regras da democracia. E nós não podemos aceitar mais, na América Latina, alguém querer resolver o seu problema pela via do golpe”¹¹⁴.

Ainda no tocante à América Central, teve grande destaque no Café com o Presidente a relação mantida com o Haiti. Na ocasião do grande terremoto que atingiu o país em 2010, por exemplo, Lula fez questão de ressaltar o papel do Brasil na gestão da crise: “nossa viagem ao Haiti é uma viagem de solidariedade, é uma viagem para que a gente possa dizer ao povo do Haiti e ao governo do Haiti que o Brasil vai continuar sendo solidário. [...] Nós estamos dispostos a fazer tudo o que for necessário para que a gente possa reconstruir o Haiti”¹¹⁵. Outra visita marcante à região que ocupou grande espaço no programa de rádio ocorreu em 2004, “às vésperas do jogo de solidariedade, do Jogo pela Paz da Seleção Brasileira com a Seleção do Haiti. E eu, hoje, vou ser o entrevistador de uma figura das mais conhecidas no mundo, que é o nosso querido Ronaldinho”¹¹⁶. Em suma, a estratégia de comunicação relativa à nação caribenha foi construída a partir de posições humanitárias e de não ingerência:

a segunda parte importante desses encontros internacionais, Luiz, foi o meu encontro com o Presidente do Haiti. O presidente Preval, que acabou de ser eleito, passou no Brasil. Teve conversas com várias pessoas aqui e viajou quatro horas e meia comigo no avião. Nós fomos conversando até o Chile, discutindo a situação do Haiti, e em que o Brasil pode ajudar. Ele me disse, textualmente, que as tropas que estão lá, representando as Nações Unidas, só deveriam sair de lá quando ele conseguir montar a estrutura policial do país porque não pode ficar um vazio. O Brasil vai continuar até que o governo do Haiti entenda que seja necessário as Forças de Paz continuarem. Obviamente que nós estamos subordinados à orientação da ONU, estamos

¹¹² GOLPE derruba presidente de Honduras. *Folha de São Paulo*. 29 jun. 09. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2906200901.htm> >. Acesso em: 01 out. 23.

¹¹³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 217, 29 jun., 2009.

¹¹⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 217, 29 jun., 2009.

¹¹⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 249, 22 fev., 2010.

¹¹⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 23, 23 ago., 2004.

subordinados à vontade soberana do povo do Haiti, do governo do Haiti. Quando eles disserem: “não queremos mais”, nós, com a consciência tranquila, retornaremos ao Brasil com a consciência do dever cumprido.¹¹⁷

A região, aliás, também ganhou a atenção de Lula nas discussões a respeito da integração do continente. Nesse sentido, um evento relevante exaltado foi a Primeira Cúpula da América Latina e do Caribe, fruto da necessidade de “nos aproximarmos mais, discutir melhor as oportunidades existentes entre os países, formular estratégias políticas comuns, estratégias de desenvolvimento, estratégias de comércio exterior, executar ao máximo as possibilidades de complementaridade que nós temos”¹¹⁸. Para o petista, o “processo de integração que nós estamos fazendo na América do Sul, na América Latina, e agora incluindo o Caribe, é a mais importante possibilidade que nós temos de fortalecer, do ponto de vista político, econômico e do desenvolvimento, o nosso continente”¹¹⁹.

Como justificativa para o público interno, ele explicava que “antigamente esses países todos estavam olhando muito para os Estados Unidos, muito para a Europa, e agora nós estamos percebendo que temos muitas coisas para fazer entre nós, muitos acertos, muito comércio, e muita democracia para exercitar”¹²⁰. Obviamente, tal postura de aproximação também visava à satisfação de interesses nacionais diretos, conforme explicitado no Café com o Presidente: “tudo isso interessa ao Brasil, não só financiar para ajudar no desenvolvimento desses países, mas porque é sempre uma porta aberta para que o Brasil possa adentrar os Estados Unidos com produtos que são taxados, se forem vendidos diretamente do Brasil”¹²¹. Além do cumprimento de objetivos comerciais, pode-se destacar nesse contexto mais uma vez a busca pela afirmação do país como ator político de relevância internacional dotado de ampla capacidade de intermediação, como no caso da revogação¹²² da suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA):

é importante essa decisão tomada na OEA, porque ela faz um reparo em uma decisão tomada pela OEA, em 1962. Portanto, há muito tempo Cuba está afastada de participação na OEA, e a decisão foi importante porque foi uma decisão de consenso. Tinha duas posições na OEA. Tinha uma posição dos Estados Unidos, que estavam dispostos a terminar com a sanção à Cuba e, ao mesmo tempo exigir, no documento

¹¹⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 78, 13 mar., 2006.

¹¹⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 191, 22 dez., 2008.

¹¹⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 249, 22 fev., 2010.

¹²⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 250, 01 mar., 2010.

¹²¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 214, 08 jun., 2009.

¹²² OEA revoga suspensão a Cuba depois de 47 anos. *BBC*. 03 jun. 09. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090603_oea_cuba_rc >. Acesso em: 30 set. 23.

final, palavras que diziam respeito aos direitos humanos e à democracia, e existia uma outra posição de companheiros da Alba, liderados pela Venezuela, pela Bolívia e pela Nicarágua, que queriam que não tivesse nada. Tinha uma proposta brasileira de que nós deveríamos, pura e simplesmente, aprovar a decisão de fazer a reparação, de anular aquela decisão de 1962, obrigando Cuba a entrar na hora em que ela quiser, cumprindo a Carta da OEA, e todo mundo concordou. Para nós foi muito importante, porque isso não implicou em uma derrota dos Estados Unidos, isso não implicou em uma derrota dos países que fazem parte da Alba. No fundo, no fundo, mais uma vez prevaleceu o bom senso e nós conseguimos construir uma proposta que atendeu aos interesses de todo mundo. Agora, se os cubanos vão entrar ou não é outra história. Até agora não tem sinal de que os cubanos queiram voltar à OEA. Mas, de qualquer forma, a porta e as janelas estão abertas para os nossos amigos cubanos.¹²³

Depois do continente americano, a região que ganhou mais espaço nas transmissões foi a África. Segundo Lula, isso ocorreu tendo em vista que “nós temos uma relação histórica, parte da nossa gente tem origem na África; parte da construção do Brasil a gente deve ao povo africano. E acho que o Brasil precisa estabelecer com os países africanos uma relação política, comercial e cultural mais forte”¹²⁴. No Café com o Presidente, ele deixou claro seu incômodo com o distanciamento mantido há décadas com o outro lado do Oceano Atlântico e, por ocasião de sua última visita no primeiro mandato, fez questão de mandar um recado ao seu eventual sucessor: “eu embarco na terça-feira à noite e é, possivelmente, a última viagem minha à África, este ano, mas, se Deus quiser, eu fico torcendo para quem vier a ser presidente da República depois de mim que continue dando atenção à África, porque a África merece o nosso respeito”¹²⁵.

O relato sobre essa viagem na edição seguinte, aliás, foi marcado pela exaltação dos laços históricos com o continente: “quero dizer ao povo brasileiro que o Benin me emocionou demais porque nós fomos visitar o Portal do Não Retorno, por onde os escravos saíam para vir para o Brasil; e também visitar o mesmo lugar por onde eles retornaram, já depois do fim da escravidão no Brasil”¹²⁶. No país africano, inclusive, Lula teve a “oportunidade de conhecer os descendentes da família Silva, pessoas que retornaram do Brasil com o sobrenome Silva. Tem um grupo que cuida da relação com o Brasil, que cuida de guardar as memórias do Brasil, visitei um museu, foi uma coisa extremamente importante”¹²⁷. Em mais de uma transmissão, percebe-

¹²³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 214, 08 jun., 2009.

¹²⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 40, 18 abr., 2005.

¹²⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 72, 06 fev., 2006.

¹²⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 73, 13 fev., 2006.

¹²⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 73, 13 fev., 2006.

se a intenção do estadista de reconhecer a responsabilidade histórica brasileira: “é importante a gente nunca esquecer que nós ficamos 380 anos praticando escravidão neste país. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Acho que nós temos uma dívida enorme com o continente africano, com o povo africano”¹²⁸.

Para Luiz Inácio, essa é “uma dívida que a gente nunca vai poder pagar em dinheiro. A gente vai poder pagar em solidariedade, em ajuda humanitária, em ajuda ao desenvolvimento, em ajuda no conhecimento científico e tecnológico que o Brasil tem a ajudar o povo da África”¹²⁹. Novamente, as falas são caracterizadas por um viés solidário que justifica aos ouvintes a obrigação da nação sul-americana em promover algumas iniciativas, como a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab): “É o Brasil assumindo a sua grandeza, é o Brasil assumindo a condição de um país que a vida inteira foi receptor e agora é um país doador. Nós queremos ajudar os outros a se desenvolverem. Por isso eu fiquei extremamente feliz quando o Senado aprovou a criação da Unilab”¹³⁰. Nesse contexto, ações em diversas áreas foram articuladas pelo governo:

o Brasil pode e deve ajudar esses países nos campos científico e tecnológico. A Embrapa pode contribuir de forma extraordinária com a agricultura africana, já que nós temos uma agricultura competitiva com qualquer país do mundo. Na questão da educação, o país pode ajudar os países africanos. A gente pode ajudar a formar enfermeiros, a formar médicos, a gente pode aumentar o número de bolsas de estudos. Nossos especialistas podem viajar mais para a África. A gente pode ajudar a combater a Aids. E eu acho que o Brasil pode convencer outros países a ajudá-los. [...] Um país sozinho não pode, mas muitos países juntos podem ajudar. Essa é a melhor forma de combater a pobreza. O papel do Brasil é ser solidário, porque eu acho que é uma dívida histórica que nós temos com a África. O Brasil pode ajudá-los, porque nós temos história junto com eles, e porque nós temos mais tecnologia, somos mais ricos, temos mais indústria, temos mais conhecimento científico. Portanto, a gente pode ajudar muito mais estes países.¹³¹

As menções à Embrapa, aliás, eram uma constante no roteiro do Café com o Presidente. A abertura de um escritório da estatal em Gana, por exemplo, foi exaltada por Lula: “possivelmente a Embrapa possa contribuir, junto com os pesquisadores africanos, ajudando a formar mais pesquisadores para que a gente transforme as regiões que parecem com o Centro-

¹²⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 271, 26 jul., 2010.

¹²⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 271, 26 jul., 2010.

¹³⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 271, 26 jul., 2010.

¹³¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 40, 18 abr., 2005.

Oeste brasileiro numa região altamente produtiva na África”¹³². De acordo com ele, o continente seria impactado positivamente pela atuação da empresa pública tendo em vista que “a Embrapa fez a revolução na agricultura brasileira e nós estamos convencidos que a Embrapa pode ajudar vários países africanos a deixarem de ser tão pobres, a terem uma agricultura competitiva, e nós iremos contribuir para isso porque acho extremamente importante”¹³³.

Apesar das diversas falas referentes à cooperação técnica com os países africanos, o mandatário fez questão de diferenciar a contribuição brasileira em relação à tradicional ajuda fornecida pelas nações desenvolvidas, descartando qualquer caráter impositivo de suas contribuições: “nós queremos é que as pessoas conheçam o que nós estamos fazendo, para adaptar, em função da realidade deles, os programas do jeito que eles entenderem que devam colocar em prática. Eu não estou a fim de levar cartilha pronta para ninguém”¹³⁴. Em seguida, Luiz Inácio complementa: “estou a fim de dizer: olha, no Brasil nós fizemos assim e ‘assado’ e deu certo. [...] O acúmulo de experiências que nós vamos ter ao deixar a Presidência não pode ficar apenas para nós. É preciso que a gente faça com que o mundo saiba que é possível a gente construir um outro mundo”¹³⁵.

No entanto, Lula era categórico ao destacar a imprescindibilidade de dois elementos para o desenvolvimento da região. Conforme suas participações no programa de rádio, “só existe uma possibilidade de a África dar um salto de qualidade: chama-se paz e democracia. Consolidar a paz e consolidar a democracia são ingredientes que permitirão outros países fazerem investimentos, indústrias se implantarem lá”¹³⁶. Isso seria inegociável pois, como explicou o Presidente, “toda vez que um país tem muito problema político interno, tem guerra civil, tem guerra com outros países, a tendência é o país não crescer, porque ninguém vai investir e o pouco dinheiro que tem é obrigado a gastar em guerra, em vez de gastar em indústria e agricultura”¹³⁷.

Evidentemente, Luiz Inácio também estava preocupado com os benefícios auferidos pelo Brasil através dessa aproximação com o continente, ganhos celebrados no Café com o Presidente e utilizados para salientar o acerto da política externa de seu governo: “só para você ter ideia, de 2002 a 2010, nós tínhamos uma balança comercial de US\$ 5 bilhões com a África,

¹³² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 128, 08 out., 2007.

¹³³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 156, 21 abr., 2008.

¹³⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 269, 12 jul., 2010.

¹³⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 269, 12 jul., 2010.

¹³⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 130, 22 out., 2007.

¹³⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 130, 22 out., 2007.

e passamos a ter, agora, de US\$ 26 bilhões. Cresceu muito e eu acho que pode crescer muito mais”¹³⁸. Afinal, esse estreitamento de laços renderia frutos para os dois lados do Oceano Atlântico: “quando o Brasil financia uma empreiteira brasileira fazendo uma hidrelétrica na África, estamos exportando serviço, exportando engenharia, ganhando dinheiro para o Brasil, e ajudando o país africano a se desenvolver. [...] Nós precisamos dar prioridade ao continente africano”¹³⁹.

A atenção dada pela gestão petista à região tomou forma com a organização da Cúpula América do Sul – África (ASA), a partir de 2006. Por ocasião da segunda reunião do fórum, Lula exaltou sua realização: “acho que essa união entre América do Sul e África é uma coisa extremamente rica para a mudança da geografia comercial e política. [...] É uma nova lógica. Nós somos a maioria dos países do mundo, portanto, nós temos que utilizar essa força nas decisões da governança global”¹⁴⁰. Para ele, a aproximação entre as nações do Sul Global traria, além de vantagens econômicas, ganhos diplomáticos frente ao mundo desenvolvido: “quem viver mais alguns anos vai perceber que vai mudar a situação da governança mundial a partir da relação que nós estabelecemos com o Mundo Árabe, com os países da América Latina, Caribe, e com o continente africano”¹⁴¹. Nesse sentido, o estreitamento de laços tanto com a África quanto com partes do Oriente Médio seria fundamental:

Presidente: Em setembro nós vamos ter uma reunião entre os países africanos e os países da América do Sul, em Caracas, para que a gente também possa aproximar esse continente africano com o continente sul-americano e fazer com que o comércio flua com maior rapidez entre os dois blocos, e isso faz com que todos nós nos tornemos menos dependentes dos blocos ricos. [...]

Luciano Seixas: Presidente, o senhor esteve em Doha, no Catar, na abertura da Segunda Cúpula América do Sul e Países Árabes. Qual foi a importância desse encontro?

Presidente: Esse tipo de reunião, Luciano, é muito importante porque, primeiro, é um estreitamento das relações entre dois blocos, dois continentes, ou seja, uma parte do Oriente Médio e uma parte da América Latina se reunindo. Isso foi importante porque veja o que acontece quando você estabelece uma relação e começa a ter uma certa harmonia entre os Estados e entre os chefes de Estado. Em 2004, nós tínhamos uma balança comercial com o mundo árabe de US\$ 8 bilhões. Hoje são US\$ 20 bilhões, só o Brasil. Se você pegar a América Latina, nós saímos de US\$ 11 bilhões para quase

¹³⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 269, 12 jul., 2010.

¹³⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 269, 12 jul., 2010.

¹⁴⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 230, 28 set., 2009.

¹⁴¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 230, 28 set., 2009.

US\$ 30 bilhões, numa demonstração de que essas reuniões terminam sendo muito produtivas para as relações comerciais entre os países, além da afinidade política que você vai criando entre os Estados, entre os blocos. [...] Por isso, eu fiquei muito satisfeito com a presença dos principais líderes dos países árabes, dos principais líderes da América do Sul. Foi um sinal extremamente importante de que nós estamos criando maturidade política para ampliar as relações comerciais, as relações políticas e as relações culturais da América do Sul, do Brasil, da América Latina com outros continentes.¹⁴²

O Oriente Médio, aliás, também foi alvo da ofensiva diplomática brasileira em busca de novos parceiros. No Café com o Presidente, Luiz Inácio utilizou seu espaço para justificar uma de suas viagens à região, onde visitou duas nações em meados de 2009: “a Arábia Saudita representa 60% do PIB dos países do Conselho de Cooperação do Golfo. Portanto, é o país mais importante da região e um país que tem um potencial extraordinário nas trocas comerciais com o Brasil”¹⁴³; “na Turquia nós vamos abrir uma nova frente de relações sobretudo para o comércio, a indústria brasileira. A Turquia é um país que tem 70 milhões de habitantes. O Brasil tem uma relação, eu diria, muito tímida com a Turquia, e nós queremos transformar essa relação”¹⁴⁴.

A proximidade com Ancara, inclusive, não se restringiu a temas comerciais. Foi em conjunto com a Turquia que Lula arquitetou o acordo nuclear com o Irã, uma das mais ousadas iniciativas da política externa de seu governo, negociação celebrada no programa de rádio: “eu acho que a diplomacia sai vencedora hoje. Eu acho que foi uma resposta de que é possível, com diálogo, a gente construir a paz, construir desenvolvimento. [...] Eu, ontem, fiquei muito feliz porque foi uma vitória da diplomacia”¹⁴⁵. Ação que fazia parte da estratégia de inserir o país nos grandes debates internacionais, aumentando sua estatura como player global, o pacto foi exaltado justamente a partir da participação brasileira em sua costura: “o Brasil teve um papel importante, sobretudo a afinidade existente entre o ministro Celso Amorim, o ministro da Turquia e o próprio ministro das Relações Exteriores do Irã, e foi uma coisa extraordinária”¹⁴⁶.

Outra tentativa de mediação proposta por Luiz Inácio na região refere-se à ocupação da Palestina por Israel, assunto abordado diversas vezes nas transmissões: “fiz questão de dizer no meu discurso que da mesma forma que eu sou defensor de um Estado palestino, eu sou defensor

¹⁴² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 205, 06 abr., 2009.

¹⁴³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 212, 25 mai., 2009.

¹⁴⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 211, 18 mai., 2009.

¹⁴⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 261, 17 mai., 2010.

¹⁴⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 261, 17 mai., 2010.

do Estado de Israel. A existência de um não nega o outro”¹⁴⁷. Repetindo a ideia colocada em prática no Haiti, ele chegou a sugerir a realização de “um jogo da paz em um estádio que possa ser neutro, de uma seleção mista, Israel e palestinos, para jogar contra a Seleção brasileira. Eu acho que seria uma marca extraordinária para o Brasil e, sobretudo, um sinal muito importante para a paz”¹⁴⁸. Em suas falas ao público interno, o líder petista defendeu o ativismo de sua diplomacia:

não é que o Brasil queira se meter na discussão. É que nós estamos compreendendo que as pessoas e os países que estão envolvidos na questão da crise do Oriente Médio estão percebendo que o Brasil pode ajudar, pela boa relação que o Brasil mantém com todos os países e com todas as facções políticas do Oriente Médio. [...] O Brasil está tentando dar a sua contribuição, a partir do instante em que as pessoas confiam no Brasil. O Brasil só pode se meter na crise do Oriente Médio se o Brasil for convidado. O Brasil foi convidado por Israel, foi convidado pela Jordânia, foi convidado pela Palestina para tentar contribuir. E o Brasil vai contribuir porque nós achamos que o Oriente Médio precisa de paz. Aliás, se tem um país que pode dar exemplo é o Brasil, porque aqui nós temos uma colônia de dez milhões de árabes e descendentes, e 200 mil judeus que vivem em harmonia. E esse exemplo é o que a gente pode levar para a paz do Oriente Médio. [...] E aí, meu caro, eu sei que tem gente que acha que “ah, mas o Brasil não deve se meter porque o Brasil não entende do assunto, porque o Brasil é pequeno”, aqueles que sempre acham que o Brasil não pode nada. E como eu acho que o Brasil pode, e o Brasil pode conseguir, eu estou convencido de que o Brasil não pode voltar atrás.¹⁴⁹

Ainda no tocante à Ásia, foram esclarecidos os objetivos pretendidos com várias viagens feitas para nações do continente, como Coreia do Sul e Japão, no Extremo Oriente: “nós fomos lá para chamá-los a serem parceiros do Brasil [...] na construção de projetos siderúrgicos, de desenvolvimento de pesquisa. O Banco de Desenvolvimento da Coreia, que é o BNDES deles, vai implantar uma agência no Brasil para pensar em investimentos no Brasil”¹⁵⁰. Já na Ásia Meridional, ganhou destaque a visita feita à Índia, “um país que tem um potencial extraordinário de aumentar o comércio com o Brasil. Nós estamos assumindo um compromisso de chegar até 2010 com uma balança comercial de 10 bilhões de dólares. Hoje são 2 bilhões e meio. Portanto, nós temos um chão enorme para percorrer”¹⁵¹.

¹⁴⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

¹⁴⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 238, 23 nov., 2009.

¹⁴⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 253, 22 mar., 2010.

¹⁵⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 43, 30 mai., 2005.

¹⁵¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 110, 04 jun., 2007.

Porém, o principal alvo de Lula no continente sempre foi a China, nação visitada no início do governo com grande satisfação de sua parte: “o balanço que eu faço é o mais positivo que um governante pode fazer de uma viagem internacional. Quando nós saímos do Brasil, estávamos convencidos que pelo interesse dos empresários chineses e brasileiros, essa viagem seria de total sucesso”¹⁵². Conforme suas falas na época, eram bons os prognósticos para o futuro da relação com o país mais populoso do planeta “porque há interesse do governo chinês em transformar o Brasil num parceiro estratégico. [...] Porque há interesse nosso, do governo brasileiro, de transformar a China num parceiro estratégico”¹⁵³. Anos mais tarde, já com Pequim como maior parceiro comercial, o mandatário asseverou: “aquela tese nossa de que era preciso mudar a geografia comercial do mundo, não ficar dependendo apenas dos Estados Unidos ou da União Europeia, deu certo, porque o Brasil hoje tem uma relação comercial diversificada, muito ampla e a tendência é a gente crescer ainda mais”¹⁵⁴.

Essa diversificação, no entanto, não afastou o Brasil de seus parceiros tradicionais. Após viagem a Washington para encontro com George Bush, Lula fez questão de comunicar ao público interno sua preocupação em aprimorar as relações com a grande potência global: “eu penso que nós, depois de fazermos uma boa política com a América do Sul, com a América Latina, com a África, com a Ásia e com a União Europeia, nós agora estamos estreitando os laços com os Estados Unidos”¹⁵⁵. Para ele, essa aproximação complementava os movimentos feitos em direção aos outros continentes, em um cenário em que “essa parceria estratégica com os Estados Unidos combina perfeitamente bem com o grau de desenvolvimento que o Brasil quer ter e também combina com uma nova inserção mais forte, mais respeitosa, que o Brasil tem nesse mundo globalizado”¹⁵⁶.

Com a chegada de Barack Obama à Casa Branca, as menções aos EUA no Café com o Presidente se multiplicaram: “aqui no Brasil nós acompanhamos também, com muito interesse, a posse do presidente Obama. Afinal de contas, não é em todo momento histórico que um país importante como os Estados Unidos elege um negro para presidente da República. Isso, por si só, é um fato extraordinário”¹⁵⁷. O entusiasmo do mandatário brasileiro aumentou ainda mais após a primeira reunião com o líder democrata: “eu saí muito convencido de que nós estamos diante de um homem jovem, inteligente e disposto a dar passos importantes para, inclusive,

¹⁵² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 17, 31 mai., 2004.

¹⁵³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 17, 31 mai., 2004.

¹⁵⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 212, 25 mai., 2009.

¹⁵⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 101, 02 abr., 2007.

¹⁵⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 101, 02 abr., 2007.

¹⁵⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 194, 19 jan., 2009.

mudar a imagem dos Estados Unidos diante do mundo”¹⁵⁸. Porém, o tom histórico de cobrança em relação a Washington não mudou, com Luiz Inácio utilizando o Café com o Presidente para deixar claro as expectativas que tinha em relação ao novo governo estadunidense:

é preciso que os Estados Unidos tenham uma nova visão na sua relação com a América Latina democratizada, com a América Latina que está crescendo, com uma América Latina que fez uma opção pelo desenvolvimento. E é importante que os Estados Unidos tenham uma visão de parceria e não de ingerência, uma visão de contribuição e não de intromissão. Eu penso que o presidente Obama está compreendendo isso e eu penso que nós poderemos avançar. [...] Eu estou convencido de que os Estados Unidos podem definitivamente ter uma outra relação com a América Latina. Nós não queremos Aliança para o Progresso, como foi feito na década de 60, nós não queremos a ingerência em função de perspectiva de luta armada. Na medida em que acabou a Guerra Fria, na medida em que todo mundo está aprendendo a exercitar a democracia em sua plenitude... Aliás, estamos dando exemplo de democracia na América Latina, com a eleição de todos nós que fomos eleitos nos últimos seis anos. Eu penso que os Estados Unidos precisam compreender que a América Latina e que a América do Sul estão num momento excepcional de fortalecimento das instituições, de fortalecimento da democracia, e que os Estados Unidos precisam ser parceiros nessa nova relação que ele tem que ter com a América Latina.¹⁵⁹

Da mesma forma, as relações com nações europeias foram exaltadas no programa radiofônico, como na ocasião em que o petista visitou a região para promover a recém-aprovada Lei das PPPs em busca de investimentos estrangeiros: “eu acho que Portugal é um país importante, que pode ser uma porta de entrada do Brasil para uma parcela significativa da União Europeia. O Brasil pode ser uma porta de entrada para Portugal no Mercosul e na América do Sul”¹⁶⁰. Na mesma viagem, a colaboração tecnológica também foi buscada: “nós temos acordos importantes com a Rússia, eu quero concretizar um apoio na área espacial. Os russos têm tecnologia, têm uma experiência extraordinária. O Brasil está começando em Alcântara e nós pretendemos fazer parcerias para utilizar os conhecimentos dos russos”¹⁶¹.

Outros encontros com líderes do continente foram ressaltados ao longo dos anos, podendo-se destacar reuniões com representantes da Inglaterra, da Itália e dos países nórdicos, respectivamente: “nós convidamos os ingleses para serem parceiros nossos na construção de uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro e uma nova etapa dos investimentos ingleses”¹⁶²;

¹⁵⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 202, 16 mar., 2009.

¹⁵⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 202, 16 mar., 2009.

¹⁶⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 56, 17 out., 2005.

¹⁶¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 56, 17 out., 2005.

¹⁶² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 78, 13 mar., 2006.

“a Itália quer estabelecer com o Brasil uma parceria estratégica, que ela só tem com dois países fora da União Europeia, China e Índia. [...] É extraordinariamente importante para o Brasil, que está dando à Itália mais importância do que já deu em qualquer outro momento”¹⁶³; “a visita aos países nórdicos é uma dívida que o Brasil tem, é a primeira vez que tem uma visita de chefe de Estado à Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega. Esses países são grandes investidores no Brasil”¹⁶⁴.

4.2 A postura ativa e ativa

A relação com as grandes potências ocidentais, entretanto, sofreu uma modificação com a Crise de 2008, que reduziu sua capacidade econômica e política e abriu espaço para a ascensão de nações em desenvolvimento. Nesse contexto, a posição relativamente confortável ocupada por seu país era exaltada por Lula: “o Brasil não está com medo dessa crise. Nós temos a preocupação natural de um país emergente, como qualquer país emergente deste mundo. Agora, é importante saber o seguinte: nós temos 160 bilhões de dólares de reservas. Nós estamos tranquilos”¹⁶⁵. Nas transmissões da época, ele aproveitou também para enaltecer as decisões tomadas anteriormente por seu governo: “quando muitos ficavam gritando, pela imprensa, que nós deveríamos gastar, nós preferimos economizar e hoje nós temos a estabilidade macroeconômica necessária, as reservas necessárias para dizer: a crise que está acontecendo não vai afetar o Brasil”¹⁶⁶.

Com o passar dos meses, as mensagens otimistas começaram a dar lugar a falas apreensivas do Presidente, que buscou esclarecer a população a respeito dos percalços que o Brasil poderia ter que enfrentar: “é importante que o povo brasileiro saiba que uma crise de recessão num país importante como os Estados Unidos pode trazer problemas a todos os países do mundo, porque eles representam a maior economia do mundo”¹⁶⁷. No mesmo sentido, Lula procurou tranquilizar os ouvintes ao relatar sua constante atenção ao tema, tendo “conversado todos os dias com o ministro Guido Mantega, com o presidente do Banco Central, o Meirelles, com outros governos e com empresários. Nós precisamos ficar de antena ligada, analisando todos os dias, acompanhando o que está acontecendo no mundo”¹⁶⁸.

¹⁶³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 100, 26 mar., 2007.

¹⁶⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 124, 10 set., 2007.

¹⁶⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 121, 20 ago., 2007.

¹⁶⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 121, 20 ago., 2007.

¹⁶⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 179, 29 set., 2008.

¹⁶⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 182, 20 out., 2008.

O Café com o Presidente também passou a transmitir críticas à desregulação financeira promovida nos anos anteriores pelas nações desenvolvidas: “nós sabemos de onde veio a crise [...] e sabemos que o sistema financeiro internacional tem que ter um certo controle do Estado. É preciso que haja uma regulação. Tudo na vida é regulado, não pode um sistema financeiro achar que pode fazer do sistema financeiro um cassino”¹⁶⁹. Segundo Lula, a função primordial dessas instituições havia sido desvirtuada recentemente: “queremos que o sistema financeiro exista cada vez mais forte para ajudar o desenvolvimento do país, para ajudar o crescimento da indústria, da agricultura, ou seja, ganhar dinheiro gerando riqueza e gerando emprego e não apenas acumulando riqueza através da especulação”¹⁷⁰. Ao mesmo tempo, as ações de seu governo também foram exaltadas, tendo em vista a necessidade de intervenção estatal para

restabelecer a liquidez e restaurar a confiança no financeiro, pois todos nós sabemos que sem crédito fica muito difícil a economia funcionar. No Brasil, nós já adotamos medidas nesse sentido. Faz 30 dias que nós estamos adotando medidas para permitir a irrigação do sistema financeiro e garantir que se tenha crédito para que o consumo continue acontecendo, para que as empresas continuem produzindo, o comércio vendendo e o povo comprando. É isso que vai ativar a economia. A segunda medida importante que nós tomamos foi a adoção de políticas antirrecessivas para evitar uma grande desaceleração do crescimento econômico mundial. Também, para evitar uma queda abrupta e significativa do crescimento, que já está acontecendo em alguns países europeus, na Alemanha, na Espanha, na França, e nós não queremos que o desemprego chegue na América Latina, que chegue no Brasil, sobretudo porque a nossa economia está muito mais arrumada do que a economia deles.¹⁷¹

Nesse sentido, Luiz Inácio utilizou o rádio para defender sua decisão de não promover na época uma política de ajuste fiscal como forma de combate aos efeitos da Crise: “o Brasil está totalmente correto quando nós tomamos medidas anticíclicas e fazemos investimentos no PAC. Não vamos paralisar nenhuma obra. Anunciamos um programa habitacional, anunciamos um novo programa de redução de impostos para carros, para a construção civil”¹⁷². Para o mandatário brasileiro, não se poderia “permitir que os trabalhadores sejam vítimas da crise ou que apenas eles paguem pela crise. Nós temos que estar mais preocupados, todos os líderes, em garantir emprego para o povo, que é isso o que conta no crescimento da economia”¹⁷³.

¹⁶⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 185, 10 nov., 2008.

¹⁷⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 185, 10 nov., 2008.

¹⁷¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 186, 17 nov., 2008.

¹⁷² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 205, 06 abr., 2009.

¹⁷³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 215, 15 jun., 2009.

Na mesma edição do programa, Lula ressaltou a importância dos BRICS nesse contexto de crise global: “vamos à Rússia ter uma reunião dos Brics e é importante que estejamos afinados nas nossas participações em outros foros multilaterais, porque esses países juntos representam praticamente metade da população mundial, representam grande parte do consumo da humanidade”¹⁷⁴. Afinal, uma crítica constantemente feita no Café com o Presidente dizia respeito à falta de representatividade política das nações emergentes, condição transformada conforme o mandatário a partir da ascensão do G-20 Financeiro: “nós estamos, finalmente, não discutindo mais num clubinho fechado como era o G-8, mas discutindo no G-20, e precisamos envolver outros países que não participam do G-20, porque as decisões interessam a todos os países do mundo”¹⁷⁵. Segundo ele,

é o G-20, na prática, substituindo o G-8. Essa foi a primeira grande conquista. A segunda grande conquista é que nós queríamos aumentar a participação dos países emergentes no FMI. Nós reivindicávamos sete e nós passamos para cinco. Qualquer negociador sabe que quem reivindica sete e conquista cinco é uma vitória extraordinária. Terceira, foi a do Banco Mundial, que a gente queria ter uma participação de 6%. Na véspera – à noite – do encontro, o Obama disse que não era possível negociar o Banco Mundial, que não tinha tido acordo, e o que aconteceu no dia seguinte é que, de manhã, nós conseguimos fazer com que aumentasse a participação dos emergentes em 3% nas cotas do Banco Mundial. Ou seja, foram três coisas extremamente importantes. Nesse momento, Luciano, o que está acontecendo de novo no mundo é que não tem mais nenhum dono da verdade. Todo mundo se senta à mesa, com muita humildade, querendo aprender, querendo saber como é que vai fazer para lidar com a crise econômica, para lidar com o sistema financeiro, redefinir o papel do Estado, e isso eu acho que é o que explica o sucesso do G-20.¹⁷⁶

A partir do final de 2009, a retomada dos bons resultados econômicos possibilitou a volta das mensagens mais otimistas por parte do líder petista: “eu acredito que quem acompanha a política econômica sabe que o mundo está saindo da crise. Uns países estão saindo mais rapidamente, de forma mais sólida, como o Brasil. Outros ainda estão em situações mais ou menos difíceis”¹⁷⁷. A situação propiciou também o retorno das falas que exaltavam o desempenho da gestão na condução da crise: “o Brasil tomou todas as medidas para que a gente pudesse ser o último país a entrar na crise e ser o primeiro a sair dela, e ter um crescimento

¹⁷⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 215, 15 jun., 2009.

¹⁷⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 276, 15 nov., 2010.

¹⁷⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 230, 28 set., 2009.

¹⁷⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 239, 30 nov., 2009.

extraordinário como estamos tendo. Nós provamos, nessa crise, que o papel do Estado é muito importante e que o mercado não resolvia tudo”¹⁷⁸.

Antes do G-20 Financeiro ganhar destaque internacional com a Crise de 2008, o G-20 Comercial e sua atuação na Rodada Doha da OMC chamaram a atenção do planeta. Um dos idealizadores de sua criação, Lula defendeu a nova postura adotada logo após chegar ao poder: “nesse mundo globalizado em que as grandes potências determinam as regras do jogo no mundo comercial, a unidade dos países em desenvolvimento, a unidade dos países com uma certa similaridade de desenvolvimento é muito importante”¹⁷⁹. Nesse sentido, o Brasil assumiu posição de liderança em negociação que exigia “que os países ricos abrissem mão dos subsídios que dão para a sua agricultura, para que os países pobres e emergentes tivessem um maior acesso ao mercado internacional. Tem países que dependem única e exclusivamente da sua produção agrícola”¹⁸⁰.

Dessa forma, foi pauta frequente do programa a tentativa de fechar um acordo comercial global, em que “os Estados Unidos têm de resolver os subsídios, a União Europeia tem de permitir o acesso ao mercado agrícola para os países pobres, os países em desenvolvimento têm de flexibilizar o acesso a bens industriais para os países desenvolvidos”¹⁸¹. Tendo na diplomacia social um dos pilares de sua política externa, Lula fazia questão de ressaltar a postura solidária da nação sul-americana: “o Brasil está brigando muito menos em defesa do Brasil, porque o Brasil tem competitividade, tem tecnologia, o Brasil não tem medo de disputar com nenhum país do mundo, o Brasil já está garantido porque tem competência para produzir, tem conhecimento e tem qualidade”¹⁸².

Segundo ele, a prioridade deveria ser concedida às nações mais frágeis economicamente: “em algum momento, nós vamos ter que ter cinco minutos de estadistas dentro de nós e vamos tomar uma decisão, uma decisão que possa apontar para os países mais pobres do mundo uma esperança de que o século XXI vai dar a eles a oportunidade de se desenvolver”¹⁸³. Levantando a bandeira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, Luiz Inácio transmitiu ao público doméstico os apelos que fazia aos demais líderes do planeta: “o número de famintos no mundo tem aumentado, apesar da decisão de quase 190

¹⁷⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 239, 30 nov., 2009.

¹⁷⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

¹⁸⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 65, 19 dez., 2005.

¹⁸¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 87, 15 mai., 2006.

¹⁸² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 65, 19 dez., 2005.

¹⁸³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 93, 29 jan., 2007.

países determinarem que é preciso diminuir a miséria nos próximos 15 anos. Agora, o que nós precisamos é constituir uma forma de ajudar os países bem pobres”¹⁸⁴.

Assim, o petista fez defesa enfática do acordo no âmbito da Rodada Doha em diversas edições, fazendo associação direta entre sua conclusão e o cumprimento dos objetivos pactuados no início do século: “vamos pegar países pobres da América Latina, da África, se o mundo rico não abrir o seu mercado para que eles possam vender o algodão que produzem, o açúcar que produzem, o milho que produzem, essas pessoas não poderão cumprir as Metas do Milênio”¹⁸⁵. Dessa forma, ele justificava o empenho brasileiro no tema e projetava a nação como líder no cenário internacional: “os países ricos aprovaram as Metas do Milênio, mas estão fazendo muito pouco para dar uma ajuda aos países pobres que precisam do estender de mão dos países ricos. Então, nós estamos brigando porque senão, meu caro, nós não vamos cumprir as Metas do Milênio”¹⁸⁶. Com o impasse nas negociações, Lula utilizou o Café com o Presidente para desabafar:

nós, obviamente, vamos continuar discutindo a questão do subsídio, porque para nós é uma vergonha. É uma vergonha muito grande que os países ricos subsidiem o seu produto para exportar e isso causa grandes danos à competitividade. Na hora que nós abrimos a boca para falar em livre comércio, ele tem que ser livre de verdade, não pode ser meio livre. O Brasil demonstrou claramente a sua maturidade quando nós resolvemos fazer um acordo nos produtos industriais. Portanto, o que nós queremos é que os outros assumam a mesma responsabilidade e risco que nós assumimos. Obviamente que eu compreendo, e por isso que eu estou dizendo há dois anos que o problema é mais político do que econômico. [...] O que nós queremos, na verdade, é apenas uma rodada que permita que haja justiça na sua conclusão final. Nós vamos continuar insistindo. Todo mundo sabe que eu sou teimoso e, portanto, nós vamos conquistar isso. É apenas uma questão de tempo.¹⁸⁷

Ainda no âmbito social, repercutiu no programa de rádio a concessão da Medalha Agrícola da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) ao Presidente Lula no final de 2005: “eu acredito que as pessoas que trabalham com o combate à pobreza, no mundo inteiro, têm dimensão da grandiosidade do programa Bolsa Família. [...] A ONU e a FAO reconhecem o Programa porque são instituições que conhecem como é a pobreza no mundo”¹⁸⁸. Ao comentar a premiação, aliás, ele aproveitou para fazer um aceno à sociedade:

¹⁸⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 52, 19 set., 2005.

¹⁸⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 65, 19 dez., 2005.

¹⁸⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 65, 19 dez., 2005.

¹⁸⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 171, 04 ago., 2008.

¹⁸⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 57, 24 out., 2005.

“eu acho que essa Medalha é uma honraria que não se deve ao mérito pessoal do Presidente, mas ao povo brasileiro, ou seja, a quem trabalha, colhe aquilo que foi capaz de produzir. E eu acho que esse é o resultado que todos nós buscávamos”¹⁸⁹.

Alguns anos mais tarde, Luiz Inácio novamente participou de um evento da FAO, nesse caso a Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar Mundial, ocasião que aproveitou para falar aos demais líderes globais e “lembrar que, a cada dia, 854 milhões de homens, mulheres e crianças dormem com fome no mundo, lembrar que nós precisamos fazer alguma coisa urgente”¹⁹⁰. Já tendo seu nome consolidado internacionalmente, ele buscava reforçar o protagonismo brasileiro através de uma diplomacia marcada pela preocupação com as populações mais pobres em um contexto de crise dos alimentos, que enfrentavam na época uma forte inflação em todo o planeta: “nós temos terra no mundo, temos água, temos sol em vários países. É importante, então, que a gente comece a estabelecer uma estratégia de melhorar a produção de alimentos, aumentar a produção de alimentos”¹⁹¹.

Nesse sentido, o programa nacional voltado ao biodiesel se transformou em pauta frequente dos eventos a que o mandatário brasileiro comparecia: “em cada reunião do G-8, cada presidente recebe um pacote meu com garrafinha de biodiesel, com garrafinha de álcool, porque nós precisamos convencer o mundo de que a produção de combustíveis renováveis, geradores de empregos, vai favorecer [...] a humanidade como um todo”¹⁹². Conforme explicado diversas vezes no Café com o Presidente, isso aconteceria a partir do investimento direto das nações desenvolvidas em outras regiões do planeta: “os países ricos podem escolher um país pobre, podem financiar tecnologia, podem mandar fábrica, mandar biodiesel lá e eles comprarem o biodiesel para utilizar nos seus caminhões, nos seus ônibus, nos seus carros”¹⁹³.

Como detentor das tecnologias mais avançadas na área dos biocombustíveis, a nação sul-americana lideraria o movimento global de acordo com Lula: “o Brasil saiu mais um passo na frente, [...] mostrando ao mundo que é possível ter um combustível renovável, menos poluente, muito mais barato, muito mais rentável e muito mais gerador de empregos, porque você contrata isso da agricultura familiar”¹⁹⁴. Dessa forma, além dos benefícios de cunho social, o programa em questão também traria vantagens ambientais: “todo o mundo desenvolvido vai

¹⁸⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 56, 17 out., 2005.

¹⁹⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 162, 02 jun., 2008.

¹⁹¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 162, 02 jun., 2008.

¹⁹² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 97, 05 mar., 2007.

¹⁹³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 73, 13 fev., 2006.

¹⁹⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

precisar utilizar ou biodiesel ou o álcool. [...] Eu acho que o planeta Terra vai agradecer ao mundo por ter criado uma alternativa menos poluente do que o óleo diesel e do que a gasolina”¹⁹⁵. Por isso, o petista defendia vigorosamente o investimento na iniciativa durante as transmissões, justificando que tal esforço contribuiria para destacar ainda mais a imagem nacional frente ao restante do planeta:

na medida em que a gente tenha um combustível próprio, na medida em que a gente tenha capacidade de produzir biodiesel para atender a uma frota de carros produzidos pela indústria automobilística brasileira, nós vamos marcar um gol de placa, ou seja, daqueles gols que se marca de século em século, porque nós vamos ser um país que vai ter combustível totalmente renovável, combustível verde, o etanol e o biodiesel, que é uma novidade no mundo. E, nessa área, a verdade é que ninguém pode competir com o Brasil. Nessa área nós somos mais nós. E aí nós temos que falar com muito orgulho. Olhando este Programa a gente tem que falar: nós somos brasileiros e não desistimos nunca! Acreditamos no Brasil e vamos fazer deste país, no século XXI, a potência que a Europa virou no século XIX, e os Estados Unidos no século XX. Eu acho que este século é o século do Brasil, e nós temos a graça de Deus de termos começado a governar o Brasil no começo do século. Outros virão e farão, quem sabe, mais e melhor do que nós.¹⁹⁶

Lula também utilizou o Café com o Presidente para rebater as críticas que relacionavam o plantio de cana-de-açúcar e demais matérias-primas dos biocombustíveis à crise dos alimentos, assim como aquelas que questionavam a sustentabilidade ambiental de seu cultivo, respectivamente: “temos uma imensidão de território, não apenas no Brasil, mas em todos os países da América do Sul, na África, que poderão tranquilamente combinar a produção de oleaginosas para produzir o biodiesel, de cana para produzir o etanol e, ao mesmo tempo, produzir alimento”¹⁹⁷; “eu acredito que os principais ataques aos biocombustíveis vêm das empresas de petróleo, porque não existe nenhuma explicação. Por exemplo, lá fora, dizer que a cana-de-açúcar está invadindo a Amazônia, é um absurdo muito grande”¹⁹⁸. Para ele, o tema virara questão de soberania: “o que nós não vamos aceitar, outra vez, é o cartel dos poderosos do mundo tentando impedir que o Brasil se desenvolva, tentando impedir que o Brasil se transforme em uma grande nação”¹⁹⁹.

¹⁹⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 72, 06 fev., 2006.

¹⁹⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 31, 13 dez., 2004.

¹⁹⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 103, 16 abr., 2007.

¹⁹⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 163, 09 jun., 2008.

¹⁹⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 115, 09 jul., 2007.

No mesmo sentido, sua política de combate ao desmatamento foi inserida no âmbito da rejeição à ingerência externa: “a Amazônia é nossa e nós vamos tomar conta do nosso território com soberania, sem vacilação”²⁰⁰. Além disso, suas falas sobre o assunto também relacionaram a defesa do meio ambiente ao desenvolvimento nacional, pilar de seu governo: “tudo que nós fizermos para o desenvolvimento do país tem que ter uma combinação perfeita entre a melhoria da qualidade de vida das pessoas, levada pelo desenvolvimento, e a preservação ambiental, que é um item da qualidade de vida que as pessoas precisam ter”²⁰¹. Segundo ele, essa conjugação estaria sendo feita pela nação sul-americana “com muita responsabilidade. [...] Só para ter uma ideia, a Europa inteira, hoje, tem apenas 0,3% da mata que ela tinha 8 mil anos atrás. Os Estados Unidos, ou melhor, a América do Norte toda tem 32%. O Brasil tem 69%”²⁰².

Dessa forma, Lula fez questão de ressaltar aos ouvintes do programa radiofônico a capacidade de liderança do país também no campo do combate às mudanças climáticas: “o Brasil tem autoridade moral e política para exigir que os países ricos, ao invés de ficarem produzindo protocolos que depois não assinam, cumpram com a sua obrigação de despoluir o Planeta. Nós faremos a nossa parte. Agora, é preciso que eles façam a deles”²⁰³. Novamente, o mandatário utilizou a posição estabelecida junto às nações menos desenvolvidas para exigir mudanças por parte das grandes potências, colocando o Brasil como voz do Sul Global: “os países pobres não podem aceitar a tese dos países ricos, apenas, de que eles criam um fundo para ajudar os países que não desmatam, ou seja, nós não desmatamos e eles continuam poluindo o Planeta”²⁰⁴. Para ele, era necessário

tomar cuidado para que as Nações Unidas tenham um relatório que possa responsabilizar com números cada país, tanto na quantidade de emissões de gases de efeito estufa, quanto na quantidade de sequestro de carbono que esses países possam fazer. Outra coisa que nós não aceitamos é que tem países que estão criando um fundo para valorizar o sequestro de carbono. E eu disse que não é possível discutir apenas o sequestro de carbono sem discutir o controle de emissão de gases de efeito estufa. Por quê? Porque senão, o que vai acontecer? Os países ricos, que têm dinheiro, vão pagar para os países pobres plantarem mais florestas para fazer o sequestro de carbono, enquanto eles vão continuar poluindo. Esse acordo tem que ser um acordo de dupla mão, ou seja, ao mesmo tempo que os países têm que assumir o compromisso de que vão diminuir a emissão de gases de efeito estufa, os outros países vão discutir a

²⁰⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 36, 21 fev., 2005.

²⁰¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

²⁰² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

²⁰³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

²⁰⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

necessidade de aumentar a possibilidade de sequestro de carbono. [...] Ao mesmo tempo, tem que ver qual a responsabilidade de cada país. Ou seja, um país que começou seu processo de industrialização 150 anos atrás tem mais responsabilidade do que um país que começou ontem. Por exemplo, os Estados Unidos têm mais responsabilidade do que a China, a Europa tem mais responsabilidade do que a América do Sul, do que a África. Portanto, é prudente que a gente faça essa discussão com seriedade, que cada um assuma a responsabilidade, é um tema que envolve todo mundo, do mais pobre ao mais rico e, portanto, todos têm que ter responsabilidade.²⁰⁵

No final de 2009, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP15) em Copenhague, na Dinamarca, foi exaltada diversas vezes pelo governo brasileiro, que voluntariamente apresentou metas ambientais próprias antes do encontro em mais um movimento para angariar prestígio internacional: “depois que o Brasil tomou a decisão de apresentar números, isso obrigou que outros países, que estavam se recusando a apresentar números, começassem a apresentar. Os Estados Unidos apresentaram números, [...] a China apresentou números”²⁰⁶. Após a reunião, Lula celebrou o desempenho nacional em mensagem ao público doméstico: “o Brasil estava totalmente à vontade. O Brasil foi considerado, durante todo o encontro, como o país que apresentou a melhor proposta, como o país que trabalhou isso corretamente”²⁰⁷.

A atuação diplomática da gestão petista, no entanto, não se restringia a uma temática apenas por vez, como Luiz Inácio deixa claro após reunião com as nações desenvolvidas: “é lógico que os países ricos queriam discutir apenas a questão ambiental. Eu queria discutir outras coisas que são do interesse do Brasil e de outros países mais pobres, como por exemplo, a questão dos migrantes”²⁰⁸. À audiência do Café com Presidente, ele relatou que, “na União Europeia, eles estão cada vez mais aprovando leis para dificultar a vida dos migrantes, dos pobres que chegam lá. Eu fiz questão de dizer a eles que eu quero que os brasileiros tenham, no exterior, o tratamento que nós damos aqui aos estrangeiros”²⁰⁹. Em contrapartida, defendeu os imigrantes: “o que nós queremos é que os brasileiros lá fora e os pobres do mundo sejam tratados com respeito, levando em conta o respeito à questão dos direitos humanos, e não tratados como se fossem delinquentes”²¹⁰. Assim, na ocasião em que sancionou a lei que anistiou estrangeiros em situação irregular no país, Lula exaltou a postura brasileira:

²⁰⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 219, 13 jul., 2009.

²⁰⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 239, 30 nov., 2009.

²⁰⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 242, 21 dez., 2009.

²⁰⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 168, 14 jul., 2008.

²⁰⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 168, 14 jul., 2008.

²¹⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 168, 14 jul., 2008.

é mais uma lição que a gente vai dar ao chamado mundo desenvolvido, porque enquanto eles estão perseguindo os imigrantes, enquanto eles estão tentando passar para a sociedade de que parte do desemprego quem causa em primeiro lugar é o imigrante, no Brasil nós assinamos uma lei dando um reconhecimento aos imigrantes. Ou seja, portanto, nós vamos dar os mesmos direitos que nós damos aos nossos compatriotas no Brasil, à exceção daqueles direitos que são exclusivos dos brasileiros. Entre esses direitos, nós vamos garantir, primeiro, a liberdade de circulação no território nacional, o pleno acesso ao trabalho remunerado, à educação, à saúde pública e à justiça. Ou seja, na verdade, o que nós fizemos foi dizer para os imigrantes: vocês são nossos irmãos, vocês estão aqui para ajudar o Brasil a crescer, até porque o Brasil é um país que foi construído por imigrantes, ou seja, essa mistura de portugueses, índios, europeus, africanos é que deu ao Brasil essa coisa maravilhosa que é o Brasil. [...] O que demorava um ano e meio, dois anos, então agora vai ser feito em poucos dias, numa demonstração do tratamento especial que o Brasil quer dar aos nossos irmãos que vieram de outros países para tentar a sorte no Brasil.²¹¹

Essa atitude mais assertiva e confiante frente ao mundo permeou o Café com o Presidente durante toda a gestão petista, marcada por uma diplomacia preocupada em reafirmar constantemente a soberania brasileira: “não basta ter independência constitucional, é preciso ter independência econômica, tecnológica, científica”²¹². Nesse sentido, de forma recorrente as falas de Lula buscaram despertar um sentimento de orgulho na sociedade: “eu acredito que uma nação será muito mais nação, muito mais produtiva, muito mais feliz, se as pessoas estiverem acreditando nos valores da própria nação; [...] se as pessoas estiverem acreditando nas coisas que estão acontecendo no país”²¹³. Para ele, a crença da população no Brasil do início do século, ou seja, no seu projeto de país, era fundamental para o sucesso internacional da nação sul-americana: “se nós confiarmos no Brasil, por que os outros não poderiam confiar? [...] Eu acho que poucas vezes na história o Brasil foi tão respeitado como ele é hoje. E não tem nada de excepcional. Apenas passando aquilo que o Brasil é de verdade”²¹⁴.

Por isso, as falas de tom otimista ocupavam espaço cativo no programa de rádio, em uma tentativa frequente de transmitir uma mensagem positiva: “os números da economia são os melhores dos últimos 30 anos. É um conjunto de fatores que estão funcionando entre si como se fosse uma orquestra muito bem treinada. Não é apenas uma coisa. [...] Eu acho que nós encontramos o caminho e as coisas estão funcionando”²¹⁵. Quando o país acumulou divisas

²¹¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 218, 06 jul., 2009.

²¹² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 24, 06 set., 2004.

²¹³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 24, 06 set., 2004.

²¹⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

²¹⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 158, 05 mai., 2008.

suficientes para pagar toda sua dívida externa, por exemplo, Lula enalteceu o fato: “o Brasil deu um passo extremamente importante para se transformar, definitivamente, em um país levado a sério no mundo financeiro. O Brasil sempre foi um país devedor. O que aconteceu agora é que o Brasil tem reservas de quase 190 bilhões de dólares”²¹⁶.

Ainda no tocante à credibilidade internacional do país, outro momento exaltado nas transmissões diz respeito à elevação da nota brasileira junto às agências de classificação de risco: “o fato de o Brasil ser reconhecido como grau de investimento demonstra que nós estamos acertando na política monetária, na política fiscal e de investimento. E tudo isso é resultado de uma coisa bem planejada, pensando no futuro”²¹⁷. Em ocasiões como essas, a celebração dos resultados alcançados costumava vir acompanhada da reafirmação da autonomia nacional, como pode ser notado na edição que comentou a quitação da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional: “essa devolução que fizemos ao FMI demonstra claramente que temos robustez suficiente para garantir as nossas importações, ou seja, estamos ficando mais independentes, mais senhor do nosso nariz, tomando as decisões sem ingerência do Fundo ou de qualquer outro organismo”²¹⁸. Nesses momentos, Luiz Inácio fazia questão de destacar os benefícios de tais conquistas para a população:

nós estamos começando a ficar, de verdade, donos do nosso nariz, ou seja, nós não ficamos mais dependentes do FMI, dependentes do empréstimo do Banco Mundial. Nós vamos ter a nossa própria economia forte para gerar os empregos que nós precisamos, para fazer a distribuição de renda que nós queremos fazer. Então, isso é muito importante para a sociedade brasileira, sobretudo, para as pessoas pobres. Esses dias, eu fui pegar o avião numa fábrica lá em São Bernardo e um trabalhador correu para me abraçar e falou: “ô Lula, minha mãe mandou te avisar que ela pagava 11 reais num saquinho de arroz de cinco quilos. Hoje, ela está pagando 6 reais nesse mesmo saquinho de arroz de cinco quilos.” Ora, você quer coisa mais prazerosa para um governante do que saber que o alimento está chegando mais barato na casa das pessoas, que as pessoas estão comendo mais? Então, essa é a razão de ser de a gente fazer todo esse esforço.²¹⁹

Para Lula, o crescimento da indústria nacional era um passo essencial nessa trajetória de crescimento, como fica evidente em relato após viagem ao exterior: “eles precisavam saber que o Brasil não é apenas produtor de soja, ou de café, ou de milho. [...] Não, eles precisavam saber que o Brasil produz coisas de alto valor agregado, como por exemplo na indústria

²¹⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 148, 25 fev., 2008.

²¹⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 162, 02 jun., 2008.

²¹⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 66, 26 dez., 2005.

²¹⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 51, 12 set., 2005.

aeroespacial, na área de software, a questão da biotecnologia”²²⁰. Em mais de uma edição do Café com o Presidente, ele fez questão de ressaltar a importância de não restringir a pauta exportadora do país a commodities: “eu trabalho com o sonho de que o Brasil vai atingir o ápice da sua competência internacional, da sua competitividade, no dia em que a gente tiver, como matéria-prima para exportar, a nossa inteligência e o nosso conhecimento transformados em pesquisa, em produtos sofisticados”²²¹.

Nesse sentido, a indústria naval foi apontada por diversas vezes como exemplo de setor a ser incentivado pelo governo: “quando a gente mostrar ao mundo inteiro que os navios que estão atracando nos portos internacionais são navios com bandeira brasileira, com aço brasileiro, com mão-de-obra brasileira, vai ser motivo de orgulho para nós”²²². Como o ramo envolve também, além da fabricação de embarcações, a montagem de plataformas de petróleo, as menções se multiplicaram com o crescimento da Petrobras: “o meu orgulho maior é porque, ao inaugurar a P-51, ela é 100% nacional. Então, é um motivo de orgulho e isso mostra que o Brasil aprendeu, o Brasil evoluiu, o Brasil detém essa tecnologia e esse conhecimento que qualifica o Brasil para ter uma indústria naval competitiva”²²³.

Aliás, a empresa estatal foi presença constante nas edições do programa radiofônico que tinham um viés de confiança e orgulho, como naquela que foi ao ar logo após o anúncio de autossuficiência na produção de petróleo por parte do governo: “acredito que o Brasil que jogou fora a chance no século 19, que não aproveitou a chance do século 20, não desperdiçará o século 21. Vamos nos transformar numa grande potência econômica. Essa potência econômica passa por sermos uma potência no campo da energia”²²⁴. A companhia também apareceu nas falas de Lula que defendiam o investimento no setor petroquímico nacional como fator gerador de riqueza para o país: “não é apenas você tirar petróleo e vender petróleo. [...] Mas nós queremos tirar petróleo, queremos refinar o petróleo aqui no Brasil, e queremos vender os subprodutos do petróleo, ou seja, nós queremos vender, na verdade, derivados de petróleo com alto valor agregado”²²⁵. Da mesma forma, o anúncio do marco regulatório do pré-sal também foi marcado pelo otimismo:

esta segunda-feira, dia 31 de agosto, representa um novo Dia da Independência para o Brasil. Nós estamos falando de uma descoberta de petróleo muito profunda, a quase

²²⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 43, 30 mai., 2005.

²²¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 176, 08 set., 2008.

²²² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 55, 10 out., 2005.

²²³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 181, 13 out., 2008.

²²⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 84, 24 abr., 2006.

²²⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 270, 19 jul., 2010.

seis mil metros de profundidade, reservas que são muito grandes, que colocam o Brasil entre os países maiores produtores de petróleo do mundo, petróleo de boa qualidade. E o Brasil precisa aproveitar, fazer um novo marco regulatório, para que a Petrobras possa ficar mais forte, para que a União possa ser dona do petróleo, para que a gente possa criar um Fundo para melhorar a vida do povo, um Fundo que tem três vertentes básicas. Primeiro, cuidar da Educação, cuidar de ciência e tecnologia e cuidar da pobreza neste país. Nós não temos o direito de pegar o dinheiro que vamos ganhar com esse petróleo e torrar no orçamento da União. O que nós queremos é classificar as prioridades para que a gente possa utilizar o petróleo e fazer o Brasil se tornar mais rico, mais desenvolvido do ponto de vista científico e tecnológico, do ponto de vista educacional, do ponto de vista das políticas sociais do governo.²²⁶

Essa postura ativa do líder petista serviu ainda como resposta aos questionamentos da oposição e de parte da imprensa nacional à política externa de sua gestão: “a resposta melhor que eu tenho às críticas é o resultado da nossa balança comercial, é o resultado das nossas exportações, é o resultado das nossas reservas. [...] No Brasil tem um tipo de gente com a cabeça colonizada, um tipo de gente que parece que não gosta de independência”²²⁷. Nesses momentos, Luiz Inácio procurava reafirmar ao público doméstico o acerto de suas decisões: “eu posso dizer ao povo brasileiro, com muita tranquilidade, mesmo àqueles que são pessimistas ou mesmo àqueles que querem torcer contra o governo, que o Brasil vive o seu melhor momento desde que a República foi proclamada”²²⁸.

O ceticismo de setores da sociedade foi também abordado no Café com o Presidente quando o ex-Presidente português Mário Soares visitou o país, ocasião em que teria dito: “Presidente Lula, eu estou aqui no Brasil há três dias. Eu leio a imprensa brasileira e a impressão que eu tenho é que o país acabou, está tudo errado. Agora, quando eu chego na Europa e leio a imprensa de lá, sobre o Brasil, o Brasil está maravilhoso”²²⁹. Em resposta, o mandatário brasileiro teria reafirmado sua crítica anterior: “eu acho importante você estar me dizendo isso porque aqui no Brasil tem muita gente pessimista”²³⁰. Para o petista e sua equipe de comunicação, parecia importante desacreditar as posições contrárias à política de relações internacionais de seu governo e reforçar o apoio popular ao projeto diplomático em curso.

No tocante às críticas mais pontuais, Lula utilizou as transmissões para esclarecer questões polêmicas, como o financiamento brasileiro de obras em território estrangeiro (no

²²⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 226, 31 ago., 2009.

²²⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

²²⁸ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 112, 18 jun., 2007.

²²⁹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 158, 05 mai., 2008.

²³⁰ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 158, 05 mai., 2008.

caso, a Rodovia Interoceânica) e a grande quantidade de viagens empreendidas pela Presidência da República, respectivamente: “tem muita gente que acha que nós estamos gastando o dinheiro do Brasil em outros países. Não. O que nós estamos fazendo é financiar os produtos brasileiros que vão entrar nessa obra, financiando a nossa engenharia, as nossas empresas. E o Peru financia a parte dele”²³¹; “eu acho até normal que, muitas vezes, algumas pessoas fiquem pensando: ‘nossa, mas o nosso presidente está viajando demais’. [...] Estou convencido que o povo brasileiro já tem uma nítida noção do resultado da nossa política internacional, da nossa política externa”²³². Da mesma forma, o rádio foi empregado para responder a avaliações que questionavam alguns dos fundamentos da diplomacia da época:

Luiz Fara Monteiro: Presidente, alguns especialistas criticam uma atenção exagerada que o Brasil estaria dando ao continente africano. No entanto, alguns cientistas políticos dizem que essa ligação do Brasil com a África é importante, uma vez que, por exemplo, o presidente da China, Hu Jintao, tem feito constantes viagens àquele continente. O que há de verdade nisso? Presidente: Veja, todo mundo pensa que a gente pode vender o quanto a gente quiser para os Estados Unidos ou para a União Europeia. Acontece que esses dois blocos... os Estados Unidos, de um lado, são a maior economia do mundo, todo mundo quer vender para eles. E eles têm limitações também, porque eles também querem vender. A União Europeia, também, todo mundo quer vender para a União Europeia, mas ela também tem limitações e coloca obstáculos para a entrada de produtos de países emergentes. Ora, então, o que nós temos que fazer? Nós temos que procurar novos mercados, temos que procurar novos parceiros. E o Brasil está agindo corretamente, tanto com a África, como fizemos com a América Latina. Também criticaram quando nós dissemos que íamos priorizar a América Latina. O dado concreto é que o conjunto da América Latina hoje, na balança comercial, é maior do que os Estados Unidos e maior do que a União Europeia. O Brasil precisa procurar novos parceiros.²³³

Em seu projeto para aumentar a estatura internacional da nação sul-americana, Lula recorreu às mais diversas ferramentas. O esporte, por exemplo, foi tratado no Café com o Presidente diversas vezes como parte dessa estratégia, como na edição que abordou os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2007: “é preciso acabar com essa bobagem de tudo no Brasil ser nivelado por baixo. O Brasil é um país grande, é um país que tem competência, é um país que tem um povo extraordinário, e nós precisamos fazer, sempre que possível, o melhor”²³⁴. A realização do evento em questão, aliás, serviria como ponto de partida para as

²³¹ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 51, 12 set., 2005.

²³² CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

²³³ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 130, 22 out., 2007.

²³⁴ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 121, 20 ago., 2007.

candidaturas que almejavam a escolha do país como sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016: “nós precisamos torcer para que as pessoas saiam daqui com uma imagem altamente positiva da capacidade de organização que o Brasil tem para fazer eventos internacionais dessa magnitude”²³⁵.

Outra área que ganhou atenção foi a militar, cuja importância foi exaltada na semana em que a Estratégia Nacional de Defesa foi lançada: “nós somos muito grandes. A nossa economia vai crescer, o Brasil será cada vez mais importante, e nós precisamos estar com as nossas Forças Armadas preparadas à altura para enfrentar os desafios que se apresentarem”²³⁶. Ainda nesse campo, também foi citada a Estação Antártica Comandante Ferraz, instalação mantida pela Marinha no continente gelado, tendo sido defendida a necessidade de “aportar mais recursos para melhorar o nosso potencial de pesquisa, para melhorar as condições da Base, para que mais cientistas brasileiros visitem a nossa Base como pesquisadores e aqui tentem explorar o seu conhecimento em benefício do povo brasileiro e da humanidade”²³⁷.

Assim, nota-se a extensa multiplicidade de tópicos relacionados à atuação diplomática do Brasil que foram abordados por Luiz Inácio no Café com o Presidente, com destaque para questões relacionadas à integração sul-americana, cooperação Sul-Sul, reforma dos organismos globais de governança, negociações comerciais, desenvolvimento das nações mais pobres, mudanças climáticas e combate à crise econômica, dentre outros assuntos. Nos momentos em que fazia estes comentários, o mandatário brasileiro fazia questão de expor de forma clara e informal à população as razões que justificavam as decisões tomadas pelo governo e os potenciais benefícios que elas trariam ao país, em falas marcadas pela defesa da soberania nacional, da solução dialogada dos conflitos e da construção de um sistema internacional mais justo e solidário.

²³⁵ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 116, 16 jul., 2007.

²³⁶ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 191, 22 dez., 2008.

²³⁷ CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 147, 18 fev., 2008.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início de agosto de 2023, o Brasil organizou e sediou a Cúpula da Amazônia, reunião dos Presidentes dos Estados participantes do Tratado de Cooperação Amazônica. O encontro foi realizado em Belém, no Estado do Pará, como evento preparativo da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que ocorrerá em novembro de 2025 na mesma cidade. A iniciativa, capitaneada por Luiz Inácio Lula da Silva, se insere na estratégia do mandatário brasileiro de projetar o país internacionalmente através de sua agenda ambiental, um dos elementos mais importantes da campanha que o reconduziu ao Palácio do Planalto no ano anterior. Apesar dos elogios à postura do líder petista de trazer de volta aos holofotes a temática do combate às mudanças climáticas, escanteada por seu antecessor, as críticas²³⁸ não tardaram a aparecer a respeito de tópicos como a exploração de petróleo na região e o não estabelecimento de metas concretas de redução do desmatamento.

Esse constante atrito entre políticas de caráter progressista e a manutenção de dinâmicas tradicionais marcou também os dois primeiros mandatos de Lula, conhecido justamente por sua capacidade de estabelecer consensos e buscar a conciliação entre interesses divergentes. Da mesma forma, a política externa do período foi caracterizada pela necessidade frequente de acomodar diferentes perspectivas ideológicas, o que frustrou tanto setores da sociedade posicionados mais à esquerda quanto aqueles que pregavam a continuidade da orientação diplomática vigente durante os anos 1990. Debates à parte, não se pode negar o traço inovador e arrojado que singularizou a condução das relações internacionais brasileiras durante o governo em questão e que as tornou um dos componentes basilares do projeto político construído na época.

A centralidade do tema para a gestão do Partido dos Trabalhadores pôde ser constatada durante a leitura das transcrições do Café com o Presidente, cuja análise evidenciou sua presença entre os pontos mais discutidos no programa ao longo dos oito anos em que foi veiculado, destacando-se ainda sua proeminência em seis deles. A pesquisa também demonstrou que, nos momentos em que teceu comentários sobre o assunto, Luiz Inácio abordou uma ampla gama de tópicos, como as negociações da Rodada Doha da OMC, o estímulo global aos biocombustíveis, o fortalecimento da unidade sul-americana e latino-americana, a aproximação com nações africanas e asiáticas no âmbito da cooperação Sul-Sul, o combate às mudanças

²³⁸ AMAZÔNIA: em palco criado por Lula, líderes cobram países ricos, mas não chegam a acordo sobre petróleo e desmatamento. *BBC*. 08 ago. 23. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0wv428ypqo> >. Acesso em: 09 ago. 23.

climáticas, a busca por maior representatividade dos países emergentes em instâncias multilaterais, a crise econômica e a atuação do Brasil como mediador internacional, dentre outros.

Por fim, o trabalho ainda indicou que, ao produzir falas sobre diplomacia nas transmissões, o líder petista priorizou uma forma de exposição coloquial e resumida que enfatizava os benefícios que seriam trazidos pelas ações de sua gestão na área à população e defendia ideais como a não ingerência em assuntos internos de outras nações, o fortalecimento da soberania nacional, a atuação conjunta dos países em desenvolvimento e a busca pela paz. Em suma, a presente dissertação procurou mostrar que, ao planejar as edições do Café com o Presidente, Lula e sua equipe decidiram conceder grande espaço à política externa, abordando tópicos cuja multiplicidade condizia com sua intenção de posicionar o Brasil entre as grandes potências globais através de manifestações simples que tentavam justificar à sociedade as iniciativas do governo e ressaltar a importância de projetar o país ativa e altivamente no cenário internacional.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Fontes

6.1.1 Transcrições do Café com o Presidente

Disponíveis em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva> >. Acesso: fev./mai. 2023.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 01, 17 nov., 2003.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 02, 01 dez., 2003.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano I, n. 03, 15 dez., 2003.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 07, 09 fev., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 16, 17 mai., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 17, 31 mai., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 23, 23 ago., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 24, 06 set., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 28, 01 nov., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano II, n. 31, 13 dez., 2004.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 36, 21 fev., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 40, 18 abr., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 41, 02 mai., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 42, 16 mai., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 43, 30 mai., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 44, 13 jun., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 50, 05 set., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 51, 12 set., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 52, 19 set., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 53, 26 set., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 54, 03 out., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 55, 10 out., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 56, 17 out., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 57, 24 out., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 65, 19 dez., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano III, n. 66, 26 dez., 2005.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 70, 23 jan., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 72, 06 fev., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 73, 13 fev., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 78, 13 mar., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 84, 24 abr., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 86, 08 mai., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano IV, n. 87, 15 mai., 2006.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 93, 29 jan., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 95, 12 fev., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 97, 05 mar., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 100, 26 mar., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 101, 02 abr., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 103, 16 abr., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 110, 04 jun., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 112, 18 jun., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 115, 09 jul., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 116, 16 jul., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 121, 20 ago., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 124, 10 set., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 128, 08 out., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano V, n. 130, 22 out., 2007.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 143, 14 jan., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 147, 18 fev., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 148, 25 fev., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 150, 10 mar., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 156, 21 abr., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 158, 05 mai., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 161, 26 mai., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 162, 02 jun., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 163, 09 jun., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 168, 14 jul., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 169, 21 jul., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 171, 04 ago., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 176, 08 set., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 179, 29 set., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 181, 13 out., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 182, 20 out., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 185, 10 nov., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 186, 17 nov., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VI, n. 191, 22 dez., 2008.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 194, 19 jan., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 202, 16 mar., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 205, 06 abr., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 211, 18 mai., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 212, 25 mai., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 214, 08 jun., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 215, 15 jun., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 217, 29 jun., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 218, 06 jul., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 219, 13 jul., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 226, 31 ago., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 230, 28 set., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 238, 23 nov., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 239, 30 nov., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VII, n. 242, 21 dez., 2009.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 249, 22 fev., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 250, 01 mar., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 253, 22 mar., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 259, 03 mai., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 261, 17 mai., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 269, 12 jul., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 270, 19 jul., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 271, 26 jul., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 276, 15 nov., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 281, 20 dez., 2010.

CAFÉ COM O PRESIDENTE. Brasília: Radiobrás. Ano VIII, n. 282, 27 dez., 2010.

6.1.2 Outros documentos

35 milhões de pessoas ascenderam à classe média. *Exame*. 21 set. 12. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/35-milhoes-de-pessoas-ascenderam-a-classe-media/> >. Acesso em: 31 mai. 23.

AMAZÔNIA: em palco criado por Lula, líderes cobram países ricos, mas não chegam a acordo sobre petróleo e desmatamento. *BBC*. 08 ago. 23. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0wv428ypqo> >. Acesso em: 09 ago. 23.

APÓS escândalo do "mensalão", José Dirceu deixa ministério da Casa Civil. *Folha de São Paulo*. 16 jun. 05. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u69722.shtml> >. Acesso em: 09 mai. 23.

AS diferenças entre avanço da esquerda na América Latina e 'onda rosa' de duas décadas. *GI*. 04 jul. 22. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/07/04/as-diferencas-entre-avanco-da-esquerda-na-america-latina-e-onda-rosa-de-duas-decadas.ghtml> >. Acesso em: 25 set. 23.

BOLSA tem alta real de 295% nos anos Lula. *Folha de São Paulo*. 31 dez. 10. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me3112201002.htm> >. Acesso em: 14 jun. 23.

BRASIL recebe título de grau de investimento pela agência S&P. *Uol*. 30 abr. 08. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2008/04/30/brasil-recebe-titulo-de-grau-de-investimento-pela-agencia-sp.htm> >. Acesso em: 30 mai. 23.

BRAZIL takes off. *The Economist*. 12 nov. 09. Disponível em: < <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off> >. Acesso em: 30 mai. 23.

CONTEI a Lula do "mensalão", diz deputado. *Folha de São Paulo*. 06 jun. 05. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm> >. Acesso em: 01 mai. 23.

DEMANDA da China empurra expansão do Brasil. *Folha de São Paulo*. 19 dez. 10. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1912201010.htm> >. Acesso em: 31 mai. 23.

DEPOIS do Uruguai, Chile também critica fala de Lula sobre Venezuela. *Poder360*. 30 mai. 23. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/depois-do-uruguai-chile-tambem-critica-fala-de-lula-sobre-venezuela/> >. Acesso em: 02 jul. 23.

DILMA estreia programa "Café com a Presidenta" em novo formato. *GI*. 07 fev. 11. Disponível em: < <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/02/dilma-estreia-programa-cafe-com-a-presidenta-em-novo-formato.html> >. Acesso em: 11 ago. 23.

EM Abu Dhabi, Lula diz que decisão sobre guerra na Ucrânia 'foi tomada por dois países' e defende 'G20 pela paz'. *GI*. 16 abr. 23. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/16/em-abu-dhabi-lula-diz-que-decisao-sobre-guerra-na-ucrania-foi-tomada-por-dois-paises-e-defende-g20-pela-paz.ghtml> >. Acesso em: 30 jun. 23.

ENTENDA o conflito entre Venezuela, Equador e Colômbia. *GI*. 03 mar. 08. Disponível em: < <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL335062-5602,00->

ENTENDA+O+CONFLITO+ENTRE+VENEZUELA+EQUADOR+E+COLOMBIA.html >.

Acesso em: 21 set. 23.

ERA Lula chega ao fim com emprego recorde e risco inflacionário. *BBC*. 27 dez. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_economia >. Acesso em 09 mai. 23.

EUA e União Europeia criticam declarações de Lula sobre guerra na Ucrânia. *CNN*. 17 abr. 23. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eua-e-uniao-europeia-criticam-declaracoes-de-lula-sobre-guerra-na-ucrania/> >. Acesso em 27 jun. 23.

EUA endossam críticas a Lula por fala sobre Nicolás Maduro. *Poder360*. 02 jun. 23. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/internacional/eua-endossam-criticas-a-lula-por-fala-sobre-nicolas-maduro/> >. Acesso em: 02 jul. 23.

EVO Morales decreta nacionalização das reservas de gás e petróleo da Bolívia. *EBC*. 01 mai. 06. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2006-05-01/evo-morales-decreta-nacionalizacao-das-reservas-de-gas-e-petroleo-da-bolivia> >. Acesso em: 13 jun. 23.

FORTE terremoto provoca caos e destruição no Haiti. *O Globo*. 12 jan. 10. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/forte-terremoto-provoca-caos-destruicao-no-haiti-3069911> >. Acesso em: 12 jun. 23.

GOLPE derruba presidente de Honduras. *Folha de São Paulo*. 29 jun. 09. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2906200901.htm> >. Acesso em: 01 out. 23.

GOVERNO decide quitar toda a dívida com o FMI. *Folha de São Paulo*. 14 dez. 05. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200502.htm> >. Acesso em: 05 jul. 23.

HAITI serviu como laboratório para a política de UPPs. *Carta Capital*. 07 ago. 14. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/mundo/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604/> >. Acesso em: 07 set. 23.

IRÃ assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia. *BBC*. 17 mai. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu >. Acesso em: 29 jun. 23.

LAVROV levou convite de Putin para Lula participar de fórum econômico em São Petersburgo, diz Itamaraty. *GI*. 17 abr. 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/17/lavrov-levou-convite-de-putin-para-lula-participar-de-forum-economico-em-sao-petersburgo-diz-itamaraty.ghtml> >. Acesso em: 01 jul. 23.

LEIA íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de São Paulo*. 24 jun. 02. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml> >. Acesso em: 01 mai. 23.

LIBERTAÇÃO de reféns é marco em guerra política na Colômbia. *BBC*. 11 jan. 08. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080111_farcuibealquiria >. Acesso em: 01 out. 23.

LUGO e Lula chegam a acordo sobre Itaipu. *BBC*. 25 jul. 09. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090725_acordoitaiupfabebc >. Acesso em: 13 jun. 23.

LULA comemora recorde de exportações e critica "pessimismo". *Terra*. 30 dez. 10. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/economia/lula-comemora-recorde-de-exportacoes-e-critica-pessimismo,28f3a8f241d2b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 30 mai. 23.

LULA recebe Maduro no Planalto, critica sanções dos EUA e defende reabilitação da Venezuela. *Estadão*. 29 mai. 23. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/internacional/ao-lado-de-maduro-lula-fala-em-momento-historico-e-integracao-plena-da-venezuela/> >. Acesso em: 01 jul. 23.

LULA. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva> >. Acesso em: 26 abr. 23.

"LULINHA paz e amor" fugiu dos conflitos. *Folha de São Paulo*. 27 out. 02. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41288.shtml> >. Acesso em: 30 abr. 23.

MISSÃO no Haiti foi celeiro de militares para o ministério de Bolsonaro. *Uol*. 07 set. 21. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/07/07/missao-no-haiti-foi-celeiro-de-militares-para-o-ministerio-de-bolsonaro-.htm> >. Acesso em: 07 set. 23.

O país que ele construiu. *Istoé*. 05 jan. 11. Disponível em: < <https://www.istoedinheiro.com.br/o-pais-que-ele-construiu/> >. Acesso em: 30 mai. 23.

OEA revoga suspensão a Cuba depois de 47 anos. *BBC*. 03 jun. 09. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090603_oea_cuba_rc >. Acesso em: 30 set. 23.

OS filhos abandonados da ONU no Haiti. *El País*. 28 dez. 19. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html> >. Acesso em: 06 set. 23.

PIB do Brasil cresce 7,5% em 2010 e tem maior alta em 24 anos. *BBC*. 03 mar. 11. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp >. Acesso em: 30 mai. 23.

PIB sob Bolsonaro cresceu em média 1,5% ao ano, menos que Lula e Temer e só maior que o de Dilma. *O Globo*. 02 mar. 23. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/pib-sob-bolsonaro-cresceu-em-media-15percent-ao-ano-menos-que-lula-e-temer-e-so-maior-que-o-de-dilma.ghtml> >. Acesso em: 09 mai. 23.

POPULARIDADE de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *GI*. 16 dez. 10. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> >. Acesso em: 26 abr. 23.

PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido. *Folha de São Paulo*. 15 dez. 03. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200302.htm> >. Acesso em: 10 mai. 23.

RECEPÇÃO de Lula a Maduro foi vexatória. *O Globo*. 31 mai. 23. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2023/05/recepcao-de-lula-a-maduro-foi-vexatoria.ghtml> >. Acesso em: 03 jul. 23.

RESERVAS da Petrobras podem aumentar em 50%. *GI*. 08 nov. 07. Disponível em: < https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL174020-9356,00-RESERVAS+DA+PETROBRAS+PODEM+AUMENTAR+EM.html#:~:text=A%20Petrobras%20anunciou%20na%20manh%C3%A3,bloco%20BM%2DS%2D11. >. Acesso em: 28 jun. 23.

SAIBA o que Dilma, Serra e Marina já disseram sobre o aborto. *GI*. 07 out. 10. Disponível em: < <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/saiba-o-que-dilma-serra-e-marina-ja-disseram-sobre-o-aborto.html> >. Acesso em: 10 set. 23.

SELEÇÃO é ovacionada na capital do Haiti. *Folha de São Paulo*. 19 ago. 04. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1908200405.htm> >. Acesso em: 12 jun. 23.

SOLDADOS brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. *Estadão*. 17 abr. 17. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/internacional/soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias/> >. Acesso em: 06 set. 23.

SOLDADOS da ONU levaram cólera ao Haiti, diz relatório. *BBC*. 07 dez. 10. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101207_haiti_colera_jf >. Acesso em: 05 set. 23.

UCRÂNIA volta a convidar Lula a viajar a Kiev e 'entender causas reais da guerra'. *Folha de São Paulo*. 18 abr. 23. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/ucrania-volta-a-convidar-lula-a-viajar-a-kiev-e-entender-causas-reais-da-guerra.shtml> >. Acesso em: 30 jun. 23.

VEJA o valor do salário mínimo quando Lula era presidente. *Valor*. 18 out. 22. Disponível em: < <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/18/veja-o-valor-do-salario-minimo-quando-lula-era-presidente.ghtml> >. Acesso em: 30 mai. 23.

6.2 Bibliografia

ALBANUS, Adriana P. F. *Cultura Política, política externa e congruência: uma análise sobre os governos Lula (2003-2010)*. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ALLES, Leonardo Miguel. *A não-indiferença na política externa brasileira: a maneira de intervir da diplomacia Lula da Silva*. 2011. 228f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ALMEIDA, Tânia. *Opiniões e sentenças em capas de Veja sobre o primeiro Governo Lula (Brasil, 2002 a 2006)*. 2008. 176f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte. *International Development Cooperation as a Foreign Policy Instrument: The Political Economy of Brazilian Technical Cooperation from 2003 to 2016*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 03, p. 1-47, 2023.

ARAÚJO, Bruno. Estudos narrativos e teoria do Jornalismo: a narrativa de Veja e Isto é sobre uma Manifestação de Estudantes da USP. In: PEIXINHO, Ana Teresa; ARAÚJO, Bruno (Orgs). *Narrativa e Media: Gênero, Figuras e Contextos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

ARAÚJO, Bruno; MARTINS, A. S.; CARVALHO, A. G. M.; AVILA, L. K. O.; ARIAS, V. A.. O Brasil que o Jornal Nacional quer: dinâmicas de agendamento do público no quadro “O Brasil Que Eu Quero”. *Mediapolis*, Coimbra, n. 10, p. 83-96, 2020.

BARENHO, Rodrigo Cruvinel. *Política comercial do governo Lula da Silva (2003-2010): preferências dos atores, condicionantes políticos e econômicos e desempenho*. 2017. 230f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BARROS, Celso Rocha de. *PT, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BATEZELLI, Amanda Bertolani. *Articulação de agendas governamentais: política externa e políticas de combate à fome e à pobreza nos governos Lula*. 2022. 137f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOULTINGHOUSE, Trent. *The Bolsa Familia and Brazilian Strategic Narrative in the Age of Lula and Dilma*. 2016. 45f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL, Henrique Gerken. *Relações Externas Brasil-África: Da Política Externa Independente ao Governo Lula*. 2016. 193f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRUNETTI, Regina Célia Vago. *As estratégias discursivas do Presidente Lula numa abordagem modular: histórias contadas a caminho da cova dos leões*. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CALABRE, Lia. *O historiador e o rádio: relações em questão*. Trabalho apresentado no NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. *O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma*. 2018. 386f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de. *A cooperação internacional em defesa no entorno estratégico brasileiro no governo Lula da Silva: uma eficiente ferramenta para a*

política externa? 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003.

CORNETET, João Marcelo Conte. *As políticas externas de Lula da Silva e de Dilma Rousseff: uma análise comparativa*. 2014. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, Leila Maria Bedeschi. *Governo Lula: retorno ao desenvolvimentismo?* 2015. 200f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CRESCENTINO, D. S.; VITÓN, G. Historia del tiempo presente: la triple frontera entre pasado, presente y futuro. Un análisis desde la historia oral y los marcos normativos. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 13, n. 33, p. 273-308, mai./ago. 2020.

CUESTA, Josefina. *Historia del Presente*. Madrid: Eudema, 1993.

CURSINI, Caio. *A geopolítica na política externa dos dois períodos do governo Lula da Silva (2003-2010): o Brasil rumo à potência média?* 2018. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DANCUR, Eliane C. P. *Café com o presidente: o programa de radiojornalismo com o presidente Lula*. 2009. 240f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

DEUS, Sandra de F. B. de. *O rádio como espaço de visibilidade política (Governo da Frente Popular em Porto Alegre 1989/1990)*. 2005. 141f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, jan./jun. 2012.

DOVAL, Gisela Pereyra; ORDOÑEZ, Emilio. Política Externa de Brasil: La anomalía bolsonarista y la necesaria reconstrucción de Lula da Silva. *Cuadernos de Política Exterior Argentina*, Rosario, n. 136, p. 103-107, dez. 2022.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. A História do Tempo Presente: reflexões sobre um campo historiográfico. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão, v. 12, n. 01, p. 13-27, jan./jun. 2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, jan./jun. 2012.

FERREIRA, Gisele S. N. Sarney, FHC e Lula: 22 anos de "conversas ao pé do rádio" e democracia. In: V Congresso Nacional de História da Mídia, 2007, São Paulo. *Rede Alfredo de Carvalho - V Congresso Nacional de História da Mídia*. São Paulo: Intercom, CIEE, Facasper, Cátedra Unesco/Metodista de Comunicação, 2007. p. 69-85.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FUSER, Igor. *Conflitos e contratos – A Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)*. 2011. 316f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GALLINI, Stefani; NOIRET, Serge. La historia digital em la era del Web 2.0. Introducción al dossier Historia digital. *Historia Critica*, Bogotá, n. 43, p. 16-37, jan./abr. 2011.

GUINDANI, Joel F. *A construção da cidadania na prática da Rádio Terra Livre FM*. 2014. 337f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. *Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula*. 2016. 212f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KOWALSKI, Camila Castro. *A África na Política Externa Brasileira: uma análise dos discursos de Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)*. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LABRIOLA, Pedro. *O papel do Brasil no mundo: um estudo da disputa doméstica pela concepção do papel do Brasil durante o governo Lula*. 2020. 94f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

LEATHERMAN, Albert Roy. *Brazil as an Emerging Power: Its Role in the Transition to a Multipolar Order and the Consequences for Its Relations with the United States*. 2012. 80f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LEMERCIER, Claire; ZALC, Claire. *Quantitative methods in the humanities: an introduction*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2019.

LIGIÉRO, Luiz Fernando. *A autonomia na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, Rodolfo de Camargo. *Burocratas, Burocracia e Política: O Ministério das Relações Exteriores, um Perfil*. 2015. 80f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LUCENA, Ana Paula Costa de. *Políticas e estratégias de comunicação: experiências de Comunicação Pública na Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva*. 2017. 255f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LUDOVICE, Camila de Araújo Beraldo; PERNAMBUCO, Juscelino. O ethos do Presidente Lula no programa Café com o Presidente. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, jun. 2014.

MACÊDO, Marília Fernandes Rodrigues de. *A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos*. 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MEDEIROS, Klei. *A dimensão social na inserção externa do governo Lula: desenvolvimento, diplomacia e cooperação sul-sul*. 2016. 77f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MELLO, Eduardo Brigidi de. *A nova política externa independente: o governo lula e a inserção externa brasileira no século XXI*. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MONTEIRO, José Fernando Saroba. Tempo presente: entre os métiers do historiador e do jornalista. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 510-539, abr./jun. 2018.

MORAIS, Fernando. *Lula, volume 1: Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4, p. 507-527, out./dez. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves de (org.). *O Brasil Republicano, volume 5: O tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, Luiz A. F de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. 2006. 209f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2006.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 136-156, 2008.

PEÑAS ESTEBAN, F. J. Clío y Palas Atenea: Apuntes sobre el papel constitutivo de la Historia en la Teoría de Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales*, Madrid, España, n. 37, p. 59–93, 2018a.

PEÑAS ESTEBAN, F. J. Explicar, valorar, comprender e influir: en torno a la “actuación” del historiador en la Historia de las Relaciones Internacionales / Entrevistas a varios autores. *Relaciones Internacionales*, Madrid, España, n. 37, p. 193-207, 2018b.

PENTEADO, Marta Maria Corrêa. *Acordos internacionais de biocombustíveis: o etanol brasileiro na geopolítica mundial*. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Claudia Catarino. *As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma*. 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PONTES, Marina. *A questão palestina nos governos de Lula da Silva: pragmatismo ou ideologia?* 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRADO, Lídia Domingues Peixoto. *Soy loco por ti, América: A integração regional como prioridade da política externa brasileira na era Lula (2003-2010)*. 2012. 166f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMOS, Jeferson da Silva. *Bancos públicos na estratégia do desenvolvimento nacional: uma análise da atuação nos governos Lula-Dilma (2003-2015)*. 2017. 87f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RIBEIRO, Camille Amorim Leite. *As múltiplas percepções sobre o continente africano na política externa dos governos Lula da Silva e Rousseff (2003-2016)*. 2020. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)*. 2007. 243f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. *Política externa brasileira para o mundo árabe: uma análise dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2013)*. 2014. 125f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ROCHA, Danylo de Oliveira. *Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: internacionalização de empresas privadas no governo Lula*. 2012. 72f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Gustavo Carbonaro. *Narrativas brasileiras: identidade e discurso diplomático no governo Lula*. 2015. 284f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Leandro José. *Vai um café? Análise do personagem Lula no programa Café com o Presidente*. 2017. 209f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SCHURSTER, Karl. A História do Tempo Presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 423-440, jul. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os BRICS (2003-2020). *Monções*, v. 11, p. 200-220, 2023.

SILVA, Érica Cruz e. *Atuação do empresariado brasileiro no governo Lula: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais*. 2011. 72f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos estudos*, São Paulo, n. 85, p. 83-102, nov. 2009.

SOARES, Arthur Felipe Murta Rocha. *A América do Sul importa? Percepções brasileiras sobre integração regional*. 2020. 234f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

TATSCH, Luisa Bertuol. *A política externa do governo Lula: um novo pragmatismo responsável?* 2011. 215f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TOLEDO, Aureo; BRAGA, Lorraine Morais. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-14, dez. 2020.

TUPYNAMBÁ, Geraldo Cordeiro. *A construção das imagens de si e do país em discursos internacionais do presidente Lula em 2003*. 2010. 172f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. *A consolidação do aparato de apoio estatal à internacionalização de empresas nacionais no governo Lula (2003-10)*. 2016. 185f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

VIEGAS, Otávio Macedo. *Change over continuity? An analysis of Brazilian foreign policy during President Lula's years (2003-2010)*. 2013. 65f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez. 2007.

WARTCHOW, Daniel. *Ideologia e razão: as transformações na política exterior brasileira durante o governo Lula da Silva (2003-2010)*. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WENZEL, Fernanda Melchior. *De FHC a Lula: a expansão das relações internacionais brasileiras a partir do Mercosul*. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.